

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Vatusi de Paula Silva

Interseccionalidade

inovação e tradição unidas em um conceito

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Rio de Janeiro
Janeiro de 2021



Vatusi de Paula Silva

INTERSECCIONALIDADE

inovação e tradição unidas em um conceito

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Alice Rezende de Carvalho

Rio de Janeiro
Janeiro de 2021



Vatusi de Paula Silva

INTERSECCIONALIDADE

inovação e tradição unidas em um conceito

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Dra. Maria Alice Rezende de Carvalho

Orientadora

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Dr. Alexandre Almeida Magalhães

Coorientador

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Sarah da Silva Telles

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profa. Dra. Angela Maria de Randolpho Paiva

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2021

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Vatusi de Paula Silva

Graduou-se em Licenciatura em História pela Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas em 2020. Graduada em Ciências Sociais na Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas em 2019. Tem experiência e interesse nas áreas de Estado e Sociedade Civil, Teoria Social, Gênero e Relações Étnico Raciais. Foi pesquisadora do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE da Fundação Getulio Vargas.

Ficha Catalográfica

Silva, Vatusi de Paula

Interseccionalidade : inovação e tradição unidas em um conceito / Vatusi de Paula Silva ; orientadora: Maria Alice Rezende de Carvalho; coorientador: Alexandre Almeida Magalhães. – 2021.

148 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2021.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Interseccionalidade. 3. Feminismos. 4. Epistemologias. 5. História dos conceitos. I. Carvalho, Maria Alice Rezende de. II. Magalhães, Alexandre Almeida. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. IV. Título.

CDD: 300

Ao meu saudoso pai, José Carlos da Silva,
pelo exemplo de bondade, solidariedade,
alegria e profundo amor a Deus.

Agradecimentos

A Deus, sua mãe Maria Santíssima, a Santa Catarina de Alexandria e a Santo Expedito.

Agradeço a minha saudosa tia Nonilha, por revelar-me elementos da minha cultura ancestral onde Iemanjá é minha mãe e Ogum meu pai.

A minha mãe, Hedimirce de Paula Silva, por todo exemplo de dignidade e apoio.

Os meus irmãos Vlado de Paula Silva e Vladson Carlos de Paula Silva por todo cuidado, paciência e amor.

A minha querida orientadora, Maria Alice Resende de Carvalho, pela inspiração, paciência e por me ajudar a ampliar o olhar.

Ao meu querido coorientador, Alexandre Almeida Magalhães, por toda por toda luz, advertências e ensinamentos.

Ao Gabriel Banaggia, por toda ajuda e ensinamentos no início dessa jornada.

Aos docentes, discentes e todos os funcionários do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio.

Agradeço as entrevistadas Bila Sorj, Sônia Beatriz dos Santos, Felícia Picanço e Maria Lúcia Alexandre.

Agradeço a ampla rede de apoio que está comigo ao longo da vida.

Agradeço ao meu grande amigo, Paulo de Tarso, por tudo!

As minhas amigas e irmãs de caminhada, Kelly de Oliveira, Manuela Lenkic e Diana Lacs Sichel, por todo carinho, suporte e risadas.

Os professores Marco Aurélio Vannucchi Leme de Matos e João Marcelo Ehlert Maia por todos os ensinamentos e incentivos durante minha graduação.

Agradeço a minha filha, Diana de Paula, por lembrar-me que viver é bom.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

SILVA, Vatusi de Paula. **Interseccionalidade: inovação e tradição unidas em um conceito.** Rio de Janeiro, 2021, 148 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo desta dissertação diz respeito à realização de um estudo recuperando a história do conceito de interseccionalidade e a recepção do mesmo nos cursos de pós-graduação em áreas interdisciplinares no campo das Humanidades no Brasil, particularmente nas universidades fluminenses, apoiado nas premissas metodológicas da História dos Conceitos de Reinhart Koselleck. A hipótese desta pesquisa é que a circulação de determinados conceitos desacompanhados de sua historicidade tende a esvaziá-los de sua potência política e analítica, ainda quando mobilizados em um ambiente de análise, pesquisa e produção do saber. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com levantamento bibliográfico associado a entrevistas semiestruturadas. Como conclusão, apresento a influência da localização geopolítica das universidades por onde as cientistas passaram durante sua formação com o momento e o modo de recepção do conceito de interseccionalidade.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Feminismos. Epistemologias. História dos conceitos.

Abstract

SILVA, Vatusi de Paula. **Intersectionality: innovation and tradition united in a concept.** Rio de Janeiro, 2021, 148 p. Master's Dissertation – Social Sciences Department, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The objective of this dissertation concerns the realization of a study recovering the history of the concept of intersectionality and its reception in postgraduate courses in interdisciplinary areas in the field of Humanities in Brazil, particularly in the universities of Rio de Janeiro, supported by the methodological premises of History of Reinhart Koselleck's Concepts. The hypothesis of this research is that the circulation of certain concepts unaccompanied by their historicity tends to empty them of their political and analytical power, even when mobilized in an environment of analysis, research and knowledge production. This is a qualitative research, with a bibliographic survey associated with semi-structured interviews. As a conclusion, I present the influence of the geopolitical location of the universities where the scientists passed during their training with the moment and the way of reception of the concept of intersectionality.

Keywords: Intersectionality. Feminism. Epistemologies. Conceptual History.

Sumário

Capítulo 1 - Introdução	11
1.1 Interseccionalidade	26
1.3 História dos conceitos	36
Capítulo 2 - Algumas considerações a respeito da Interseccionalidade	46
2.1 Marcando os sujeitos	47
2.2 Teoria e prática: a simbiose interseccional	50
2.3 Reconstruindo a trajetória	59
2.4 A História dos conceitos e sua contribuição às Ciências Sociais	63
2.5 História dos Conceitos e a primazia da linguagem: sua contribuição aos estudos identitários	65
2.6 Delimitando os marcadores	70
2.7 Sujeitos históricos definindo sua existência em diferentes contextos: uma relação entre história dos conceitos, Estudos Culturais e teoria dos feminismos	72
2.8 “Passado presente”	75
Capítulo 3 - Recepção do conceito de interseccionalidade entre intelectuais brasileiras	80
3.1 As Ciências Sociais no Brasil e a intersecção de categorias	84
3.2 O protagonismo de Lélia Gonzalez	92
3.2.1 Lélia hoje	93
Capítulo 4 - Ensino, aprendizado e recepção do conceito de Interseccionalidade na trajetória acadêmica de quatro intelectuais brasileiras	99
4.1 A virada interseccional	113
4.2 Você é feminista?	122
4.3 Análise de resultados	127
4.3.1 Desencantando a ciência	131
Considerações Finais	133
Referências bibliográficas	138

Lista de siglas e abreviaturas

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras

CEDIM – Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CEFET/RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

FEBF - Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

MNU – Movimento Negro Unificado

ONU – Organização das Nações Unidas

PPGBIOs - Programa de Pós-graduação em Bioética e Ética Aplicada

PPGCIS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RMN – Rede de Mulheres Negras do Paraná

SESC SP – Serviço Social do Comércio do Estado de São Paulo

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFFS – Universidade Federal da Fronteira do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1 Introdução

Ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de slogans e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalharemos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus (JORDAN, June apud COLLINS, 2017).

Existir como mulher negra me parece uma condição invariável e incontornável de, em alguma medida, ser interseccional. Do mesmo modo, a liberdade, de acordo com a perspectiva de June Jordan (1996), é indivisível, logo, interseccional. Entretanto, conforme nos alerta Daniela Beccaccia Versiani (2002), devemos estar atentas e atentos para que construções discursivas não sejam essencializadas.

A subjetividade, ainda segundo Versiani, precisa ser trabalhada como algo coletivo, por isso a interseccionalidade, além de uma ferramenta política, se apresenta ainda, na forma de instrumento teórico-metodológico catalisador dos discursos produzidos por um determinado grupo. O conceito de interseccionalidade evidencia a construção complexa do fenômeno da interação dos sistemas de dominação de gênero, raça e classe, bem como suas consequências sobre determinados sujeitos.

O trabalho abordará essencialmente as diferentes dimensões do conceito de interseccionalidade a partir e por meio da produção intelectual de mulheres negras, grupo no qual a interdependência dos marcadores sociais da diferença vem sendo analisada há longa data. Contudo, a despeito da maioria das autoras relacionadas estarem situadas no Norte global e de uma visível atualidade da palavra, o conceito de interseccionalidade “não está circunscrita às nações da América do Norte e da Europa nem é um fenômeno novo” (BILGE; COLLINS, 2021, p. 17). O conceito de interseccionalidade não exclui, mas agrega. Todavia, é característica da historicidade do conceito o fato de estar vinculado intimamente à trajetória teórica e luta política de mulheres afro-americanas.

Diante do poder sociopolítico de transformação da realidade e perspectiva de investigação acadêmica proposta pelo conceito, me interessei pelo tema durante o primeiro semestre de 2019, enquanto cursava a disciplina *Marcadores Sociais da Diferença*, ministrada pela Profa. Dra. Sônia Maria Giacomini e pelo Prof. Dr. Doutor Gabriel Banaggia, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCIS). Diante de inúmeros textos sobre diferença, diferenciação, feminismos, mulherismo, masculinidades e assuntos do campo, o tema da interseccionalidade me chamou atenção pelo modo como dialogava junto aos movimentos sociais a partir de seus respectivos contextos socioculturais (PAIVA, 2010).

Até aquele contato com a disciplina, minhas referências teóricas acerca do assunto eram poucas e, apesar de possuir algum conhecimento sobre o conceito e de saber que ele possuía uma dupla natureza: agregar a agenda política de grupos subalternizados e atuar como ferramenta teórico metodológica, não havia até então me deparado com uma bibliografia densa a respeito do conceito de interseccionalidade.

Após ler as considerações de June Jordan¹ a respeito da indivisibilidade de pautas, fui obrigada a lidar com minha própria resistência em relação à equivalência de opressões. Decidi estudar o tema não por conforto, ao contrário, a opção pela interseccionalidade se deu justamente pelo incômodo originado diante do desafio tenaz da não hierarquização de pautas, especialmente gênero e raça.

Antes das aspirações por liberdade, o conceito de interseccionalidade impõe o desafio da igualdade entre os “desiguais”. Ademais, o lugar que o valor de justiça social ocupa na teoria também determinou a escolha do tema desta pesquisa. Do mesmo modo, o conceito de *outsider within* da socióloga e feminista negra Patrícia Hill Collins (2017) me pareceu um exímio tradutor de captura a respeito das experiências de diversos sujeitos.

Collins explica o conceito usando exemplos de suas experiências pessoais, dentre elas o fato de ser a primeira mulher de sua família a ir para a universidade

¹ “Well, number one: I believe I have worked as hard as I could, and then harder than that, on behalf of equality and justice-for African-Americans, for the Palestinian people, and for people of color everywhere. And no, I do not believe it is blasphemous to compare oppressions of sexuality to oppressions of race and ethnicity: freedom is indivisible or it is nothing at all besides sloganeering and temporary, short-sighted, and shortlived advancement for a few. Freedom is indivisible, and either we are working for freedom or you are working for the sake of your self-interests and I am working for mine” (JORDAN, 1996, p. 439).

ou transitar como uma das poucas, por vezes a única, mulher negra em ambientes que não foram projetados para ela; ou quando retornava ao seu bairro e se sentia *outsider within*. Em um lugar particular, com visão privilegiada a respeito dessas realidades, eu me via instigada pelo conceito, pois ele parecia nomear grande parte do meu modo de existir na sociedade na qual iniciei a minha vida. Tal explanação de Collins representava minha sensação de estar, simultaneamente, “dentro e fora” de inúmeras realidades, ser uma forasteira de dentro desde muito cedo.

Percebi, ainda, a abrangência da teoria de Collins ao me lembrar da obra *Esboço de autoanálise* (2005) de Pierre Bourdieu. No livro, o autor divide momentos de sua trajetória escolar nos quais se pode analisar como sua origem social fez dele um *outsider within*, se observado a partir das perspectivas de classe e região. A posição social proporcionou a Bourdieu o que a teoria de Patrícia Hill Collins chamaria de *olhar privilegiado* a respeito do que vinha sendo produzido na academia, o que ampliou o alcance e a potência crítica do sociólogo em relação ao sistema educacional francês e abriu espaço para a construção de sua própria teoria. Tudo isso confirmou, para mim, o poder também transformador do conceito de interseccionalidade, já que a visão privilegiada de mulheres negras, *outsiders within*, atravessadas por marcadores sociais de gênero, raça e classe e sobreviventes dessas opressões cruzadas, pode vir a contribuir em relação às questões que extrapolam seus próprios interesses:

Para Collins, cada indivíduo tem a possibilidade, a partir do lugar de onde se encontra, produzir um olhar único sobre cada situação. Ela cunhou o termo *outsider within* que, em uma livre tradução, nos fornece a expressão forasteiras de dentro. A autora irá escrever como os marcadores sociais de gênero e raça colocam as mulheres negras em lugares específicos que as permitem ter um olhar tanto da margem onde se encontram quanto do centro onde não podem estar posicionadas. Esse olhar privilegiado, portanto, contesta a ideia de pensar os marcadores sociais somente a partir das desvantagens sociais e nos leva a construção de uma ferramenta de empoderamento para as mulheres negras (MBANDI, 2019, p. 17-18).

Ao refletir sobre o vocábulo “interseccionalidade” percebi que o termo, tanto dentro como fora da academia, era cercado de diversos usos. A intenção deste trabalho é investigar como ele surgiu e, especialmente, como vem sendo apropriado no Brasil.

Após a Terceira Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, ocorrida em 2001 na cidade de Durban, na África do Sul, o conceito de interseccionalidade se popularizou. No Brasil, o sétimo número da revista *Estudos Feministas* (2002) apresentou um dossiê organizado por Luiza Bairros a respeito da participação feminina na Conferência de Durban. A *Estudos Feministas* é um importante periódico no campo dos estudos de gênero e no ano de publicação do dossiê estava completando sua primeira década.

Na apresentação, Luiza Bairros expõe que o trabalho de Kimberle Crenshaw interseccionalidade já havia sido apresentado um ano antes na Croácia durante uma série de eventos preparatórios à Conferência, promovida pela ONU em diversos locais do mundo. Tais encontros objetivavam “mapear” as várias formas de manifestação do racismo, os grupos mais atingidos e buscar soluções para o problema (BAIRROS, 2002, p. 169).

Além da projeção durante e após o encontro, os trabalhos de Kimberle Crenshaw também influenciaram a cláusula de igualdade da Constituição da África do Sul,² considerada a mais progressista entre as Cartas Magnas por seu destaque aos Direitos humanos, ao antirracismo, antissexismo e ao predomínio do Estado de Direito. Ainda no preâmbulo, pode-se observar a justiça social, objetivo e valor central do conceito interseccionalidade, expressa da seguinte maneira: “Curar as divisões do passado e estabelecer uma sociedade baseada em valores democráticos, justiça social e direitos humanos fundamentais”.³

Dentre as críticas ao conceito de interseccionalidade que serão abordadas e discutidas em capítulo específico desta dissertação, citarei aqui a que discorre justamente sobre o fato dos trabalhos iniciais de Kimberle Crenshaw (1989; 1991; 2002) tratarem fundamentalmente da articulação de gênero e raça no campo do Direito, partindo da interpretação das *Civil Rights*.⁴

Essa linha crítica faz referência ao difundido artigo “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination

² ÁFRICA DO SUL. **The Constitution of the Republic of South Africa, 1996**. As adopted on 8 May 1996 and amended on 11 October 1996 by the Constitutional Assembly.

³ “Heal the divisions of the past and establish a society based on democratic values, social justice and fundamental human rights” (Ibidem, p. 1).

⁴ Em 1964 passou a vigorar nos Estados Unidos a *Civil Rights* que buscava garantir direitos iguais aos norte americanos, objetivando por fim ao sistema de discriminação vigente no país.

doctrine, feminist theory and antiracist politics” (1989), no qual a jurista, a fim de comprovar seu argumento de que tratar raça e gênero como categorias separadas resultava na invisibilidade a respeito da experiência de mulheres atravessadas por esses dois eixos de subordinação. A autora elencou três casos: DeGraffenreid *versus* General Motors, o mais conhecido deles, Moore *versus* Hughes Helicopter e Payne *versus* Travenol. Em todos eles a falta de uma perspectiva interseccional por parte da Corte acabou por produzir invisibilidade em relação às demandas de mulheres negras.

Como acadêmica, jurista, feminista negra, intelectual e militante no campo dos Direitos Humanos, justiça social entre outros, Kimberle utilizou elementos de sua área para abordar um fenômeno social.⁵ A autora analisa como os marcadores sociais da diferença interferem nas relações produzindo um determinado tipo de Ação Social. Crenshaw (2002, p. 177) define o conceito da seguinte maneira:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Podemos observar que o conceito de interseccionalidade não está restrito ao campo do Direito ou à experiência única de mulheres negras. Em entrevista à jornalista britânica Bim Adewunmi, divulgada no Brasil pelo Portal Geledés, Kimberle Crenshaw explica:

Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar para dizer: é muito bom para eu entender os tipos de discriminações que ocorrem ao longo desta avenida, ao longo deste eixo, mas o que acontece quando ele flui para outro eixo, outra avenida?⁶

⁵ “[...] While I cannot claim to know the circumstances underlying the cases that I will discuss, I nevertheless believe that the way courts interpret claims made by Black women is itself part of Black women's experience and, consequently, a cursory review of cases involving Black female plaintiffs is quite revealing [...]” (CRENSHAW, 1989, p. 141).

⁶ CRENSHAW, Kimberle. “Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar” [entrevista realizada por Bim Adewunmi; tradução de Bia Cardoso, publicada originalmente no New Statesman em 02 abr. 2014]. In: **Portal Geledés**, 27 jul. 2014.

Crenshaw explica que o conceito “não é exatamente novo” e sim uma continuidade de trabalhos que vêm sendo realizados desde o século XIX. A jurista aponta ainda que classe e raça também não são conceitos novos, assim como outros e que “continuamos a debater e falar sobre esses assuntos, então, o que há de tão incomum no fato da interseccionalidade não ser um conceito novo? Por esse motivo não deveria haver razões para falar sobre isso?”. De todo modo, o que podemos observar de maneira objetiva, está no ponto sobre a maneira como Crenshaw (2002) organiza e estrutura um sistema que atua como lente multidimensional a ser posta sobre realidades distintas.

A adesão ao conceito durante a Conferência ocorreu devido ao seu potencial em esboçar um modelo útil à captação de problemas para além de um único escopo territorial. O evento intencionava medidas contra “a discriminação racial ou **étnica**, a xenofobia e **outras formas contemporâneas correlatas de intolerância**” (ALVES, 2002, p. 203, grifos meus), e mesmo após a mudança no título para Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e *Formas Correlatas de Intolerância* a partir de quando “a assembleia expandia (...) o escopo da conferência para áreas indefinidas” (Ibidem, p. 203), o conceito continuou a ser existir como.

A terceira conferência contra o racismo, realizada em Durban pela ONU, é importante porque se trata do primeiro evento desse porte que encara o racismo e a discriminação racial “em sua incidência planetária” (Ibidem, p. 200). Além disso, a proximidade com o fim do *apartheid* na África do Sul gerou espaço “para uma visão mais nítida do racismo como fenômeno generalizado que é” (Ibidem, p. 201). Por esta razão, o conceito de interseccionalidade aparece como ferramenta pertinente a fim de abarcar um fenômeno tão complexo quanto o racismo articulado com outros marcadores, adequando à análise as características das regiões. Ou seja, o racismo, o gênero e as opressões de classe são mobilizados de maneiras diferentes, a depender dos contextos socioculturais, mas isso não é tudo. A “fama” conquistada pelo conceito após a Conferência se deve ao seu potencial de desdobramento e complexidade. Além de questões raciais e de gênero, o conceito de interseccionalidade nos moldes apresentados por Crenshaw possui habilidade para abarcar também as formas correlatas de intolerância:

(...) Elas [discriminação, xenofobia e *outras formas contemporâneas correlatas de intolerância*] se consubstanciavam *inter alia* em agressões a imigrantes na Europa; no ressurgimento de doutrinas

“supremacistas” brancas nos Estados Unidos, inspiradoras de “milícias” armadas; nas matanças intertribais da África, paroxísticas no caso de Ruanda; no recrudescimento de conflitos etno-religiosos asiáticos, com mortes e profanações de templos; na violência e vandalismo de skinheads e grupos neonazistas dos dois lados do Atlântico (até mesmo no Brasil, que é capaz de copiar todos os piores modismos do chamado Primeiro Mundo); no agravamento do micronacionalismo fascistoide traduzido em “limpezas étnicas” e guerras civis cruentas. Ainda mais ominoso, tudo isso era acompanhado pelo fortalecimento eleitoral, nas democracias modelares, de partidos populistas de extrema direita, para os quais o “orgulho nacional” do “homem médio do povo”, associado ao racismo, à xenofobia e ao antissemitismo eram elementos demagógicos de plataformas programáticas (Ibidem, p. 201, grifos meus).

Os ataques de 11 de setembro, ocorridos três dias após o fim da Conferência, acabaram por abafar os avanços firmados durante o evento. Uma onda de desconfiança e preconceitos acerca do local de origem, a xenofobia, vem provocando desde então, como alerta Alves (Ibidem, idem) “a restauração no mundo de um “estado da natureza” hobbesiano, amedrontador em múltiplos sentidos”. Sendo assim, a relevância social da presente pesquisa se dá em torno das possibilidades a respeito da natureza do conceito de interseccionalidade e sua atuação em colaborar com o estancamento dos avanços de uma onda ultraconservadora⁷ que há décadas (Durban ocorreu em 2001, antes do atentado, e já havia detectado o avanço deste tipo de pensamento ideológico) busca imputar legitimidade a discursos discriminatórios, tomando como base marcas identitárias de sujeitos atravessados pela intersecção de dois ou mais eixos de opressão.

Obviamente, e assim como ocorre com demais conceitos, o alcance do conceito de interseccionalidade possui limites. O conceito apresentado nesta proposta foi formulado perante contornos políticos específicos, em democracias representativas. Desta forma, empreende-se um estudo a respeito de uma concepção teórico-metodológica calcada na relação entre identidade e representatividade, em consideração os paradigmas do Ocidente.

Diante da atual velocidade e volatilidade que tem caracterizado as sociedades Ocidentais, o conceito de interseccionalidade impõe intenso desafio,

⁷ “62 milhões de pessoas votaram em Donald Trump, 17 milhões no Brexit, mais de 10 milhões em Marine Le Pen, e quase 6 milhões no Alternativa para a Alemanha”. Esses votos, salvaguardando as devidas oscilações de país para país, estão distribuídos entre grupos inseridos ao longo de toda pirâmide social, do topo à base. Ver: EATWELL, R; GOODMAN, A. Nacional-populismo: como se formou a onda da extrema direita. [20 de agosto, 2020]. São Paulo: Nexu Jornal.

tanto a analistas que sustentam a noção como aos que a criticam, pois, o conceito não é estanque e compartilha teoria, metodologia e prática política de maneira correlativa em diversas frentes da *civil sphere*.⁸

No tocante à contribuição acadêmica, a pesquisa ambiciona realizar uma Sociologia do Conhecimento investigando quais são, na atualidade, os riscos de esvaziamento do conceito de interseccionalidade em seu processo de recepção e circulação nos cursos de pós-graduação em áreas interdisciplinares no campo das Humanidades no Brasil, particularmente nas universidades fluminenses?

Ainda sobre a relevância acadêmica da pesquisa, além dos cânones das Ciências Sociais foi utilizado significativo número de obras de autoras afrodescendentes e oriundas do Sul global. Tal movimento busca de alguma maneira colaborar com a inserção de tais trabalhos junto à ementa de disciplinas obrigatórias no ambiente acadêmico. Frequentemente tais trabalhos são encontrados apenas em disciplinas eletivas ou tópicos “especiais”.

Por fim, o trabalho contribui academicamente junto aos estudos feministas, ao registrar e analisar a recepção de uma teoria do conhecimento que busca capturar de maneira simultânea e multidimensional realidades não do “ser” mulher, pois não se trata de uma ontologia, mas sim do “existir” como tal em comunhão a construções discursivas e materiais que atravessaram suas próprias realidades. O trabalho possui dois pilares; os capítulos um e dois tratam do levantamento bibliográfico a respeito do conceito de interseccionalidade buscando abordar os distintos arcabouços teóricos nos quais o conceito tem se apoiado para se erguer e agregar distintas cosmovisões em seu percurso e o capítulo três, segunda parte da pesquisa, diz respeito à apresentação e análise de entrevistas realizadas para esse trabalho com acadêmicas docentes nos cursos de Pós-graduação no campo das humanidades, onde entre outras categorias, o lugar do “gênero” possui destaque ou figura como elemento principal de suas pesquisas.

⁸ Neste caso, a “*civil sphere*” neste faz referência à construção teórica do sociólogo estadunidense Jeffrey Alexander apresentada em seu livro *The civil sphere*, no qual o autor estrutura o espectro social como uma grande arena composta por diversas instituições (legislativo, imprensa, igreja, sociedade civil, empresas privadas, judiciário etc.) e outras menos autônomas, porém, em alguma medida se influenciam e são fundamentais para o saudável funcionamento da democracia, assim como a solidariedade entre os diversos grupos sociais. Ao assinalar argumentas o fato de a sociedade civil possuir uma história de longo tempo cuja dialética precisa ser observada de perto, Alexander expõe a necessidade de uma nova teoria sociológica que possa tratar do dia a dia, da vida pública das pessoas (ALEXANDER, 2006).

Ainda que em 1989 o conceito *interseccionalidade* tenha sido cunhado por Kimberle Crenshaw em caráter provisório – a fim de trazer visibilidade para as demandas de mulheres negras tanto junto ao movimento feminista como junto à política antirracista, o conceito tem sido apresentado cada vez mais com status de teoria. Uma série de trabalhos como os de Patrícia Hill Collins e demais autoras que tomam o conceito de interseccionalidade como eixo, tem comprovado tal orientação.

Acredita-se estar diante da construção de uma Teoria que dá conta de interpretar os fenômenos sociais do tempo presente e criar projeções futuras ou se trata de uma ferramenta metodológica, ou ainda o conceito de interseccionalidade performa melhor como catalisador das pautas dos movimentos sociais? Com objetivo de abordar este conceito, cuja configuração possui tantas sinuosidades se compreendeu necessário lançar mão de métodos bibliográficos e entrevistas.

A partir da pesquisa bibliográfica sobre o tema realizada por esta pesquisa foi possível perceber a existência relacional entre a produção de acadêmicas oriundas do contexto do ativismo que adentraram a academia e o trabalho da teórica e jurista Kimberle Crenshaw, com sua ideia de justiça social como “fim da história”.⁹ Além de especialista em direitos civis e estudos sobre gênero, Kimberle Crenshaw é uma proeminente teórica crítica da raça. Podemos observar o lugar que a justiça social ocupa na teoria no seguinte trecho:

O passo mais além a ser dado para se alcançar a justiça social é o de refletir que a emancipação racial é algo que não pode ocorrer apenas no âmbito do direito, mas que deve decorrer do combate ao racismo em sua interseccionalidade com a matriz de dominação, ou seja, com as demais formas de opressão, como o sexismo e as dinâmicas de classe, por exemplo. O resultado dessa compreensão holística dos sistemas de dominação é a própria desracialização da estratificação social, à medida que a raça é apenas um desses mecanismos (FERREIRA; QUEIROZ, 2018, p. 214).

Kimberle Crenshaw (1989) inicia o contorno do termo como um conceito: a interseccionalidade nomeia a intersecção das categorias gênero e raça que, segundo crítica da autora, não era considerada pela lei antidiscriminação, também orientada pela teoria feminista e pela política antirracista. Suprimir a intersecção da construção teórica acabava por produzir invisibilidade às mulheres negras, ou

⁹ O “fim da história” faz parte da teoria hegeliana, que recebeu inúmeras variantes. Na atualidade, as mais divulgadas são: ANDERSON, 1992 e FUKUYAMA, 1992.

dificuldade interpretativa em relação às suas demandas. Trata-se de uma crítica, com o objetivo de resolver um problema interno de grupos cuja função é combater frontalmente preconceitos, no caso do feminismo, de gênero e dos movimentos antirracistas de raça. Trata-se, em alguma medida, de uma encruzilhada também para os movimentos, por isso pode-se perceber, diante dos argumentos de Crenshaw (1989), a influência de pensadoras como Jordan (1996), quem entende a liberdade como elemento indivisível e que deve ser conquistado em conjunto.

O modo como Crenshaw (1989) apresenta seus argumentos e estrutura um protocolo, a princípio temporário, com destino a trazer para o centro mulheres “acidentadas” em avenidas identitárias, que se interseccionam afim de “verificar a aplicabilidade do feminismo negro em leis antidiscriminação”¹⁰ acabou por ganhar maiores contornos no artigo “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color” (1991), no qual ela efetivamente cunha o conceito de interseccionalidade.

Em síntese, é possível concluir que Kimberle Crenshaw sistematizou análises que concebiam o conceito de interseccionalidade construindo uma lupa, apta a ser posta sobre diversos contextos.

Por fim, é necessário pontuar as audiências ocorridas em 1991, quando a advogada afro-americana Anita Hill, cuja equipe de advogados que a representava contou com a presença de Kimberle Crenshaw, acusava de assédio sexual seu ex-superior, o juiz afro-americano Clarence Tomas, à época indicado a membro vitalício da Suprema Corte Norte Americana pelo então presidente George H. W. Bush. Obviamente, o evento precisaria ser analisado, levando em consideração diversos elementos políticos partidários que o compõem, o que não será o caso neste trabalho. Contudo, as declarações de Crenshaw (1991) sobre o evento evidenciam a importância de sua construção teórica:

[...] Quando estávamos defendendo Anita Hill, a sensação era de que havia 10 de nós contra o mundo inteiro”. [...] Havia críticas esmagadoras sobre Anita Hill vindas do lado de Clarence Thomas, do exército republicano, da Casa Branca, do comitê jurídico do Senado. E os democratas não estavam defendendo-a. O comentário de Thomas sobre ‘linchamento’ [em sua defesa, Clarence Thomas alegou estar sofrendo um

¹⁰ CRENSHAW, Kimberle. “Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar” [entrevista realizada por Bim Adewunmi; tradução de Bia Cardoso, publicada originalmente no New Statesman em 02 abr. 2014]. In: **Portal Geledés**, 27 jul. 2014.

“linchamento por meio de técnicas avançadas”] transmite a muitos afro-americanos que esta era uma questão racial [...]. Linchamento é uma representação por excelência de racismo [no caso estadunidense] [...] central em experiências masculinas de afro-americanos.¹¹

A autora explica ainda que ao ser confrontada com o termo linchamento, Anita Hill ficou sem base para resposta e nos informa que sua cliente “se tornou uma mulher sem cor”.¹² Kimberle Crenshaw também relata o dia em que ao sair do Capitólio foi “rodeada por um grande número de mulheres afro-americanas de mãos dadas, cantando músicas gospel em apoio a Clarence Thomas”. “Era como um desses momentos em que você, literalmente, sente que foi expulsa da sua comunidade (...)”. Anita Hill foi apoiada pelo feminismo hegemônico, obrigando, ainda segundo Crenshaw, feministas afro-americanas a “comprar o seu lugar dentro dessa conversa”, pontuando a intersecção de gênero e raça de Anita Hill e colaborando assim para seu resgate como denunciante e não como ré.

Esta dissertação busca apresentar e analisar a trajetória da interseccionalidade, dialogando com os eventos históricos que afetaram esse conceito. Do mesmo modo, será indicada sua definição conforme concebida por Crenshaw (1989), somada às considerações de outras teorias a respeito da construção do tema, especialmente os trabalhos das estadunidenses Patrícia Hill Collins (2017) e Angela Davis (2016) e das brasileiras Lélia Gonzalez (1984) e Adriana Piscitelli (2009).

A atenção dada às especificações formais, de teoria e método, a partir das quais o conceito de interseccionalidade é construído deve ser dada também à consciência de que “cada realização científica levanta novos “problemas” e terá de ser “ultrapassada” – este é o destino e, de fato, o significado de toda obra científica” como apontou Max Weber (1993). Contudo, esse processo de aperfeiçoamento do conceito não pode se confundir com a ameaça de

¹¹ CRENSHAW, Kimberle. “Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar” [entrevista realizada por Bim Adewunmi; tradução de Bia Cardoso, publicada originalmente no *New Statesman* em 02 abr. 2014]. In: **Portal Geledés**, 27 jul. 2014.

¹² Para Crenshaw é importante ressaltar que mulheres negras também eram linchadas e que este dado por vezes não é lembrado. Do mesmo modo, a autora critica em seu TED (conferência de palestras sobre tecnologia, rede, novas ideias e assuntos da atualidade) a invisibilidade em relação aos homens de meninas e mulheres negras que morrem nos Estados Unidos por uso de violência excessiva durante abordagem policial e suas identidades não são divulgadas (CRENSHAW, Kimberlé. “The urgency of intersectionality”, 18min49s. In: **TED – Youtube**, 07 dez. 2016).

aniquilamento que uma academia cada vez mais neoliberal (COLLINS, 2017, p. 14) pode provocar na dimensão política dos conceitos, notadamente o de interseccionalidade, que aponta para a justiça social. Esse movimento neoliberal acaba por manter as estruturas constitutivas dos eixos de dominação estruturais que a interseccionalidade denuncia e busca demolir:

[...] a recomposição neoliberal dos alinhamentos de poder entre o estado, o capital e a academia subvertem formas sem precedentes de visibilidade minoritária, valorizando a diferença sem consequências, o reconhecimento sem redistribuição. As perspectivas minoritárias criadas por campos de pesquisa contrahegemônicos podem então ser rearticuladas e incorporadas em uma hegemonia sempre adaptável sem alterar sua estrutura (FERGUSON apud BILGE, 2018, p. 71-72).

Através da luta histórica de grupos subalternos e seus aliados e de questões geopolíticas, a sociedade tem sido obrigada a enfrentar questões relacionadas a pautas identitárias e a temas relativos à diversidade. As relações sociais cada vez mais pautadas por esses temas não nos protegem da influência do capital, ou seja, em um ambiente sociopolítico no qual agendas neoliberais dentro e fora da academia ganham cada vez mais espaço, o próprio conceito de interseccionalidade se transforma em mercadoria, esvaziando sua dimensão revolucionária associada à justiça social e relativizando sua importância como elemento, ora de ruptura ora de apoio a epistemologias já cristalizadas.

O risco de esvaziamento do conceito de interseccionalidade aqui exposto gira em torno da transformação deste em mercadoria, cujo fetiche tende a ser potencializado através da conversão de ideais como igualdade, diversidade, liberdade, empoderamento e direitos em slogans com objetivos mercadológicos. Tal reenquadramento pode representar um desvio antagônico ao objetivo final do conceito – a justiça social – para uma potencialização de ações voltadas exclusivamente ao consumo de bens materiais reinterando a operação da sociedade capitalista, cujo alicerce e substância consistem na manutenção das desigualdades que causam a frustração de tais grupos.

A real, justa e legítima estratégia de se produzir *inclusão* tem surgido como horizonte norteador de um mercado recém-convertido no combate ao preconceito, sobretudo após pesquisas revelarem que a adoção da diversidade,

tanto no quadro funcional como no marketing, potencializa os lucros.¹³ Nestes casos, a prática de inclusão e o combate ao racismo, sexismo, LGBTfobia e demais violências correlatas aparecem condicionados ao lucro.

Buscando romper, em alguma medida, com o racismo em sua companhia, a empresa brasileira Magazine Luiza¹⁴ lançou um programa de trainee exclusivo para pessoas negras¹⁵ que gerou reações em todo o Brasil.¹⁶ Como consequência, a Defensoria Pública da União entrou com ação¹⁷ contra a gigante do varejo, pelo fato de ter lançado um programa de trainee exclusivo para negros. À época, a principal CEO da rede, Luiza Helena Trajano, foi questionada em um programa de entrevistas sobre a sua opinião no caso da empresa Google, que promovera um programa voltado à contratação de estagiários estudantes negros [no Brasil], sem reações contrárias da opinião pública. A empresária respondeu de imediato:

porque trainee é um cargo para ir para diretor... para presidente, por isso nós fizemos de trainee. Porque é nesses cargos que nós não temos gente, acho que inconscientemente mexeu [se referindo ao perfil dos que comumente ocupam tais posições, o majoritariamente criticaram a iniciativa], quer dizer um lugar ocupado por algumas pessoas que vai ter... inconsciente eu acho ...risos... Eu não posso responder sua pergunta porque é meio filosófica, eu acho que tem que estudar”.¹⁸

A empresa Google também promoveu um processo seletivo exclusivo para trainees negros no Brasil, porém, para o cargo de estagiário, e não obtiveram ações contrárias imputadas contra ela. Trajano aponta o “lugar” para o qual a reserva de vagas estava sendo feita como motivo do incômodo “inconsciente”. Ao responder “porque trainee é um cargo para ir para diretor” e, apesar de não completar a frase, aponta que o “lugar ocupado por algumas pessoas que [vão] ter”, neste caso que compartilhará-lo com pessoas negras, porque, assim como

¹³ HUNT, Vivian; LAYTON, Dennis; PRINCE, Sara. “A importância da Diversidade”. In: **McKinsey & Company**, 01 jan. 2015. Observemos o título e subtítulo desta matéria, cujo link foi retirado de uma matéria muito bem estruturada produzida por uma autora negra com genuíno objetivo de combate ao preconceito.

¹⁴ GRANATO, Luísa. “Ação contra Magalu por racismo reverso é constrangedora, fala defensor”. In: **Exame**, 07 out. 2020.

¹⁵ “Trainee Magalu 2021 abre vagas exclusivas para negros”. In: **Seja Trainee**, 21 set. 2020.

¹⁶ SILVEIRA, Daniel; BASILIO, Patricia. “Programa de trainee para negros do Magazine Luiza cumpre papel constitucional, dizem advogados”. In: **G1 Economia**, 21 set. 2020.

¹⁷ “Defensor da União move ação contra Magazine Luiza por trainee exclusivo para negros; DPU defende a empresa”. In: **G1 Economia**, 06 out. 2020.

¹⁸ “Luiza Trajano opina sobre motivo de repercussão de programa de trainee voltado a jovens negros”. In: **Canal oficial do programa de TV Roda Viva no Youtube**, 05 out. 2020, 1m48s.

explica a empresária no começo da fala, a seleção foi aberta para o cargo de trainee “Porque é nesses cargos que nós não temos gente”. A gente da qual a empresária se refere é a gente negra e o trainee é voltado para candidatos desse grupo étnico racial. Sua fala explicita

[...] um modo de comportamento social a partir de uma situação estruturada de poder, baseada em uma racialidade neutra, não nomeada, percebida como não constitutiva da identidade imediata do sujeito, mas sustentada pelos privilégios sociais cotidianamente experimentados (CARONE; BENTO, 2002 apud SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, 2012, p. 172-173).

Luiza Trajano não nomeia a branquitude como aqueles que majoritariamente ocupam os lugares de mais alto escalão nas empresas. Ela usa a expressão “algumas pessoas” sem definir raça. Mesmo sem nomear e de maneira subjetiva, a empresária expõe que as melhores posições do mercado não têm sido ocupadas por pessoas negras, independente da qualificação. A empresa Magazine Luiza manteve todos os critérios dos programas anteriores, flexibilizando apenas o nível de inglês.

O historiador George Reid Andrews (1998) indica como a desigualdade racial se estabeleceu no Brasil e como ela opera e persiste tomando como *objeto* a trajetória profissional entre negros e brancos no mercado de trabalho. A escolha por São Paulo como região para se medir a desigualdade no país se dá, segundo o autor, por ser lugar de um grande centro desenvolvimentista. A escolha também se deu porque o sociólogo Florestan Fernandes realizou pesquisas sobre o negro e a sociedade de classes anteriormente voltado também a essa localidade. Andrews apresenta dados sobre níveis de educação entre afrodescendentes, imigrantes e brasileiros não negros de classe baixa e média, concluindo que independente da escolaridade, era a cor da pele o elemento determinante sobre onde o indivíduo poderia ou não chegar. Aos negros a escalada se encerrava próxima aos cargos de “colarinho branco”. Outro argumento apresentado no livro consiste em como a restrição de voto aos analfabetos afastou a maior parte da população negra da participação política na Constituição de 1891.

Tomando o apontamento a respeito do atraso junto à participação política, que como consequência dificultou a representação da negritude brasileira, e o caso

do processo seletivo ofertado pela empresa Magazine Luíza, podemos observar que

Nós [negras/os] nos tornamos visíveis [majoritariamente] através do olhar e do vocabulário do “*sujeito branco*” que nos descreve: não são nossas palavras nem nossas vozes subjetivas impressas (...) mas sim o que representamos fantasmagoricamente para a nação *branca* e seus *verdadeiros* nacionais (KILOMBA, 2019, p. 72-73, grifos meus).

Na questão do programa de trainee da empresa Magazine Luiza, os sujeitos negros foram vocalizados tanto pela empresa e sua CEO que buscavam incluí-los como por aqueles que buscavam barrar o processo, representados na figura da Defensoria Pública da União. O conceito de interseccionalidade ajuda a transportar das margens para o centro sujeitos estrategicamente “tutelados” via marcas identitárias, a fim de se tornarem visíveis a partir de suas próprias vozes em diversos contextos.

A ação movida pela Defensoria Pública da União busca mascarar as “grandes misérias” provocadas pela consequência dos estigmas¹⁹ que o programa de trainee evidencia. Transitar sob “estado de exceção” (AGAMBEM, 2010) é a regra-padrão da experiência de determinadas identidades, mesmo existindo dentro de um Estado de Direito. Em seus rearranjos de manutenção das estruturas, a atual ordem econômica, no contexto de “relativização da miséria” causada pelos sistemas de dominação, pode disfarçar a percepção dos sujeitos que a experimentam:

Não que a experiência da posição ocupada no macrocosmo social não seja determinada ou, ao menos, alterada pelo efeito diretamente provado das interações sociais no interior desses microcosmos sociais, escritório, oficina, pequena empresa, vizinhança e também família extensa. A peça de Patrick Süskind, *O contrabaixo*, oferece uma imagem particularmente feliz da experiência dolorosa que podem ter do mundo social todos aqueles que, como o contrabaixista no meio da orquestra, **ocupam uma posição inferior e obscura no interior de um universo prestigioso e privilegiado**, experiência tanto mais dolorosa sem dúvida porque este uni verso, do qual eles participam justo o suficiente para provar seu relativo rebaixamento, está situado mais alto no espaço global. Esta miséria de posição, relativa ao ponto de vista daquele que a

¹⁹ O estigma como conceito está tanto para o positivo como para o negativo. Segundo Erving Goffman (1981), estigma é a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação de uma vida social plena. O estigma também pode ser interpretado não necessariamente como um “defeito”, algo negativo. Ele é um conjunto de características e atitudes que pressupostas de uma pessoa ou grupo. O estigma é sempre determinado pelo outro na interação.

experimenta fechando-se nos limites do microcosmo, está votada a parecer "totalmente relativa", como se diz, isto é, completamente irreal, se, tomando o ponto de vista do macrocosmo, ela for comparada à grande miséria de condição; referência quotidianamente utilizada para fins de condenação ("você não tem do que se queixar") ou do consolo ("há coisa muito pior, você sabe"). Mas **estabelecer a grande miséria como medida exclusiva de todas as misérias é proibir-se de perceber e compreender toda uma parte de sofrimentos característicos de uma ordem social que tem, sem dúvida, feito recuar a grande miséria** (menos, todavia, do que se diz com frequência), **mas que, diferenciando-se, tem também multiplicado os espaços sociais** (campos e subcampos especializados), **que têm oferecido as condições favoráveis a um desenvolvimento sem precedentes de todas as formas da pequena miséria** (BOURDIEU, 2008, p. 12-13, grifos meus).

Não se pretende aqui retirar ou diminuir o esforço de empresas e empresários genuinamente ativos no combate a diversas formas de discriminação. Do mesmo modo, empresas de recursos humanos, afro-empresendedores e demais iniciativas que buscam capitalizar pessoas negras, em especial mulheres, têm impulsionado parte da mudança a respeito das “imagens de controle” (BUENO, 2020) construídas em torno de mulheres negras. Trata-se aqui de apontar os limites da negociação a partir de determinadas estruturas.

1.1. Interseccionalidade

A interseccionalidade é um conceito contra hegemônico e não um produto da atual influência cultural da hegemonia neoliberal. O risco das negociações entre grupos que interseccionam gênero, raça, classe e sexualidade, como no caso de mulheres negras, está na aceitação de a mulher negra “incluída” em uma sociedade que permanece racista, machista, classista e misógina, na prática de inclusão sem transformação. A intersecção apresenta as “categorias que se sobrepõem e funcionam de maneira unificada [...] apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social”. Esta dissertação busca traçar a trajetória do conceito e apresentar seu poder holístico, ou seja, capturar – ou intentar capturar- de maneira global as dinâmicas executadas pelos sistemas de opressão, e com isso, construir pontes de

respeito às diferenças e superação das desigualdades com foco nos “eixos da divisão social” (BILGE; COLLINS, 2021, p. 16).

As diferentes posições sociais que ocupamos tendem a orientar nossas reivindicações. No caso das mulheres negras, o empreendimento colonial distanciou de maneira radical a categoria “mulher” através da estruturação de classe e raça como marcadores de diferenciação difíceis de romper. Deste modo, o feminismo hegemônico, fundamental para o processo de emancipação de todas as mulheres no Ocidente, estruturou suas reivindicações através da percepção de “mulher universal”, desenhada como um tipo único, deixando assim de contemplar pautas fundamentais de mulheres não-brancas. Este trabalho não pretende abordar a interseccionalidade como ferramenta que busca combater o feminismo hegemônico, pretende chamar atenção para as especificidades da categoria mulher e para o racismo presente nessa categoria. A interseccionalidade é um conceito catalisador e não um algoz.

A fim de contemplar suas particularidades na busca por direitos, o feminismo negro tem se estruturado e se debruçado sobre os efeitos das opressões causadas pelos sistemas de dominação via marcadores sociais da diferença, traduzidos por Kimberle Crenshaw (1989) como interseccionalidade, conceito que tem ganhado notoriedade nos últimos anos.

Parte-se da hipótese de que a popularização do conceito de interseccionalidade tem seguido desacompanhada de seu conteúdo analítico e fundamentalmente de seu objetivo final, ou seja, a justiça social. Diante do atual ambiente social, no qual o neoliberalismo tem vigorado como ideologia, a função contra hegemônica/revolucionária do conceito tem sido paulatinamente subtraída, reduzindo o conceito à mercadoria, cujo fetiche faz com que as pessoas se movimentem atrás do potencial estético e não do potencial ético do conceito. Por exemplo, frases como: “está na moda ser interseccional”, “a interseccionalidade está na moda”, “ser preto está na moda” parecem representar o que a interseccionalidade “é”. Entretanto, conforme indicam Cho, Crenshaw e McCall (2013, p. 795, tradução minha), a importância do conceito de interseccionalidade está expressada em “o que a interseccionalidade faz e não o que a interseccionalidade é”, logo tem ocorrido o que se entende por “alienação”, em termos marxistas, do conceito em relação ao seu poder de ruptura junto aos sistemas de dominação historicamente estruturados/construídos, ou seja, está

havendo uma cooptação do conceito pelo mercado que o reduz e o transforma em mercadoria.

A fim de verificar esta hipótese será estruturada a revisão da produção bibliográfica sobre a história do conceito de interseccionalidade, apoiada metodologicamente na História dos Conceitos de Reinhart Koselleck (1992).

O conceito de interseccionalidade trata dos eixos de opressão de raça, classe e gênero, objetivando a não hierarquização entre eles. Como expõe Djamila Ribeiro em sua apresentação da Coleção Feminismos Plurais:

Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar as opressões, de não criar como diz Angela Davis em *Mulheres negras* a construção de uma nova utopia, “primazia de uma opressão em relação a outras”. Pensar feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual (RIBEIRO, 2019, p. 13-14).

Segundo Patrícia Hill Collins (2017), o conceito de interseccionalidade ganhou espaço junto à comunidade acadêmica na década de 1990, contudo este é resultante de políticas emancipatórias acionadas por mulheres negras estadunidenses ainda nos anos 1960. Tal crescimento não se deu distante de tensões. Segundo a autora, os primeiros trabalhos interseccionais, que adentraram a academia e estabeleceram as bases para o que seria chamado de interseccionalidade, foram:

(...) *Civil Wars*, de June Jordan (Jordan, 1981); o clássico *Sister Outsider* (Lorde, 1984) de Audre Lorde; e o inovador *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis (Davis, 1981). Em trabalhos como esses, pode-se ver como a produção intelectual de mulheres negras contém uma análise explícita das interconexões de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de poder explicitamente ligados a diversos projetos de justiça social catalisados por seu envolvimento com os movimentos sociais (Collins, 2000). Mais uma vez, esse conjunto de estudos de raça/classe/gênero não estava limitado a mulheres afro-americanas (COLLINS, 2017, p. 9).

Ainda segundo Patrícia Hill Collins, a interseccionalidade já em seu início não buscou a liberdade apenas para mulheres negras: o conceito visava a emancipação para todas as pessoas oprimidas. A ideia de liberdade universal agregou o aspecto interseccional ao movimento feminista negro, do mesmo modo que o aproximou dos demais movimentos da sociedade civil do século XX.

Como ferramenta teórico-metodológica e prática política, a interseccionalidade possui, no meu entendimento, um “fim da história” o qual seria um corpo social mais justo para todas, todos e todes que nela existem. Sendo assim, entre os objetivos a dissertação desempenha a função de propagar o conceito de interseccionalidade, pontuando a ideia de justiça social como inerente à sua mobilização.

O aporte teórico central do objeto a ser investigado é a teoria do *standpoint* de Patrícia Hill Collins (2017). A teoria do *standpoint* pertence à epistemologia feminista e consiste na ideia de que o sujeito pode construir conhecimento a partir do lugar em que se situa. Ao criar sua teoria, Patrícia Hill Collins apresenta, através do conceito de *outsider within*, a ideia de que cada indivíduo é capaz de produzir um olhar particular sobre determinada situação, de maneira que ele pode estar dentro de uma determinada configuração e ainda assim ser *outsider*, ou seja, nunca pertencer plenamente a ela. A autora não negativa essa condição, pelo contrário, defende que o sujeito em tal situação adquire um ponto de vista particular, privilegiado, pois passa a adquirir uma visão crítica tanto do centro quanto da margem.

A socióloga cunhou o termo a fim de tentar compreender a situação das mulheres negras, que também é a sua. Tomar conhecimento dessa teoria se faz importante para compreender a interseccionalidade a partir da perspectiva de Collins, que observa os eixos de opressão de gênero, raça e classe não apenas como prejuízo, mas também como “construção de ferramenta de empoderamento”:

A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento de que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado (...)” (Ibidem, p. 7).

Ainda de acordo com Collins, a história da interseccionalidade tem início fora da academia. Ela parte da experiência de mulheres negras dentro dos movimentos sociais entre as décadas de 1950 e 1980. Até então, pesquisadoras e feministas negras tinham suas agendas raciais inobservadas pelo feminismo e suas agendas em relação às questões de gênero ignoradas pelo movimento dos Direitos Civis que, a priori, se voltava para o protagonismo dos homens negros. Essas

mulheres se viram obrigadas a criar o movimento feminista negro, podendo assim somar gênero, raça e classe à discussão. Essa articulação de eixos está presente na fundação do feminismo negro.

Nas décadas de 1970 e 1980, feministas negras adentraram a academia e tais estudos eram chamados de estudos sobre raça, mulheres ou gênero. Já existia toda uma articulação em torno da ideia que Kimberle Crenshaw (1989) chamou de interseccionalidade.

Em termos acadêmicos, o objetivo da interseccionalidade é “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 19), produtores de avenidas identitárias que atravessam mulheres negras por consequência dos cruzamentos de gênero, raça e classe. Atualmente, o conceito se estende à comunidade LGBTQI+ e demais grupos atravessados por eixos de opressão. Vejamos como Fátima Lima (2018, p. 67) apresenta um texto acerca de situações analisadas sob o olhar da intersecção de marcadores:

Partindo da raça enquanto categoria política, em diálogo com a perspectiva interseccional, este texto tem como objetivo provocar uma reflexão crítica sobre os modos de vidas, os desafios e os enfrentamentos vivenciados por mulheres negras e lésbicas em contextos brasileiros. As lésbicas negras têm seu corpo-subjetivação atravessado por três eixos de opressão que atuam com muita força: raça, gênero e sexualidade, marcando uma tripla opressão que, ao ser coadunada com outros marcadores categoriais como classe, geração, território, entre outros, intensifica os processos de exclusão. As reflexões desenvolvidas configuram-se em oposição às tentativas de apagamento e silenciamento das questões raciais, principalmente de lésbicas negras e/ou racializadas, seja no movimento negro, no movimento LGBTQ e na produção de reflexões acadêmicas tanto no campo das Ciências Humanas e Sociais como nos campos das teorias feministas, dos direitos humanos e das políticas públicas.

Kimberle Crenshaw (1989) cita o caso da General Motors nos Estados Unidos, no qual a interseccionalidade não foi usada para avaliar o processo que mulheres negras abriram contra a empresa, já que ela contratava apenas homens negros para serviços de força dentro da empresa e quando passou a contratar mulheres negras, uma década depois, essas eram as primeiras a serem demitidas. Tratava-se de uma segregação interna. A interseccionalidade não se trata apenas de múltiplas identidades, mas sim de um instrumento analítico para se avaliar em perspectiva as múltiplas camadas da subordinação, ainda segundo essa autora.

O cruzamento de raça, classe e gênero pode produzir uma inelegibilidade para mulheres negras. Ao pensarmos a respeito de como as leis são estruturadas, realmente não parece sequer correto falar em igualdade na aplicação delas para todos os cidadãos. As leis antirracistas e o movimento feminista evitam marcar tanto raça como gênero em suas avaliações.

No Brasil, Carla Akotirene lançou a obra *Interseccionalidade* (2019), na qual a autora interpreta que militantes da interseccionalidade encaram o trabalho tanto dentro como fora da academia como um ativismo teórico. A própria intenção de ativismo teórico já gera em si dois movimentos, porque não necessariamente um teórico é, ou precisa ser, um ativista e vice-versa. O fato de o conceito surgir dos movimentos sociais faz com que, de alguma maneira, se mesquem as práticas que não obrigatoriamente devem ser as mesmas, mas colaboram para essa abordagem múltipla do conceito, que não se reformula apenas pelo saber legitimado, mas também pelas discussões fora do campo acadêmico como coletivos, grupo de mulheres e ONGs.

Mais uma vez se faz importante retomar a história do movimento fora da academia em relação à construção da interseccionalidade desde seu início. As irmãs Barbara e Beverly Smith, pertencentes ao Coletivo Combahee River, de 1977, manifestavam suas pautas de maneira interseccional:

Acreditamos que a política sexual sob o patriarcado é tão onipresente nas vidas das mulheres negras, quanto às políticas de classe e raça. Também achamos, muitas vezes, difícil separar opressões de raça, classe e sexo porque, nas nossas vidas, elas estão quase sempre experimentadas simultaneamente. Nós sabemos que existe uma coisa que é uma opressão sexual-racial que nem é somente racial nem somente sexual, por exemplo, a história do estupro de mulheres negras por homens brancos como arma de repressão política. Mesmo sendo feministas e lésbicas, nos solidarizamos com os homens negros progressistas, e não defendemos o fracionamento que as mulheres brancas separatistas reivindicam (Coletivo Combahee River apud AKOTIRENE, 2019, p. 18-19).

Esse grito interseccional das integrantes do coletivo ecoa como grande bandeira do feminismo negro interseccional ainda nos dias de hoje. Fontes colhidas fora dos referenciais teóricos acadêmicos também contribuíram como referência neste trabalho.

Apontada como uma das fundamentais referências da matriz interseccional, a obra de Angela Davis intitulada *Mulheres, raça e classe* (1981)

expõe como o capitalismo, o machismo e o sexismo atravessam o trabalho doméstico na vida de mulheres negras, assim como abusos sexuais direcionados à questão da raça. Este livro também aponta como homens negros sofreram e sofrem com as consequências do cruzamento dos eixos de raça e classe.

A interseccionalidade também atravessa a obra da feminista negra Bell Hooks. Já em seu primeiro livro *Ain't I a Woman* (1987), a autora “ajusta” a metodologia interseccional articulando o impacto sexista na experiência de mulheres negras antes e depois da escravatura. Hooks expõe a desvalorização da subjetividade, o machismo dos homens negros, o racismo feminista e a vontade intelectual de trabalhar o paradigma afrocêntrico para defender um povo, unindo dessa forma teoria e prática interseccional. Esse movimento duplo é o que encontramos ao pesquisar a construção da interseccionalidade, conceito que não se compreende longe de sua perspectiva prática e teórica.

Não obstante, atualidade, diante da emergência das pautas identitárias, pode-se incorrer no erro de homogeneização sobre a realidade do grupo, mulheres negras, reproduzindo a impressão de que existe um pensamento universalizante por parte das mulheres negras, o que não é um fato.

O colonialismo situou essas “irmãs” (AKOTIRENE, 2018), em pontos diferentes. bell hooks menciona a ideia de matriarcalidade, assim como chama atenção sobre as construções do feminismo negro e do feminismo hegemônico que, em geral, cruzaram de maneiras diferentes o Sul e Norte globais. O pensamento da categoria “mulheres” é multidimensional, pois os contextos políticos, econômicos e sociais variam.

No Brasil, o feminismo negro existe como importante corrente para a construção de trabalhos acerca da trajetória de mulheres racializadas. Sueli Carneiro analisa a situação da mulher negra na América Latina e apresenta o argumento histórico de que “Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” e acrescenta:

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que

ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.²⁰

Sueli Carneiro lança mão da perspectiva histórica para construir suas análises e vai além, quando afirma que todas as mulheres devem estar unidas na luta de superação não apenas em relação ao patriarcado, mas também em relação ao combate a ideologias que apoiam o sistema de opressão masculino:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.²¹

Assim como Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), Sueli Carneiro (2011) é crítica da ideologia liberal e cita o poeta caribenho Aimé Césaire para exemplificar sua avaliação em relação ao “cidadão universal” criado pelo liberalismo: “as duas maneiras de perder-se são: por segregação, sendo enquadrado na particularidade, ou por diluição no universal”.

Sirma Bilge (2018, p. 69), por sua vez, aborda como o debate contemporâneo sobre interseccionalidade tem trabalhado para a despolitização do conceito inutilizando “o potencial crítico da interseccionalidade”:

A consciência política interseccional oferece um potencial crítico para a construção de coalizões políticas não opressivas entre vários movimentos orientados para a justiça social que agora competem uns com os outros, em vez de colaborar, sob o regime de equidade/diversidade neoliberal.

A autora expõe que mesmo grupos progressistas são atingidos pela falta de “consciência decolonial” e promovem opressões silenciosas ou não em relação a grupos historicamente oprimidos. A autora versa sobre a neutralização do potencial político da interseccionalidade, dialogando diretamente com esta dissertação, que se refere ao enfraquecimento das práticas políticas e teórica do

²⁰ CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: **Portal Geledés**, 06 mar. 2011.

²¹ *Ibidem*, *idem*.

conceito a caminho de um esvaziamento completo, ou seja, a não utilização do conceito nos discursos teóricos e políticos emancipatórios – a cooptação completa do liberalismo:

Ideias sobre justiça social se infundem na vida cotidiana de maneiras complexas e contraditórias, através de discursos e práticas populares e corporativas (Ward, 2007). Ao mesmo tempo, as estruturas subjacentes que produzem e sustentam desigualdades sociais são ignoradas e apagadas. Os discursos do senso comum assumem que as sociedades ocidentais já superaram em grande parte os problemas de racismo, sexismo e heterossexismo/homofobia. Mitos políticos dos "pós" (pós-racialidade, pós-feminismo) e fantasias de transcendência (Ahmed, 2004) são defendidos pelas forças liberais e conservadoras. O resultado é um clima político e cultural contraditório, repleto de ideias (ideais) de igualdade, acompanhados por uma recusa inflexível de ver a persistência de desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade, habilidade, e status de cidadania profundamente enraizadas (BILGE, 2018, p. 69).

Este trabalho abordará dois tipos de crítica, a primeira diz respeito à crítica interna de autoras interseccionais em relação à influência do liberalismo junto ao conceito, deixando de lado a busca da justiça social, inclusive na teoria de Kimberle Crenshaw (1989). A segunda tratará da crítica ao conceito em si. Vejamos algumas abaixo.

Ao criticar a interseccionalidade, Patrícia Hill Collins (2017) apresenta a ideia de que a prática interseccional precede a teoria de Kimberle Crenshaw (1989). Para a primeira autora, feministas negras desde a década de 1970 já experimentavam e produziam a interseccionalidade mesmo sem nomeá-la como tal. Nesse caso existe uma discussão a respeito do protagonismo do conceito.

O lesbofeminismo de Ochy Curiel, que critica a interseccionalidade de Kimberle Crenshaw por esta se apresentar “liberal, normativa e fraturada em termos identitários” (AKOTIRENE, 2019, p. 86). Ainda segundo Ochy Curiel a interseccionalidade desconsidera os efeitos da colonialidade, pois se constrói a partir de elementos vindos dela: gênero, raça e classe. De maneira principal, a construção de gênero é baseada no padrão heterossexual, não reconhecendo assim a diversidade de experiências corporificadas da contemporaneidade.

A militante franco-argelina Houria Bouteldja (2016) critica a interseccionalidade como um conceito que “virou moda” entre a esquerda branca e salienta que de nada adianta a denúncia de machismos internos a grupos

oprimidos se o patriarcado ocidental não é igualmente denunciado. Seu trabalho é fortemente ligado a questões em torno da etnia e tensões na França relacionadas à questão da imigração e nacionalidade.

Ina Kerner (2012) formula quatro modos de diferenciação entre racismo e sexismo, argumentando que, a depender dos contextos, elegem raça ou gênero como mais importantes. Aponta a discussão como reducionista na avaliação das questões de gênero e desenvolve um modelo inspirado na epistemologia foucaultiana, que abarca racismo e sexismo a partir de uma dimensão institucional, se distanciando da teoria do *standpoint*.

Angela Davis, por sua vez, apresenta a preocupação de que o conceito possa apagar o mérito das diversas intelectuais negras da década de 1970. Ela vem articulando o conceito de interseccionalidade dentro e fora da academia sem por vezes nomeá-la como tal. Do mesmo modo, Davis critica o conceito de interseccionalidade estruturada por Kimberle em relação ao impacto que ela pode causar junto aos homens negros população alvo de políticas de encarceramento:

Aqui cabe apresentar uma importante reflexão que Angela Davis tem feito de forma crítica ao conceito de interseccionalidade; como feminista negra abolicionista, essa autora tem sido uma voz contrária ao encarceramento em massa da população negra, que nesse caso atinge diretamente aos homens negros. Por esse motivo, Davis considera que a abordagem proposta por Crenshaw, inicialmente como uma ferramenta para ser usada no campo do direito, terminaria por colaborar em intensificar essa abordagem carcerária que atinge os homens negros (MBANDI, 2019, p. 26).

A teórica francesa Danièle Kergoat, que elaborou no final dos anos 1970 o conceito de *consustancialidade* e possui atualmente no Brasil como sua principal disseminadora a pensadora Helena Hirata, também critica a interseccionalidade por entender que as relações sociais se dão na interação e, portanto, não são estáticas:

Nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas (HIRATA, 2014, p. 61).

Helena Hirata trata os conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade como sinônimos. A autora indica que a jurista afro-americana Kimberle Crenshaw (1989) foi a primeira a citar explicitamente o termo interseccionalidade. Porém, aponta a metade dos anos 2000 como momento de popularização do termo, ponto criticado tanto por Carla Akotirene (2019) como por Patrícia Hill Collins (2017) em relação às teorias da consubstancialidade. Entre as disputas apresentadas, é possível observar que uma das principais questões diz respeito ao protagonismo sobre qual campo promoveu a articulação de opressões. Hirata (2014) defende que foi Danièle Kergoat (1978), já Patrícia Hill Collins (2017) e Angela Davis (2016) apontam que desde a década de 1960 mulheres negras já produziam a partir da perspectiva de intersecção.

1.2. História dos conceitos e estudos de recepção

A História dos Conceitos é um campo da História voltado para a análise histórica dos conceitos. Nesse sentido, sua utilização para elaboração deste trabalho se faz fundamental como ferramenta metodológica na construção da análise aqui proposta, já que o tema abordado – o conceito de interseccionalidade – por consequência de sua atualidade e características pode ser mais bem compreendido e articulado junto à história que o atravessa, a fim de que se evitem os possíveis riscos de esvaziamento e relativização dele.

O conceito de interseccionalidade é mobilizado a partir do contexto no qual os “sujeitos” estão inseridos, parâmetro fundamental para a História dos Conceitos de Reinhart Koselleck (1992). Dessa maneira, podemos estruturar estudos sobre os conceitos observando suas transformações, analisando de que modo o conceito era compreendido em sua construção, como ele está sendo mobilizado na contemporaneidade e sua expectativa futura. Outro ponto fundamental da teoria de Reinhart Koselleck é a importância da *palavra* dentro do contexto histórico para melhor compreendê-lo e através dele os pensamentos e disputas da época. De acordo com Marcelo Gantus Jasmin, a história conceitual afirma “a necessidade metodológica de um historicismo rigoroso para a compreensão dos usos conceituais particulares”. Ele exemplifica:

Nesse sentido, por exemplo, o conceito aristotélico de politeia não pode ser apreendido sem referência aos usos e às práticas da cidadania nas poleis gregas, assim como a compreensão da res publica de Cícero depende da ordem política da Roma do primeiro século [...] Mas a história conceitual não pára aí, pois está interessada nos modos pelos quais as gerações e os intérpretes posteriores leram, alterando os seus significados, essas proposições políticas do passado (JASMIN, 2005, p. 32).

Do mesmo modo, as interpretações subsequentes e a multiplicidade de significados e sujeitos que relacionam atualmente o conceito de interseccionalidade não podem ser apreendidas longe do contexto histórico da sociedade americana com relação à população negra, em especial às mulheres.

A construção da história do conceito de interseccionalidade, por se tratar de uma ferramenta analítica que pode ser aplicada em diferentes contextos sociopolíticos, exige um esforço de compreensão em relação às realidades social e histórica desses agrupamentos. Parte significativa do método está em observar “o registro de como os seus usos foram subsequentemente mantidos, alterados, ou transformados pode, propriamente, ser chamado de história dos conceitos” (Ibidem, idem). Por esse motivo tal campo foi escolhido como aporte teórico-metodológico deste trabalho compreendendo que a trajetória do conceito assim como das entrevistadas influem diretamente em suas escolhas analíticas e identidades políticas autodenominadas.

A História conceitual, o outro nome dado a História dos Conceitos, surgiu na Alemanha entre os séculos XVIII e XIX, porém, sua sistematização teórica e metodológica ocorreu em meados do século XIX, dialogando com a linguística através da importação dos conceitos de sincronia, diacronia, semasiologia e onomasiologia como princípios:

Como diz o nome, a *Begriffsgeschichte* é uma história de conceitos, e proliferou como um modo particular de história reflexiva da filosofia e do pensamento político e social, tendo se desenvolvido a partir das tradições da filologia, da história da filosofia e da hermenêutica. A história dos conceitos tal como a conhecemos hoje foi inicialmente desenvolvida pelo historiador austríaco Otto Brunner na sua crítica à historiografia jurídica e liberal alemã, em particular ao modo como esta transpunha para a realidade medieval lógicas conceituais derivadas do liberalismo posterior como, por exemplo, a separação entre a economia e a política e a oposição entre o público e o privado (Ibidem, p. 31).

A História dos Conceitos de Reinhart Koselleck nos alerta para a importância do contexto diante da interpretação de um conceito. Essa atenção se dá com o intuito de melhor interpretá-lo evitando, assim, anacronismos. Marcelo Gantus Jasmin, ao abordar a produção histórica do pensamento político e social, também lança mão da história dos conceitos como instrumento teórico-metodológico para a construção dessas produções:

Como reconhece Koselleck, “a história dos conceitos lida com o uso de **linguagem específica em situações específicas, nas quais os conceitos são elaborados e usados por falantes específicos**” (Koselleck, 1996, p. 62). Por isso a necessidade de se estabelecer os conceitos que constituem os vocabulários – campos semânticos ou domínios linguísticos – dessa ou daquela linguagem política e social, relacionando o seu uso na discussão política, social e econômica com os grupos que os sustentam ou os contestam (KOSELLECK apud JASMIN, 2005, p. 32, grifo meu).

Pode-se entender que a perspectiva hermenêutica da História dos Conceitos dialoga com a teoria do *standpoint*, aporte epistemológico da teoria feminista no qual se entende a construção do conhecimento a partir do universo social no qual o sujeito está situado. Tal concepção é essencial à construção e articulação do conceito de interseccionalidade.

João Marcelo Ehlert Maia (2006, p. 55) aponta que Reinhart Koselleck, em sua análise no campo da História dos Conceitos, leva em consideração “as transformações e as rupturas que alteram significados e incorporavam camadas de significação novas aos conceitos”. Os significados e os usos a materialidade dos discursos são metafísicos.

A tradução brasileira de Reinhart Koselleck (2006), obra originalmente publicada em 1985 composta por ensaios, é dividida em três partes: “Sobre a relação entre passado e futuro na história moderna”, “Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico” e “Sobre a semântica histórica da experiência”. Esta obra sistematiza o campo da História dos Conceitos.

Entre os principais parâmetros de Koselleck estão o apontamento para a importância da “palavra” como tradução das experiências humanas. Na análise do autor, nem toda palavra é um conceito, porém para que se torne um conceito a palavra precisa estar carregada de uma estrutura, cujo sentido de determinado contexto passa a ser explicado por essa palavra, que passa a representar uma

experiência sociopolítica. Apesar de toda palavra gozar de um sentido e um conteúdo, nem toda palavra é, ou poderia ser, um conceito:

[...] Naturalmente não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar num conceito e que, portanto, pode ter uma história. Palavras como oh!, ah!, und (e) etc., são palavras que não comportariam *prima facie* uma história do conceito (seriam desprovidas de sentido). É preciso estabelecer a distinção entre conceito e palavra, ainda que não me atenha à divisão dos linguistas (KOSELLECK, 1992, p. 135).

O conceito captura a realidade de um fenômeno complexo e carrega consigo tanto a polissemia, já que os contextos linguísticos são plurais, como as experiências. “Um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (Ibidem, p. 136). A crítica de Koselleck aos clássicos se dá a respeito da ideia de “verdade absoluta”. No pensamento desse historiador, não basta lançar mão apenas de uma fonte para se interpretar todas as realidades a respeito de um dado, para ele a “verdade” possui diversos sentidos, a depender dos atores que estão sendo mobilizados e que mobilizam o vocábulo:

(...) A história dos conceitos coloca-se como problemática indagar a partir de quando determinados conceitos são resultado de um processo de teorização. Essa problemática é possível indagar a partir de quando determinados conceitos são resultado de um processo de teorização. Essa problemática é possível de ser empiricamente tratada, objetivando essa constatação, por meio do trabalho com as fontes (Ibidem, idem).

Os *vocabulários* mobilizados são importantes para criar identidade, eles constroem o sentido coletivo de “nós” e aponta quem são “eles”. Podemos interpretar a construção do conceito de interseccionalidade a partir da falta de representação do “nós” – mulheres – em relação a “eles” – homens negros – no quesito gênero, e do “nós negras” em relação ao quesito raça do “elas” – mulheres não-negras.

A história dos conceitos mais uma vez se mostra fundamental na análise da interseccionalidade e das entrevistas devido à sua disputa semântica. O que é interseccionalidade, como interpretar essa palavra? O que é feminismo? Feminismo negro? Feminismo interseccional? Mulherismo? Movimento de

mulheres? Intelectual? Para se interpretar a interseccionalidade e as informações fornecidas pelas pesquisadoras é preciso conhecer suas histórias.

No campo semântico, sincronia e diacronia compõem parte dos parâmetros metodológicos da História dos Conceitos. Analisar um conceito de maneira sincrônica é tratá-lo sobre o ponto de vista de um contexto temporal específico, não levando em consideração os processos passados e as expectativas futuras. Já a abordagem diacrônica analisa os significados dos conceitos ao longo do tempo. O prisma da longa duração pode revelar como um determinado conceito se construiu ao longo do tempo – presente, passado e expectativas do futuro – assim, ainda segundo Koselleck (Ibidem, p. 136-137), “todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar tornando-o compreensível (...)”, o que significa dizer que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, “textos e contextos”.

Reinhart Koselleck privilegia a abordagem diacrônica em suas análises, afirmando que “a diacronia está contida na sincronia”. O estudo sobre o conceito de interseccionalidade apresentado nesta dissertação em correlação às entrevistas está inserido na perspectiva diacrônica, porque pretende apresentar, levando em consideração os contextos temporais de sua origem, significados ao longo do tempo e suas possibilidades futuras. Na História dos Conceitos (Ibidem, p. 141) há o pressuposto teórico do qual se entende que em toda expressão linguística sincronia há diacronia, ou seja, pode-se entender que para esse historiador todo conceito tem uma história:

A história do sucesso e dos eventos cotidianos da Guerra dos 7 anos, para que pudesse ser transmitida em sua articulação com a história dos sucessos e eventos de outras regiões extra-europeias, como o Canadá e a Índia, passou por um processo de abstração e agregação de elementos que tornou possível, pela via do conceito de história, em sua acepção a partir do século XVIII, a sua compreensão e inteligibilidade como fenômeno histórico. Trata-se, portanto, de um conceito altamente sofisticado do ponto de vista teórico, **capaz de articular experiências individuais numa totalidade abstrata** (Ibidem, p. 143, grifo meu).

Espaço de experiência e horizonte de expectativa são duas categorias na metodologia keselleckiana que permitem verificar a passagem do tempo. Quanto mais distantes essas categorias estiverem uma da outra, mais os sujeitos terão

como base expectativas futuras e, quanto mais próximas elas estiverem, mais se embasaram na experiência.

Outra categoria da teoria koselleckiana é o coletivo-singular, que expressa a ideia de que os conceitos são elementos que guiam uma experiência única, sem deixar de creditar a polissemia dos termos, pois cada grupo, na tentativa de acelerar ou regredir o tempo, pode vir a manipular o conceito de forma diversa. Por fim, recuperamos o “Imperialismo Cultural”, que significa interpretar através dos parâmetros da nossa cultura uma cultura que não é nossa.

Trazer para a Sociologia uma disciplina do campo da História e a análise da trajetória interseccional de mulheres negras a fim de colaborar com o enquadramento teórico-metodológico desta dissertação não encerra as possíveis problemáticas em torno da definição do conceito, visto que, conforme aponta Valdei Lopes de Araújo (2008, p. 49), os conceitos são “sintomas” e “produtores” das transformações ocorridas nas sociedades, possuidores de movimentos autônomos produtores de novas configurações.

As realidades históricas são mutáveis e, apesar de se salientar neste trabalho a importância de se aprender a história do conceito, não estará dito que as primeiras interpretações sobre ele são mais válidas do que as atuais. O conceito e até mesmo sua história estão em disputa. As experiências podem gerar novos significados, entretanto, por se tratar de um conceito recente, abordar sua história e articulações originais pode contribuir como registro das transformações de pautas tão importantes como gênero e raça.

O conceito de interseccionalidade se construiu antes mesmo de receber esse nome. Sua articulação atravessava diversas noções. Investigar através da história o que permaneceu ou mudou com o tempo a respeito do conceito, seus impactos políticos e sociais, bem como as disputas e tensões em torno dele é retirado de um campo maior, a teoria feminista, de onde vem sua epistemologia.

A teoria koselleckiana afirma a importância de se conhecer com profundidade os conceitos como primeiro elemento de pesquisa. Além disso, o analista deve buscar reconhecer quando o conceito passa a ser empregado sistematicamente. Assim se pode identificar as transformações sociais e políticas através da história da interseccionalidade, no caso deste trabalho. Alicerçado na diacronia, Reinhart Koselleck trabalha com os conceitos tradicionais, aqueles que permanecem com o mesmo significado outros que mudaram com o tempo.

Em uma de suas críticas à atual articulação do conceito interseccional, Angela Davis (2016) e Patrícia Hill Collins (2017) tentam combater as abordagens que o avaliam apenas pelo olhar da perspectiva sincrônica. Segundo as autoras, desde a década de 1980 a forte influência do liberalismo tem deixado as bandeiras e o objetivo final do conceito, que é a justiça social, diminuídos ou até mesmo esquecidos. Lucubrando através da preocupação das autoras, podemos imaginar uma árvore apresentada sem sua raiz e uma série de novas noções sendo suspensas a ela. Ora uma árvore sem raiz não se mantém de pé, do mesmo modo que o conceito pode se esvaziar de sentido, ou tê-lo alterado:

[...] apesar de suas reivindicações de inclusão, os movimentos progressivos podem falhar na consciência política interseccional. Essa falha traz um custo significativo para vários grupos subordinados, que são silenciados, excluídos, mal representados ou cooptados. (...) No cenário político atual, a necessidade de uma práxis interseccional *radical* pode ser mais urgente do que nunca. A consciência política interseccional oferece um potencial crítico para a construção de coalizões políticas não opressivas entre vários movimentos orientados para a justiça social que agora competem uns com os outros, em vez de colaborar, sob o regime de equidade/diversidade neoliberal (BILGE, 2018, p. 69).

O esvaziamento não é o único apontamento em relação à perspectiva futura do conceito de interseccionalidade. Observando as mudanças sociais ao longo do tempo, podemos indagar se o parâmetro de justiça social ainda faz sentido para os grupos subalternos, em especial às mulheres negras, pois estas não estão alheias a um contexto de consumismo, competição e individualismo, exacerbado e fomentado pelo liberalismo. Podemos indagar se o modo como Crenshaw (1989) articula o conceito, a partir do campo do direito e dialogando com a perspectiva liberal, não passou a contemplar de maneira mais adequada tal grupo.

A inscrição social das mulheres negras no Ocidente é, em geral, junto à base da pirâmide social. Suas vidas são atravessadas por estruturas constituídas ao longo dos séculos como: gênero, por consequência de uma construção do mundo, que elegeu o homem como parâmetro; raça, por consequência do processo de colonização, que escravizou e categorizou os sujeitos a partir da cor da pele e da origem étnica, construindo assim o racismo que se articula com a classe, elegida pelo capitalismo preferencialmente para ocupar a base da pirâmide social de

grupos não-brancos, mantendo assim o privilégio da branquitude ao longo dos séculos.

As diferenciações de gênero, raça e classe não são construções gratuitas: além de atuarem de modo a estruturar ferramentas de opressão para mulheres negras, também atuam como ferramentas de defesa para os demais grupos em relação à perda de “lugar” no mundo para além do social, o “lugar” existencial identitário. A interseccionalidade vem justamente combater tais diferenciações tão profundas e perversas no âmbito teórico, político e social.

A teoria de *standpoint* de Patrícia Hill Collins expõe o quanto marcadores sociais como gênero, raça e classe permitem que mulheres negras tenham um olhar tanto da margem quanto do centro e como tal posição as situa em um lugar privilegiado para construção de propostas transformadoras da sociedade. Tal característica refuta a ideia de pensar os marcadores sociais apenas como desvantagem, pois eles podem ser usados como edificação de importantes ferramentas de transformação política a despeito da visão privilegiada que estas possuem.

Retomo aqui que a metodologia do presente trabalho se dará a partir de análise teórica da literatura referente ao tema e apresentação dos principais argumentos dos textos selecionados. Trata-se aqui de uma sociologia crítica da análise dos conceitos de interseccionalidade apoiada pelo método de investigação estruturado por Reinhart Koselleck (1992; 2006) para se construir a história do conceito e, através dela, tomar conhecimento das mentalidades, signos, tensões e práticas de uma determinada sociedade. Assim sendo, o modo de verificação da hipótese será a análise bibliográfica em sintonia com a realização de entrevistas de acadêmicas de diferentes gerações que atuam no campo das Ciências Humanas em universidades localizadas na cidade do Rio de Janeiro. A técnica permite tratar das questões discutidas teoricamente a respeito do tema em concomitância com a trajetória das entrevistadas.

O primeiro capítulo possuirá dois eixos. Inicialmente, consistirá na apresentação e análise da história do conceito pela variante do pensamento feminista negro, cuja versão divulgada tanto pelas pensadoras negras estadunidenses como pelas afro-brasileiras acompanha a apresentada por Patrícia Hill Collins (2000) e Angela Davis (2016), que localizam o conceito de

interseccionalidade já na primeira metade do século XIX, identificando-a entre as relações sobre a origem dos direitos das mulheres e o movimento antiescravagista estadunidense.

Davis (2016) apresenta e analisa o discurso intitulado “Não sou eu uma mulher?” de Sojourner Truth, proferido em 1851, como símbolo da aspiração feminina negra de liberdade “não apenas da opressão racista, mas também da dominação sexista”, o apontando como “uma das mais citadas palavras de ordem do movimento de mulheres do século XIX”. Collins (2017) salienta o manifesto A Black Feminist Statement, assinado pelo Coletivo Combahee River em 1982, para aferir a emergência da teoria e prática interseccional na produção de mulheres negras como anterior à publicação do artigo de Crenshaw (1989).

O capítulo tratará ainda da fundação do termo propriamente dito, analisando como Kimberle Crenshaw (1989) desenvolve, revela e descreve a inter-relação de fluxos discriminatórios estruturais que atravessam a experiência cotidiana de mulheres negras. O objetivo é analisar como a arena democrática (TILLY, 2013), ao articular sociedade civil e representação, contribuiu na identificação, produção e aperfeiçoamento do conceito de interseccionalidade. Logo, neste caso, o desdobramento de novos grupos, fruto de uma crise de representação como ocorreu com as mulheres negras, tem forçado um alargamento do acesso a direitos e ao exercício de poder. Tal esforço interseccional tem contribuído para o alcance mais próximo do ideal (teórico/utópico) de experiência democrática, levando em consideração a perspectiva de Charles Tilly²² sobre democracia, já que ele emerge de “sujeitos” localizados na base da pirâmide social, mostrando assim que quando Angela Davis expõe a ideia de que “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” não é mera retórica de impacto, mas sim um atalho para construção de uma melhor experiência de vida dentro das ideias propostas por uma República Democrática de Direito.

²² Segundo Charles Tilly (2013, p. 6), a democracia salvaguarda condições de vida menos violentas, com possibilidade de movimentação, troca de poderes arbitrários, ou um melhor regime para evitá-las: “A democracia é um bem em si mesmo, na medida em que em alguma extensão ela oferece à população de determinado regime o poder coletivo de determinar seu próprio destino. De modo geral, ela salva pessoas comuns da tirania e da desordem que prevalecem na maioria dos outros regimes. Além disso, em boa parte dos casos, ela oferece melhores condições de vida, ao menos no que se refere a questões como acesso à educação, saúde e proteção legal”.

O segundo capítulo gira em torno da recepção do conceito de Interseccionalidade junto ao pensamento de mulheres negras no Brasil, em especial pelas pensadoras negras que se entendem feministas, mas sem deixar de observar a recepção entre aquelas que se autointitulam mulheristas, mulheristas africanas ou apenas pensadoras negras. Buscarei trabalhos de acadêmicas e de duas literatas, Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, negras brasileiras que construíram seus argumentos levando em consideração o conceito de interseccionalidade. O objetivo é mostrar a construção do conceito também no Brasil, pontuando as devidas diferenças sociopolíticas entre a experiência de mulheres negras brasileiras e estadunidenses não apenas no campo teórico, mas também no horizonte político.

No terceiro capítulo consistirá na apresentação e análise dos principais pontos das entrevistas. Pretende-se neste capítulo: examinar as disputas teóricas sobre o conceito no campo dos feminismos; verificar a percepção das entrevistadas quanto à hipótese de uma possível ambiguidade e esvaziamento do conceito onde, ao mesmo tempo em que se relaciona com o liberalismo, tem sido cooptado por este na sua versão neoliberal tendo a justiça social, seu objetivo final, apagada nessa translação, reduzindo-a ao conceito de mercadoria.

As considerações finais fará uma recapitulação dos capítulos da dissertação, apontando a importância de se compreender um conceito a partir de sua história, pois este pode carregar consigo histórias de vidas e transformações políticas através das quais se pode conhecer por um determinado ângulo como se dão as relações sociais e que tipo de pressões e necessidades ditam sua transformação e ainda como estas atingem diretamente a produção de conhecimento.

2 Algumas considerações a respeito da Interseccionalidade

A partir dos anos 2000, o conceito de interseccionalidade adquiriu visibilidade dentro e fora da academia, sobretudo, no campo das Ciências Humanas. Em geral, o conceito costuma ser evocado em análises de mulheres negras desde metade do século XIX, mas não apenas nelas. O conceito é cercado por disputas em torno de seus usos e emergência, dentro e fora da academia.

Por figurarem a base da pirâmide social, análises a partir da experiência de grupos subalternos têm salientado determinados ângulos das estruturas sociais. Tal movimento busca expor a complexidade das dinâmicas de opressão sobre determinados sujeitos. Este tipo de análise tem contribuído com: o alargamento das perspectivas de reflexão sobre os marcadores sociais da diferença e da produção de novas teorias e metodologias a partir do desafio analítico que o conceito de interseccionalidade impõe; resgate de trabalhos que articulavam os sistemas de dominação a partir do eixo gênero, raça e classe; refinamento de ferramentas analíticas já existentes e agregação de novos argumentos e caminhos na luta por emancipação.

O conceito de interseccionalidade costuma ser mobilizado em temas nos quais gênero, raça, classe, sexualidade, minorias, Direitos Humanos e movimentos sociais são acionados. Sua articulação assessoria a resolução de questões acerca da experiência de sujeitos cuja identidade os torna alvos de preconceitos sistemáticos, constringendo frontalmente sua experiência cidadã ao longo da vida, em favor da manutenção de privilégios de uma minoria.

O conceito de interseccionalidade existe como categoria teórico - metodológica – em particular junto ao feminista negro – por consequência de seu potencial emancipatório. O referido conceito parte da análise sobre a dinâmica de dois ou mais eixos de opressão, fundamentalmente: gênero, raça e classe, compreendidos como eixos estruturais da modernidade.

A respeito da história do conceito interseccionalidade, faz-se possível traçar uma linha cronológica sobre sua origem. O conceito foi sendo construído a partir da apreensão de tensões em torno da experiência objetiva e subjetiva de mulheres negras e racializada:

Dada à diminuição história de mulheres de ascendência africana, é tentador conferir às afro-americanas a descoberta de

uma interseccionalidade ainda não nomeada. No entanto, é evidente que nos Estados Unidos as mulheres afro-americanas faziam parte de um movimento mais amplo de mulheres, em que mexicanas e outras latinas, mulheres indígenas e asiáticas estavam na vanguarda de reivindicar a inter-relação de raça, classe, gênero e sexualidade em sua experiência cotidiana (COLLINS, 2017, p. 8).

A contribuição intelectual de mulheres inscritas e oriundas do Sul Global²³ tem ganhado destaque nos debates sobre o conceito de interseccionalidade. Do mesmo modo, autoras que não se autodeclaram negras ou racializadas, pertencentes ou não das periferias do mundo, também são referência diante do novo campo em construção.

2.1.

Marcando os sujeitos

Em *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*, Kabengele Munanga elucidada:

Etmologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné conhecido em Português

²³ Na literatura que concerne o conceito de Sul Global são habituais os dissensos sobre sua definição, como mostra Fonseca (2016) ao analisar o papel dos países do Sul Global na construção do conceito “Responsabilidade de proteger”, adotado pela ONU em 2005 com o objetivo de impedir crimes de guerra, genocídios, limpeza étnica, enfim, salvaguardar os civis de crimes contra a humanidade. Destarte, a concepção de Sul Global goza de corpo suficiente para construção de teorias no campo dos estudos pós-coloniais e das Relações Internacionais. Já que o conceito responde a um fenômeno recente de transformação geopolítica, como apresenta o Observatório Brasil e o Sul ao elucidar que o termo “Sul” (geralmente utilizado com letra maiúscula por se tratar de uma adjetivação do substantivo de significado geográfico) é sinônimo de países emergentes. Ele remete à nova divisão internacional surgida no pós-Guerra Fria, em que o mundo não mais seria dividido entre Leste (países comunistas) e Oeste (países capitalistas), mas entre Norte (países desenvolvidos, industrializados no século XIX) e Sul (países em desenvolvimento, ex-colônias e de industrialização tardia. No entanto, deve-se lembrar que o Sul apresenta inconsistência terminológica ao definir como Sul todos os países em desenvolvimento. O México, situado no hemisfério Norte é um país latino-americano e, portanto, pertencente ao Sul; a Rússia, outro país emergente, está situado ao Norte da linha do Equador; e Austrália e a Nova Zelândia, são países situados no hemisfério Sul, mas possuem status de países do Norte. Esses exemplos mostram a dificuldade de entender Norte e Sul pelo sentido denotativo, o que, nesse debate, devem assumir seu significado conotativo, já que são sinônimos de países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, respectivamente” (CAIXETA, 2014).

como Lineu (1707-1778), o uso para classificar as plantas em 24 raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada. (MUNANGA, 2003, p. 1).

Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico (Ibidem, p. 6).

Já *etnia* se trata de uma perspectiva sociocultural, ou seja, sujeitos ditos da mesma raça podem possuir diversas etnias. Ainda segundo Munanga, etnia é “um conjunto de indivíduos os quais, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (Ibidem, p. 12).

Dito isto, analiso a interseccionalidade experimentada por mulheres cuja etnia (trajetória histórica, cultural, influência religiosa, cosmovisão, geografia e a maneira como são lidas e tratadas socialmente), se enquadra na categoria originária da ancestralidade cultural africana. Entretanto, não desconsidero que a diáspora africana dividiu e subdividiu territorialmente suas vítimas, logo a integração, mesmo que forçada, produziu uma fusão cultural variando da construção do *self* de homens e mulheres africanos e afrodescendentes ao redor do mundo.

Substancialmente, os arquétipos garantidores do privilégio da branquitude²⁴ não se findaram mesmo após transformações radicais de sistemas políticos e econômicos no decorrer dos séculos, mas transformaram o modo de operação de suas tecnologias de opressão, garantindo a manutenção de poder.²⁵

A investigação se deu a partir dos contextos estadunidense e brasileiro, sem deixar de dialogar com demais regiões sempre que possível. O estudo analisou a construção teórica do conceito. Conforme alerta Moutinho (2014, p.

²⁴ Branquitude compreende o conjunto de sujeitos, lidos socialmente como “brancos”, que carregam privilégios construídos historicamente. Lia Vainer Schucman (2012, Resumo) define: “A branquitude é entendida aqui como uma construção sóciohistórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não-brancos”.

²⁵ Um bom exemplo para se pensar processos nos quais ocorreram mudanças na estrutura política e econômica sem uma substituição ou até mesmo redistribuição do eixo do poder são as garantias de manutenção de privilégios, observadas na relação de determinadas ex-colônias africanas, como a República de Ruanda, onde durante o Genocídio que mesmo após sua independência os meios de produção e a influência política continua nas mãos de seu então ex-colonizador.

208), “Traçar origens e influências é uma tarefa delicada e enganosa”, independente do “lugar” de onde se fala. Dito isto, a história do conceito de interseccionalidade tem sido forjada sob contextos de lutas políticas que se configuraram fundamentais para o desenvolvimento da experiência democrática, para a ampliação do acesso a direitos políticos e civis e para reformulação de políticas públicas particularmente para negros e mulheres.

Esta dissertação destaca dois momentos históricos fundamentais na conquista de direitos que perpassam a história do conceito. O primeiro diz respeito ao sufrágio feminino. No contexto estadunidense, o voto foi conquistado por mulheres brancas no ano de 1920 e por mulheres negras mais de quarenta anos depois, em 1965. No Brasil, o voto feminino em âmbito nacional foi instituído em 1932 (talvez uma análise histórica comparativa, tendo como base dados quantitativos possa nos revelar a porcentagem de mulheres negras e brancas que efetivamente exerciam o direito ao voto no Brasil e por quê). O segundo momento indispensável na estruturação da história do conceito interseccional como categoria analítica ocorre durante o Movimento dos Direitos Civis, cujo cume se deu nos anos 1960. Tais conquistas, calcadas em uma série de negociações, se deram a partir do esforço conjunto dos grupos racializados e apoiadores “interessados” ou simplesmente empáticos.

No início da década de 1980, o trabalho de pensadoras situadas no seio desses movimentos ganhou maior destaque nas instituições de ensino superior (COLLINS, 2017, p. 9). O pensamento de intelectuais negras veio à tona tanto nas universidades como nos debates através dos meios de comunicação e demais instituições na sociedade civil:

A transitória década de 1980 levou os movimentos sociais a uma pausa, mas isso constituiu um avanço nos contornos estruturais dos projetos de conhecimento que viam raça, classe, gênero e sexualidade como se construíssem mutuamente sistemas de poder. Mulheres de cor, ao argumentarem as interconexões de raça, classe, gênero e sexualidade, não produziram apenas documentos nos movimentos sociais, muitas dessas mulheres entraram na academia como estudantes de pós-graduação, professoras assistentes, docentes. É importante lembrar que os movimentos sociais não lutaram pela inclusão de mulheres e pessoas de cor na academia, que as ideias trazidas por elas dificilmente teriam aceitação. O caso das mulheres afro-americanas é exemplar neste sentido. Alice Walker, June Jordan, Angela Davis, Nikki Giovanni e Barbara Smith, para nomear algumas, estiveram todas ativamente engajadas nos movimentos sociais, especialmente dos Direitos Civis, anti-

guerra, Black Power e/ou movimentos de mulheres. O acesso a carreiras acadêmicas permitiu que mulheres afro-americanas politicamente ativas trouxessem as ideias políticas do feminismo negro para os estudos de raça/classe/ gênero. As principais obras de mulheres negras afro-americanas, que estabeleceram as bases para o que veio a ser conhecido como interseccionalidade, incluem *Civil Wars*, de June Jordan (Jordan, 1981); o clássico *Sister Outsider* (Lorde, 1984) de Audre Lorde; e o inovador *Mulheres, Raça e Classe de Angela Davis* (Davis, 1981) (Ibidem, p. 8-9).

É indispensável para melhor entendimento do conceito de interseccionalidade que se recupere elementos da história do mesmo investigar os caminhos analíticos percorridos, assim como suas apropriações, interpretações e tensões. Faz-se necessário também considerar o contexto no qual os sujeitos estão inseridos. Dessa maneira, podemos compor considerações a respeito do conceito observando suas transformações, o entendimento acerca de sua concepção e seu uso na contemporaneidade.

2.2. Teoria e prática: a simbiose interseccional

Segundo Houaiss (2009), “secção” significa “ato ou efeito de seccionar-se; porção retirada de um todo; segmento; ponto ou local onde algo foi cortado ou dividido...”. Já o prefixo “inter”, significa segundo o dicionário “entre; no interior de dois; no espaço de”. Podemos inferir que *interseccionalidade* é a identificação da articulação dos principais fragmentos (gênero, raça, classe) construtores do tecido que estrutura a dominação nas sociedades ocidentais.

“Categorias de articulação” é um dos termos utilizados por autoras como Avtar Brah (2006) para traduzir experiências de intersecção (PISCITELLI, 2009), assim como *interlocking oppressions* é termo equivalente utilizado por Patrícia Hill Collins (2000) com intuito de apontar o entrelaçamento das desigualdades tal qual matriz de opressão.

Devo salientar que no caso do Brasil o artigo de Lélia Gonzalez (1984) formaliza, de certa maneira, o que seria uma relação transnacional dos estudos interseccionais no Brasil. Nesse trabalho, a autora antecipa diversas questões

atuais em torno dos estudos sobre raça, racismo e gênero, como: branquitude, encarceramento em massa²⁶ e necropolítica,²⁷ um ano antes da publicação de *Mulheres, raça e classe* de Angela Davis (1981). Lélia Gonzalez situava a *intelligentzia* brasileira junto às disputas internas norteadoras do que viria a ser o campo dos estudos interseccionais. Isso porque Lélia Gonzalez entendia, já naquele período, a questão da mulher negra de maneira interseccional.

Lélia Gonzalez denunciava o pouco interesse do movimento negro brasileiro em relação às questões de gênero. Tal problema interno ocorria

²⁶ Encarceramento em massa refere-se à explosão demográfica sem precedentes de pessoas privadas de liberdade concentrada em um grupo ou comunidade específica. Juliana Borges (2019) remonta historicamente as dinâmicas das leis penais do Brasil Colônia até os dias atuais. O Brasil possui hoje a 4º maior população carcerária do mundo. Em Lélia Gonzalez (1984) já alertava para a questão carcerária dos homens negros. Atualmente essa condição tem atingido massivamente mulheres negras. Segundo o último do relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (BRASIL, 2016), entre 2000 e 2016 houve um aumento de 656% do encarceramento de mulheres. Ainda segundo o mesmo relatório, 50% das mulheres privadas de liberdade têm entre 18 e 29 anos, 62% são negras, 45% possuem Ensino Fundamental incompleto e, apesar das dificuldades apontadas pelo relatório sobre a coleta de informações primárias a respeito da quantidade de filhos, tendo conseguido analisar apenas 7% do total da população carcerária feminina em relação a este dado, a amostra expõe que 74% são mães. Sobre a distribuição dos crimes das mulheres privadas de liberdade, 62% são ligados ao tráfico de drogas. Atualmente, a Lei nº 11.343 de 2016, conhecida como Lei de Drogas tem sido a principal responsável pelo hiperencarceramento demográfica da população carcerária no Brasil. Outro dado produzido pelo Infopen Mulheres **se refere à taxa de suicídio de mulheres no sistema prisional “que chega a ser 20 vezes que a média nacional”** (BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Infopen Mulheres 2016**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2016).

²⁷ *Necropolítica* é o conceito criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) dentro do campo de discussão político-filosófico sobre a gestão da vida e da morte. Para o referido filósofo, o **soberano** expressa a implantação e manifestação do seu poder através da “gestão da morte”. Dialogando com a ideia de biopolítica de Michel Foucault, que se concentra em analisar a “gestão da vida” como expressão de poder do soberano em *fazer viver e deixar morrer*, onde o *fazer viver* refere-se ao posicionamento ativo do soberano na criação de políticas que potencializam a vida através do biopoder, tecnologia que regula os sujeitos a partir de dois eixos; primeiro, dispositivos disciplinares nomeados por Foucault de *anátomo-política*, que consiste em extrair do corpo humano via controle do tempo e espaço sua força produtiva e a *biopolítica* orientada para regulação das massas (FURTADO; CAMILO, 2016, p. 34). Para Foucault, a não atuação do soberano, ou seja, o posicionamento passivo configura-se em deixar *morrer* determinados corpos, os quais Achille Mbembe classifica como *corpos matáveis*. Ainda segundo Michel Foucault, com o capitalismo industrial e a necessidade de produção de corpos saudáveis e produtivos, o Estado, aqui no papel de soberano, insere a medicina na gestão do governo e também o **racismo**, pois a ideia de *raça* categorizou os sujeitos em superiores e inferiores, logo determinadas raças consideradas degeneradas deveriam ser eliminadas em benefício da saúde de outras. Achille Mbembe desloca o ângulo da *gestão da vida* estruturada por Foucault para a *gestão da morte*, de maneira que “Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” e conclui que “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror [...] a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2018, p. 146).

igualmente dentro do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e no movimento pan-africano. Com a finalidade de alterar essa prática nasceu em 1978 o Centro de Lutas Luísa Mahin, no interior do MNU. Sueli Carneiro indica ainda que para Lélia Gonzalez, “as incompreensões do movimento feminista em face da situação da mulher negra foram determinantes para organização de grupos específicos”.²⁸

Sueli Carneiro evidencia ainda que, segundo Lélia Gonzalez, mulheres negras deveriam priorizar o compromisso com a transformação social, visto que como “amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós a marca da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas”.²⁹ O pensamento de Lélia se aproxima ao de Angela Davis ao não subordinar a ordem econômica no tocante às questões de raça e de gênero.

Salientar e problematizar a lacuna analítica da qual tanto o feminismo hegemônico como o movimento negro careciam – pelo fato de não colocarem em pé de igualdade as demandas em torno da vivência de mulheres negras e racializadas – faz de Lélia Gonzalez a pensadora que no Brasil inaugurou de maneira sistemática, dentro e fora da academia, o que entendemos hoje como interseccionalidade.

O pensamento de Lélia Gonzalez não articula apenas os eixos de opressão que atropelam mulheres negras nas avenidas identitárias, mas também reconhece, assim como Patrícia Hill Collins, que tal posição pode “determinar uma ótica original capaz de aprender ângulos, nuances e especificidades que apenas o pertencimento a um determinado gênero, grupo [raça] e uma classe social permitem”.

A teoria de *standpoint* de Collins (1997) cunha o termo *outsider within* com intuito de expressar como os marcadores de gênero, raça e classe posicionam o olhar de mulheres negras tanto na margem como no centro, mesmo não estando situadas nesta posição por consequência dos eixos de opressão que estruturam as dinâmicas sociais.

²⁸ CARNEIRO, Sueli. “A pensadora é... Lélia Gonzalez”, 2h43min52s. In: **Pensar Africanamente – Página oficial no Youtube**, 18 jul. 2020, 41min28s.

²⁹ GONZALEZ apud Ibidem, 45min06s.

Outra similaridade entre a apresentação de Collins e Gonzalez a respeito do tema se dá ao não apresentarem o sujeito “mulheres negras” como vítimas resignadas, usando como justificativa o lugar social. A partir na noção butleriana de sujeito e agência, se pode analisar a história da interseccionalidade dialogando com o desejo de igualdade como elemento de autoconsciência dos limites estruturais e simultaneamente como força impulsionadora para superá-los, salvaguardando a identidade ancestral africana.

De todo modo, construir a história do conceito interseccional tomando o seu centro fundador, os Estados Unidos, e relacioná-lo com o contexto brasileiro requer certo cuidado. Apesar de semelhanças históricas acerca dos eventos em torno da escravização e diáspora africana, esses dois países possuem diferenças substanciais na construção dos sujeitos racializados. No tocante à realidade da população negra, o papel da religião figura de modo diverso na construção da cidadania (PAIVA, 2010), bem como da ideologia econômica.

Atualmente, *Intersectionality* permeia teorias de gênero do pensamento feminista, do campo do Direito, da Psicologia, da Ciência Política, dentre outras áreas. Apesar da proposta de a intersecção de opressões ter se feito presente durante a década de 1970, foi em 1989 que Kimberle Crenshaw, jurista norte americana e feminista negra apresentou o artigo no qual defende o perspectiva de intersecção de marcadores nas teorias e aplicação de políticas que aspiram minorar ou até mesmo erradicar experiências de subordinação de mulheres negras e demais grupos subalternos.

Embasado na Teoria Crítica da Raça, o artigo problematiza o “não lugar” das demandas de mulheres negras na teoria feminista e retórica antirracista. Crenshaw argumenta que abordar experiências de gênero e raça como eixos exclusivos tende a produzir “consequências problemáticas”:

Como a experiência interseccional é maior do que a soma do racismo e sexismo, qualquer análise que não leve a interseccionalidade e, conta não pode abordar suficientemente a maneira particular pela qual as mulheres negras são subordinadas. Assim, para que a teoria feminista e o discurso político antirracista abracem as experiências e preocupações das mulheres negras, toda a estrutura que tem sido usada como base para traduzir a “experiência das mulheres” ou “a experiência negra” em demandas políticas concretas deve ser repensada e reformulada (CRENSHAW, 1989, p. 140).

Em seu segundo artigo, este mais conhecido no Brasil, Kimberle Crenshaw (1991) analisa a “localização” interseccional de mulheres negras. Patrícia Hill Collins é outra autora de quem a bibliografia faz-se elementar ao circunscrever a “tradução” das apreensões interseccionais produzidas tanto no feminismo negro como em propostas norteadas pelo ideal de justiça social:

O artigo de Crenshaw oferece menos um ponto de origem da interseccionalidade, do que um marcador que mostra como os limites estruturais e simbólicos da interseccionalidade se deslocaram ao longo dos anos 1990, quando este projeto de conhecimento foi afastado do movimento social e incorporado pela academia (COLLINS, 2017, p. 11).

As discussões em torno das disputas em torno da emergência sobre os eixos de articulação nas análises do campo incluem feministas materialistas como Danielè Kergoat, Helena Hirata e Heleieth Saffioti. O desafio histórico deste trabalho em contar a história do conceito de interseccionalidade é como o trabalho de um griot.

Davis (2016) apresenta uma visão acurada do percurso histórico sobre como ao longo dos séculos mulheres resistiram e agiram contra a exploração do machismo, do racismo e de classe. A autora apresenta a trajetória interseccional de diversas mulheres, via história dos movimentos sociais antiescravagista e entre o contexto do pós-abolição estadunidense até os dias atuais, construindo um panorama analítico das relações de interesses e prioridades na luta emancipatória feminina simultaneamente à apresentação das rearticulações da exploração capitalista, à brutalidade do machismo dentro do movimento antiescravagista e à violência do racismo no movimento sufragista.

Percebe-se que as “interseccionais”, grupo de mulheres que questionavam a exclusão ou subjugação de suas pautas junto aos movimentos antirracista e feminista, construíram modos de operar articulados, que questionavam a efetividade da estratégia unilateral traçada pelos já referidos movimentos. As teóricas que executam o conceito de interseccionalidade sugerem uma reavaliação de práticas analíticas não hierarquizadas e têm contribuído concomitante à prática política e à produção teórica.

June Jordan, poetisa e ativista afro-caribenha apontava a necessidade da indivisibilidade da liberdade, ou seja, neste caso a intersecção deveria alcançar a todos os grupos. O trecho mais comum encontrado nos trabalhos sobre tema no

Brasil é de Jordan. No Brasil, a interseccionalidade é também expressada pela convicção desta autora quando afirma que lutas políticas genuínas e efetivas devem extrapolar os interesses, e não se manterem restritas a apenas um determinado grupo identitário. A poesia de June Jordan fundamenta o espírito do tipo de luta que mulheres negras vêm travando ao longo dos séculos, já que políticas voltadas para esse grupo, mesmo que imperfeitas, acabam por beneficiar todo o resto da cadeia:

Ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de slogans e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus (JORDAN apud COLLINS, 2017, p. 6).

“A combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática, que não negue identidades em detrimentos de outras” (RIBEIRO, 2018, p. 83). Entretanto, se pode observar que esse potencial é por vezes subestimado, pouco aproveitado ou sequer solicitado por conta da raça e da posição social que majoritariamente mulheres negras ocupam ou advém de.

Percebe-se desde já que a “interseccionalidade” está situada, primeiro, em oposição à crença na predominância de uma opressão sobre as outras. Segundo, apesar do conceito ter sido cunhado dentro do campo do Direito no contexto de uma República democrática e priori não se opor de maneira objetiva ao Ocidente, palco do individualismo Iluminista, de maneira subjetiva o conceito lança mão de uma essência Oriental presente nas sociedades africanas, o “Ubuntu”³⁰. Segundo entrevista com o Prof. Dr. Dennis de Oliveira, o Ubuntu, palavra vinda do idioma Kibundu, é uma ética filosófica que crê na interconexão da existência entre os sujeitos que constroem suas relações sociais prezando a lógica da coletividade. Apesar de não haver uma tradução exata para o conceito oriundo das civilizações de matriz Bantu, no contexto brasileiro a expressão “eu sou porque nós somos” frequentemente é acionada quando se quer expressar a essência da palavra.

³⁰ OLIVEIRA, Dennis de. “UBUNTU: uma ética africana para repensar a sociedade brasileira” [entrevista concedida ao Portal Geledés]. In: **Portal Geledés**, 06 fev. 2016.

No âmbito internacional, o Nobel da Paz Desmond Tutu³¹ figura entre os divulgadores dessa filosofia. O arcebispo aplicou-a a partir da perspectiva cristã, ao relacionar o chamamento à humanidade do “homem” à imagem e semelhança de Deus, pode ser conhecido no livro de Michael Battle (2009).

A interseccionalidade se opõe ao feminismo hegemônico e aos movimentos de luta racial que não incluem a questão de gênero e classe. Essa aparente contradição tem sido positiva, pois ajuda os referidos movimentos sociais a repensarem suas posturas práticas junto à atuação política e no campo teórico. Do mesmo modo, os argumentos feministas hegemônicos e antirracistas obrigam a interseccionalidade a expandir e rever constantemente suas proposições, diante do potente, porém delicado, estudo baseado em identidades ao se tratar de classe e gênero.

Prevalência de opressões, Ocidente e Oriente, feminismo hegemônico e feminismo negro, assim como o sexismo presente no movimento negro são apresentados em inúmeras literaturas que abordam o tema da interseccionalidade. Carla Akotirene (2019) aponta para o risco de esvaziamento do conceito após a popularidade alcançada em Durban, na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância em 2001. A autora também aborda sua origem, e o aplica levando em consideração epistemologias calcadas em religiões afro-brasileiras, na localização geopolítica do Brasil e nas dinâmicas raciais aqui presentes.

Sirma Bilge (2018) desvela as disputas em torno do conceito e expõe como seu objetivo final, a justiça social, tem sido relativizado, substituído ou mesmo ignorado por movimentos sociais que se pretendem progressistas. Bilge discute a influência da perspectiva neoliberal sobre a produção do conhecimento e como essa tem afetado a prática dos movimentos encobertos pelo guarda-chuva de gênero e da identidade. Segundo a autora, o neoliberalismo sabota o poder político do conceito, apagando assim sua finalidade, a justiça social. Bilge também denuncia um “branqueamento da interseccionalidade”, através de alegações de que a interseccionalidade é uma ideia oriunda do feminismo hegemônico escondida no discurso de “pós-racialidade”:

³¹ Desmond Tutu é um ativista dos Direitos Humanos, antiapartheid e arcebispo anglicano que teve fundamental atuação junto às Comissões da Verdade e Reconciliação (e perdão) na África do Sul após 46 anos de Apartheid.

O que quero dizer com “branqueamento da interseccionalidade” não se refere à corporalidade, cor da pele ou ancestralidade de seus praticantes, nem tenta policiar os limites de quem pode legitimamente fazer interseccionalidade e quem não pode. Se os/as estudiosos/as estão “branqueando a interseccionalidade”, refere-se a formas de realizar trabalhos interseccionais na economia política de reenquadramentos genealógicos e temáticos, nas práticas de citação e na política da canonicidade. Também é dramaticamente evidente nas discussões sobre se a interseccionalidade deve ser vista como uma teoria ou como apenas um dispositivo heurístico, bem como nos chamados recorrentes para ampliar e elevar a interseccionalidade. Esses chamados requerem reflexão crítica porque eles ocorrem em um contexto que desvaloriza persistentemente o significado teórico da interseccionalidade quando produzido por feministas de cor - a suposição subjacente sendo de que a experiência estrutural da mulher racializada não pode gerar teoria, ela só pode ser entendida como uma categoria descritiva de experiência (LEWIS apud BILGE, 2018, p. 74).

Um trabalho que exemplifica parte da crítica de Sirma Bilge pode ser observado no artigo de Carlos Eduardo Henning (2015), que reúne debates sobre interseccionalidade no campo dos feminismos e dos estudos sobre gênero, de forma que a origem do debate seja igualmente situada. Ao efetuar esse trabalho, Henning apesar de parecer relegar a patente da ideia a feministas negras estadunidenses, ao remontar os primórdios do conceito a partir de 1977, aludindo o início do mesmo ao manifesto do coletivo de feministas negras lésbicas Combahee River, é possível observar que, ao circunscrever o debate ao campo dos feminismos, o autor acaba por situar o conceito como uma filiação do campo sem apontar as demais correntes de pensamento e campos fundamentais para a produção do conceito de interseccionalidade e, conseqüentemente, do conceito.

Por familiaridade e necessidade de enquadramento junto aos paradigmas de produção e divulgação do saber, o tema adentrou ao campo dos feminismos. Todavia, veremos mais detalhadamente através de sua trajetória que o conceito de interseccionalidade contou e conta fortemente com a influência do feminismo hegemônico, mas não nasceu de um desdobramento do campo. O conceito de interseccionalidade desponta de um “não lugar”, entre a teoria e prática feminista e a teoria e prática antirracista.

Inegavelmente, a teoria feminista hegemônica, assim como sua prática política foi e tem sido fundamental para o desenvolvimento do conceito. Apesar das disputas teóricas e processos de socialização distintos entre mulheres brancas

e mulheres racializadas e a necessidade de estratégias diferentes de enfrentamento da opressão cisheteropatriarcal, o feminismo hegemônico tem se configurado com o decorrer do processo histórico como um movimento em busca da emancipação de todas. Sendo assim, o movimento de Henning em fixar o conceito ao campo, já que por vezes a interseccionalidade é encarada como uma análise menor ou carente de “academicismo”, torna-se positivo na construção da crítica e autocrítica do feminismo negro, hegemônico, terceiro-mundista, materialista, radical, liberal.

A categoria “mulher” não existe de maneira única. As especificidades da categoria precisam ser levadas em conta, a fim de potencializar a luta pela emancipação de maneira abrangente e não excludente. O conceito de interseccionalidade é, antes de tudo, uma ferramenta analítica que objetiva produzir políticas de empoderamento e de acesso a direitos. Com o tempo, foi mais bem “traduzida” e sistematizada em especial por mulheres negras oriundas dos movimentos sociais, que ingressaram na universidade durante a década de 1980 e passaram a teorizar construindo as bases “que estabeleceram [...] o que veio a ser conhecido como interseccionalidade” (COLLINS, 2017, p. 9). De outro modo, Henning encara a Interseccionalidade como uma teoria assim como faz Sirma Bilge (2018). O autor destaca as vertentes estruturadas por Baukje Prins (2006, p. 279), que visam identificar as principais abordagens teóricas dos estudos interseccionais.

Prins (2006) descreve duas abordagens, a *sistêmica/estrutural* e a *construcionista*. A *sistêmica/estrutural* leva em consideração o efeito da estrutura na formação das identidades. Sua produção emergiria basicamente das feministas estadunidenses tendo como principais representantes dessa vertente Kimberle Crenshaw e Patricia Hill Collins. A abordagem *construcionista*, localizada segundo Baukje Prins no contexto das feministas britânicas, analisa o impacto das estruturas de poder sobre as identidades, priorizando os textos das relações sociais e observando os jogos de poder ali envolvidos, assim como a agência dos sujeitos interseccionados. Como expoentes dessa vertente a autora cita Anne McKlinctock e Avtar Brah. A partir da literatura levantada sobre como as intersecções são abordadas no campo dos feminismos podemos incluir as autoras Helena Hirata (2014) e Danièle Kergoat (1978), que protagonizam o conceito de consubstancialidade à vertente *construcionista*.

Ainda que o conceito tenha se popularizado tanto na academia como na sociedade civil recentemente, muito graças à internet e à imprensa, o Brasil possui relação de longa data com o tipo de análise e com o ponto de vista do qual o conceito trata. Apesar da curta passagem pelo Brasil, a antropóloga estadunidense Ruth Landes (1947), em *Cidade das Mulheres*, articulou marcadores de gênero, classe, raça e sexualidade em suas análises sobre o papel das mães de santo em seus estudos sobre Candomblé. O conceito de interseccionalidade ainda não havia sido cunhado, porém o movimento analítico de intersecção levando em consideração a experiência “das sujeitas” como ponto de partida da análise a inclui no conjunto de abstrações e práticas que a produção interseccional abrange. Os trabalhos de Flávia Rios, Carla Akotirene e Winnie Bueno têm colaborado com a disseminação dos estudos interseccionais na academia.

Flávia Rios, Olívia Perez e Arlene Ricoldi (2018) e Flávia Rios e Edilza Sotero (2019) analisam dinâmicas de transformação interseccionais no Brasil pós-2013. A intelectual investiga como as relações de raça e gênero no Brasil se reconfiguraram desde as grandes manifestações. Em seus artigos, Rios elucida o que é conceito de interseccionalidade, apresenta sua trajetória, destaca o papel de Kimberle Crenshaw no desenvolvimento do termo e apresenta suas transformações. Carla Akotirene (2019) aborda a história, os fundamentos teóricos e contrapontos acerca do conceito de interseccionalidade, além de estruturar a interpretação e aplicação do conceito, dialogando diretamente com o que a autora chama de gramática ancestral africana e diásporica vinculada à matriz Ioruba. Winnie Bueno (2020) em sua análise interseccional, assim como Carla Akotirene, lança mão da influência das religiões de matriz africana e do processo diaspórico na aplicação do conceito interseccional como ferramenta analítica, a fim de compreender as experiências de mulheres negras no Brasil, agregando também o conceito de *imagens de controle* de Patrícia Hill Collins.

2.3.

Reconstruindo a trajetória

Intento aqui contar a história do conceito de interseccionalidade a partir da substância própria da disciplina de Ciências Sociais, disciplina esta que, apesar

erguer-se por si, não se intimida em dialogar ou construir-se em relação com outras.

Ao expor a trajetória do conceito, percebe-se que sua construção e transformações estão diretamente ligadas a processos históricos relacionados à busca por acesso a direitos e estratégias políticas para alcançá-los. Minha hipótese é que durante esta trajetória o conceito de interseccionalidade corre risco de esvaziamento, em especial no seu potencial político de transformação social.

Esta percepção se dá, pois, diante da popularização do termo interseccionalidade. Quando desacompanhado de seu conteúdo analítico, existe significativo enfraquecimento da ação política e teórica dele mesmo, pois a justiça social não tem acompanhado, segundo a hipótese desta dissertação, a popularidade do conceito. Como pretendo verificar a hipótese a partir do percurso histórico do conceito de interseccionalidade, o farei apoiada na metodologia da História dos Conceitos de Reinhart Koselleck (1992).

A palavra “conceito” vem do Latim *conceptus*, que significa “coisa concebida” ou “formada na mente” (MACULAN; LIMA, 2017). A concepção dessa “coisa”, ou seja, do conceito, se faz de maneira situada historicamente, dentro de um contexto no qual os atores sociais estão imersos. O consenso que o conceito adquire e o sentido do qual passa a gozar são construídos dentro dos signos e das referências de determinado período. O tempo, as estruturas e os hábitos sofrem transformações. Dessa maneira, para melhor interpretação de um conceito se faz necessário mobilizar um “instrumental hermenêutico para decifrar os universos históricos nos quais os conceitos eram produzidos e informavam a expectativa cognitiva e a agência dos homens” (MAIA, 2006, p. 55). Nesse sentido, Koselleck (1992) auxilia o fazer sociológico, em especial após o impacto da virada linguística no campo das Ciências Humanas.

A História dos Conceitos é um campo voltado à análise histórica dos conceitos. Sua utilização como ferramenta metodológica para execução deste trabalho se faz fundamental, já que a *interseccionalidade* é um conceito historicamente construído. Logo o tipo de estruturação analítica aqui proposto articulará Sociologia a um campo da História.

O conceito de interseccionalidade é mobilizado a partir do contexto no qual os “sujeitos” estão inseridos, parâmetro fundamental para a História dos Conceitos de Koselleck. Outro ponto fundamental dessa teoria é a importância da

palavra dentro do contexto histórico para se melhor compreendê-lo e, através dele, os pensamentos e as disputas da época. Koselleck aponta a “palavra” como tradução das experiências humanas. Porém, para que se torne um conceito, a palavra precisa estar carregada de uma estrutura cujo sentido de determinado contexto possa ser explicado por ela, passando a representar uma experiência sociopolítica. Apesar de toda palavra gozar de um sentido e um conteúdo, nem toda palavra é, ou poderia ser, um conceito:

[...] Naturalmente não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar num conceito e que, portanto, pode ter uma história. Palavras como *oh!, ah!, und (e) etc.*, são palavras que não comportariam *prima facie* uma história do conceito (seriam desprovidas de sentido). É preciso estabelecer a distinção entre conceito e palavra, ainda que não me atenha à divisão dos linguistas (KOSELLECK, 1992, p. 135).

A História dos Conceitos nos alerta para importância do contexto diante da interpretação de um conceito. Essa atenção se dá com o intuito de melhor interpretá-lo. Os **vocabulários** mobilizados são importantes para criar identidade, eles constroem “nós” e aponta quem são “eles”. Podemos interpretar a construção do conceito de interseccionalidade a partir da falta de representação do “nós”, mulheres, em relação a “eles”, homens negros, no quesito gênero, e do “nós negras”, em relação ao quesito raça do “elas” mulheres não negras.

Maia (2006, p. 55) aponta que Reinhart Koselleck leva em consideração “as transformações e as rupturas [o conceito de interseccionalidade é fruto de um contexto de dupla ruptura e reformulação teórica e prática, no tocante às questões de gênero, raça e classe] que alteram significados e incorporavam camadas de significação novas aos conceitos”.

Em 1979, Reinhart Koselleck publicou o livro *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, composto por ensaios e dividido em três partes: “Sobre a relação entre passado e futuro na história moderna”, “Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico” e “Sobre a semântica histórica da experiência”. Esta obra é tida como uma obra que sistematiza o campo da História dos Conceitos.

O conceito captura uma realidade complexa, um fenômeno, passando a carregar consigo tanto a polissemia – já que os contextos linguísticos são plurais – como as experiências: “Um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer

compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Espaço de experiência e horizonte de expectativa são duas categorias da metodologia koselleckiana que permitem verificar a passagem do tempo. Quanto mais distantes essas categorias estiverem uma da outra, mais os sujeitos terão como base expectativas futuras. Quanto mais próximas elas estiverem, mais se embasaram na experiência.

Outra categoria é o *coletivo-singular*, que expressa a concepção de que os conceitos são elementos norteadores de uma experiência única, sem deixar de creditar a polissemia dos termos, pois cada grupo na tentativa de acelerar ou regredir o tempo pode vir a manipular o conceito de forma diversa. Por fim, o *imperialismo cultural*, cujo significado consiste em interpretar através dos parâmetros da nossa cultura uma cultura que não é nossa e busca assegurar a não vigência de anacronismos e interpretações errôneas a respeito da interpretação sobre o significado de determinado conceito e momento histórico.

A teoria de Reinhart Koselleck elege a importância de se conhecer com profundidade o conceito como primeiro elemento de pesquisa. Além disso, o analista deve buscar reconhecer quando o conceito passa a ser empregado sistematicamente, assim se pode identificar as transformações sociais e políticas através de sua história. A interseccionalidade se construiu como ideia social e política antes de receber esse nome. Sua articulação atravessava diversas noções. Investigar através da história o que permaneceu ou mudou com o tempo a respeito do conceito, seus impactos políticos e sociais, bem como as disputas e tensões em torno dele justifica a escolha teórica pelo trabalho de Koselleck (1992), que dá conta de ajudar a apreender que o conceito de interseccionalidade e sua história em disputa.

As experiências podem gerar novos significados, entretanto, por se tratar de um conceito recente, abordar sua história e articulações originais pode contribuir como registro das transformações de pautas tão importantes como gênero e raça. Como aponta Valdeci Lopes de Araújo (2008), os conceitos são “sintomas” e “produtores” das transformações ocorridas nas sociedades, portanto possuidores de movimentos autônomos e produtores de novas configurações.

2.4.

A História dos conceitos e sua contribuição às Ciências Sociais

Como um campo historiográfico pode fundamentar determinada análise que se pretende profundamente sociológica? Além da interdisciplinaridade, certamente as considerações de Marcelo Jasmin na apresentação da tradução para o português do livro *Futuro Passado* de Koselleck responde à questão:

É este um dos sentidos em que a história conceitual de Reinhart Koselleck vai além da pesquisa etimológica ou filológica do conceito. Ela é uma pesquisa da consciência humana no seu enfrentamento com as condições de possibilidade da existência, daquilo que se é e daquilo que se pode vir a ser (JASMIN, 2006, p. 11-12).

A despeito das correntes que se opõem como empiristas e racionalistas, por exemplo, questões acerca da relação entre linguagem e pensamento, lógica e gramática têm sido pontos nevrálgicos nos quais a linguagem se configura como elemento essencial. O vocábulo interseccionalidade é recente, mas o conjunto de noções que a compõe tem sido construído historicamente.

A particularidade do conceito se encontra de modo a tomar como elemento analítico a experiência de mulheres negras junto ao Ocidente a partir do período moderno, considerando as consequências reverberantes dos sistemas de opressão do referido período sobre seus corpos e subjetividades, como ferramenta analítica junto à produção de mecanismos legais mais acurados no tocante ao combate a desigualdades, garantia de direitos civis, sociais e políticos pavimentando o caminho para a justiça social.

Kimberle Crenshaw (2002) nomeia a captura da articulação dinâmica de dois ou mais eixos de opressão e suas consequências junto à experiência de mulheres negras. Simultaneamente, o conceito de interseccionalidade atua como ferramenta analítica que direciona teorias e ação políticas, ao levar em consideração a intersecção dos sistemas de dominação de gênero, raça e classe, incorporados aos seus projetos de ação. Tal construção tem angariado publicização ao conceito.

A partir dos anos 2000, o termo interseccional ganhou proeminência. A ideia passou a ser mais acionada junto ao vocabulário de movimentos sociais, nas redes sociais, em páginas corporativas de âmbito público e privado, bem como em

slogans de propaganda de produtos voltados em geral ao público feminino e à comunidade LGBTQIA+, expondo assim o conceito ao risco de esvaziamento. Trataremos deste assunto mais adiante. Iniciaremos um breve diálogo em relação à postura deste trabalho diante das disputas em torno da emergência do conceito.

O conceito de interseccionalidade está no centro de disputas teóricas, mais precisamente sobre o momento de sua criação. Apontarei as três principais linhas desta discussão. A primeira vertente situada junto ao feminismo hegemônico contesta a novidade do conceito, apontando trabalhos nos quais a teorização relativa às interações simultâneas de sistemas de opressão já foi identificada e analisada (MOUTINHO, 2014). A segunda, também no campo dos feminismos, defende a análise circunstancial e não estrutural dos eixos de opressão sobre a experiência de mulheres negras, racializadas ou localizadas geopoliticamente nas periferias do mundo. Tais pensadoras salientam a oscilação da proporcionalidade dos eixos de opressão sobre a experiência dessas mulheres, a depender dos contextos e das relações sociais nas quais essas estão inseridas (PISCITELLI, 2009). A terceira vertente, constituída por pensadoras negras no interior e fora do “guarda-chuva” dos feminismos, busca situar a criação do conceito em um tempo histórico anterior ao artigo de Kimberle Crenshaw (1989), sem deixar de considerar tudo que a jurista trouxe de novo para o conceito. Sinalizam ainda o risco de se imputar a criação do conceito apenas a Crenshaw, que pode apagar trabalhos e trajetórias de intelectuais negras cujas produções fundamentaram o trabalho de Crenshaw sobre interseccionalidade (COLLINS, 2017).

Esta dissertação se utiliza da História dos Conceitos na tentativa de buscar responder o desafio apontado por Koselleck (2006, p. 161):

A ciência histórica atual se encontra, portanto, sob duas exigências mutuamente excludentes: fazer afirmações verdadeiras e, apesar disso, admitir e considerar a relatividade delas.

2.5.

História dos Conceitos e a primazia da linguagem: sua contribuição aos estudos identitários

O vocábulo “interseccional” parece transmitir uma ideia holística, de totalidade, atuando para nomear qualquer fusão que pretende em alguma medida incluir mulheres, pessoas negras, racializadas e LGBTQI+. O termo *interseccionalidade* é interessante, potente, um aceno agregador para o fortalecimento de movimentos sociais. À primeira vista, pode traduzir uma experiência de qualquer “fusão” de pessoas e ideia progressistas, mas quando o locutor diz, empolgado, “Quero que minha pesquisa ou grupo seja interseccional!”, o ouvinte também empolgado e surpreso poderia perguntar: “Você deseja articular simultaneamente e de maneira dinâmica os eixos de gênero, raça e classe ao seu objeto, buscando como fim a justiça social?”.

Por vezes, a tradução do conceito interseccionalidade não corresponde à sua densidade. Esse é o risco dos modismos, que neste caso e em particular no contexto brasileiro não pode ocorrer. Relegar a potência do conceito ao esvaziamento na militância e nas disputas acadêmicas seria deixar ir um importante dispositivo de combate à desigualdade e demais questões substanciais da contemporaneidade, dentre as quais migração, identidades e crises de representação.

A História dos Conceitos apoia a compreensão dos fenômenos sociais. Sua metodologia atua aqui como elemento de registro e transmissor das transformações e estratégias a respeito das lutas por emancipação, engendradas por mulheres negras e demais grupos subalternos na busca por igualdade e liberdade junto à arena política:

O registro de como os seus usos foram subsequentemente mantidos, alterados, ou transformados pode, propriamente, ser chamado de história dos conceitos [...]. Afinal, é disso que se trata quando mobilizamos, hoje, termos como sociedade civil, república ou democracia. Nessa perspectiva, a compreensão das alterações, dos desvios, das ocultações etc., conscientes ou não, mas articulados na linguagem, é um caminho historiográfico privilegiado para apreender com maior precisão os significados próprios e as funções normativas de um conceito contemporâneo formulado numa teoria também contemporânea (JASMIN, 2005, p. 32).

Koselleck constrói a História dos Conceitos confrontando discurso e práticas não para apontar contradições, mas sim a fim de desvendar os significados produzidos a partir da recepção do vocábulo, compreendendo mentalidades traduzidas em atitudes e discursos a partir da abordagem contextualista dos acontecimentos.

Estruturar a história do conceito de interseccionalidade hoje é criar uma cartografia da realidade histórico, social e política de questões encontradas nos contextos pautados pela ideia de democracia. Para isso, o método captura o discurso e as performances do comportamento humano, ou seja, a linguagem.

Segundo Koselleck (1996, p. 62), a história dos conceitos lida “com o uso de linguagem específica em situações específicas, nas quais os conceitos são elaborados e usados por falantes específicos”. A partir dessa formulação de Koselleck, Marcelo G. Jasmin (2005, p. 32) argumenta que aí está a necessidade do historiador – na função de analista – de determinar os conceitos que são “campos semânticos ou domínios linguísticos” constituídos por vocábulos:

O pano de fundo no qual diferentes acontecimentos se organizam em um evento é, antes de tudo, a cronologia natural. A exatidão cronológica na classificação de todos os elementos que constituem os eventos pertence por isso ao postulado metodológico da narrativa histórica. Neste caso existe, no sentido de uma sucessão temporal histórica, um "limite da segmentação em unidades mínimas" (Simmel), abaixo do qual o evento se dissolve. A unidade de sentido que faz dos diferentes acontecimentos um evento é composta de um mínimo de "antes" e "depois". As circunstâncias ao longo das quais se dá um evento, seu antes e seu depois, podem ser estendidas; sua consistência permanece, entretanto, presa à sucessão temporal. Mesmo a intersubjetividade de uma conjuntura de eventos deve, enquanto os atores a realizam, manter-se aderida ao esquema das sequências temporais (KOSELLECK, 2006, p. 134).

Para se analisar o conceito de interseccionalidade é necessário situá-lo dentro do atual contexto dos *jogos de linguagem* (WITTGENSTEIN, 1999) estruturados na arena democrática, onde a representatividade tem sido um elemento-chave do fazer político.

Além do valor em si, produzido por sua aplicabilidade e alargamento de visão, a novidade do referido conceito pode estar na sistematização do conjunto de teorias às quais a palavra rememora. A interseccionalidade se fundamenta com experiências do passado e objetiva a construção de um horizonte de expectativa,

no qual a igualdade de direitos e o gozo da cidadania se estendem a mulheres negras e demais grupos subalternizados.

A orientação contextualista da história dos conceitos (JASMIN, 2005, p. 32) privilegia a diacronia em seu método, não apenas identificando eventos históricos, mudanças de sentido interpretativo e ortográfico das palavras. Essa teoria também obriga o analista a construir uma *trama*, cuja escolha dos eventos que a formam constrói o tecido histórico.

Tecer a trama de maneira diacrônica possibilita a estruturação de uma análise de conjuntura ampla para se compreender a realidade social e as mentalidades que lançaram mão do conceito de interseccionalidade, o motivo, o sentido, o que se perdeu ou se manteve ao longo do tempo, assim como tudo que vem sendo agregado. A História conceitual permite selecionar eventos propulsores da trama na qual mulheres atravessadas pela experiência de dois ou mais eixos de dominação constroem teoria e ação política, expondo e denunciando o racismo, o machismo e a opressão de classe como o âmago de um projeto histórico do fazer político do centro (Europa e Estados Unidos) em relação às periferias do mundo ocidental, independente e apesar das mudanças históricas relativas às formas de governo e regimes políticos:

Diante disso é que se tem fundamental a aplicação do método da História do Conceito, já que por meio dela é possível observar o quadro transformativo ou de continuidade das estruturas da realidade, possibilitando, por conseguinte, uma leitura crítica do uso dos conceitos (MARQUARDT NETO, 2015, p. 143).

Tratar da história do conceito de interseccionalidade permite que o vento empurre a vela da ciência para outros mares. A produção intelectual de mulheres negras através da “escritas de si” produz conhecimento científico e autodeterminação simultaneamente, já que narrativas acerca de suas existências são geralmente tuteladas, construídas e apreendidas em boa parte das produções acadêmicas “através da percepção e do interesse político da cultura nacional *branca* dominante [...] somos por assim dizer fixadas/os e medidas/os a partir do exterior” (KILOMBA, 2019, p. 72-73).

No caso brasileiro, Alberto Guerreiro Ramos (1957) aponta que dependências “europeizantes” sabotam o *self* do “branco” brasileiro e sugere a autoaceitação como contraponto da negação étnica. Ao negar o negro, o branco

nega a si e recusa sua – verdadeira – identidade nacional. O referido intelectual exemplifica a crítica ao apontar os estudos sobre raça produzidos no Brasil, que em sua maioria lançam o negro ao lugar de “objeto” exótico, à parte da sociedade brasileira e não como parte dela. No caso estadunidense, William Du Bois (1903) indicou que a determinação identitária proferida pelo branco ao indivíduo negro carregava um componente determinante: o *estigma*.

O *estigma* como conceito está tanto para o positivo como para o negativo. Neste caso ele é negativo, ora induzido ora voluntário, mas sempre consciente. Segundo Goffman (1981), *estigma* é a situação do indivíduo inabilitado para a aceitação de uma vida social plena. O estigma também pode ser interpretado não necessariamente como um “defeito” ou algo negativo. Ele é um conjunto de características e atitudes que se pressupõe de uma pessoa ou grupo. O estigma é sempre determinado pelo outro e, assim como no racismo, acontece na relação e na tentativa de interação social. Neste caso, a identidade social do negro é mais determinada pelo *estigma* a ele atribuído do que uma construção livre e pessoal, uma *consciência de si* (termo filosófico, bastante utilizado por Marx e Hegel nos estudos de auto-reconhecimento e hierarquias sociais).

Algumas características são usadas para reforçar o *estigma* negativo de um determinado grupo, confirmando assim a “normalidade” de outro. O *estigma* goffmaniano e o conceito de *desvio* de Howard Becker (2008) podem ser relacionados com inúmeras passagens do texto de Du Bois. Do mesmo modo, os dois conceitos nos ajudam a pensar questões acerca da população pauperizada, mulheres, comunidade LGBTQI+, migrantes e demais grupos considerados fora da “norma”.

Sobre o termo *norma*, a palestra-performance de Grada Kilomba de 2016 nos ajuda a captar a importância do seu uso na atualidade, particularmente quando se trata de análises que abordam questões em torno das identidades e seus limites:

Há esta anedota: uma mulher Negra diz que ela é uma mulher Negra, uma mulher branca diz que ela é uma mulher, um homem branco diz que é uma pessoa. Branquitude, como outras identidades no poder, permanecem sem nome. É um centro ausente, uma identidade que se coloca no centro de tudo, mas tal centralidade não é reconhecida como relevante, porque é apresentada como sinônimo de humano. Em geral, pessoas brancas não se veem como brancas, mas sim como pessoas. A branquitude é sentida como a condição humana. No entanto, é justamente esta equação que assegura que a branquitude continue sendo uma identidade que marca outras,

permanecendo não marcada. E acreditem em mim, **não existe uma posição mais privilegiada do que ser apenas a norma e a normalidade.**³²

Os quadros interpretativos a respeito da experiência de pessoas negras e racializadas têm sido engendrados ainda, em sua maioria, com base em uma *alteridade* radical. Estudar o conceito de interseccionalidade é conhecer análises científicas a respeito de mulheres negras sob o ângulo da *identidade*, do *eu* e do *sujeito*. Do mesmo modo, o vocábulo *privilégio* também mereceria estudos acurados, salvaguardando a profundidade da reflexão sociológica e histórica de seu sentido.

Com o impacto da virada linguística, a Begriffsgeschichte se desenvolveu a partir da tradição da filologia, da história da filosofia e da hermenêutica, sendo inicialmente desenhada pelo historiador Otto Brunner (JASMIN, 2005, p. 31). Brunner e Koselleck empreenderam conjuntamente a outro historiador, o também alemão Werner Conze, a obra *Conceitos Históricos Básicos*, léxico que registrou conceitos de caráter político e social fundamentais para a Alemanha.

É preciso salientar destaque ao qual Koselleck concede às visões de sincronia e diacronia de Ferdinand de Saussure, linguista de quem Koselleck exportou conceitos fundamentais e que trabalhou a partir da filosofia dualista. Deste modo, sincronia e diacronia são dicotomias substancialmente platônicas, pois pendulam no interior de seus conceitos o mundo tangível e o mundo das ideias.

A abordagem sincrônica capta a história do tempo presente. Contudo, é a perspectiva diacrônica a grande protagonista da História Conceitual Koselleckiana, pois ocupa-se da trajetória do vocábulo ao longo da história. Desse modo, se extrai o significado do conceito em cada tempo, detectando mudanças, continuidades e especialmente o interior das mentalidades e suas transformações ao longo do tempo. Para Koselleck, as experiências do passado norteiam as ações do tempo presente. Desse modo, são as experiências do passado que constroem o futuro no presente. O horizonte de expectativa não depende do acaso, o futuro não

³² KILOMBA, Grada. “Descolonizando o conhecimento – uma palestra-performance de Grada Kilomba”. In: **Goethe Institut**, 2016.

é incerto ou imprevisível ele é projetado, por isso esse historiador defende a caracterização de um futuro passado.

Dito de outra maneira, a análise sincrônica consiste em examinar o conceito sob o ponto de vista de um contexto temporal específico, sem levar em consideração os processos passados e as expectativas futuras. Já a abordagem diacrônica, essa prevalente junto à metodologia de Reinhart Koselleck, analisa os significados dos conceitos ao longo do tempo.

Segundo Marquardt Neto (2015, p. 140), Koselleck argumenta que por meio de uma história dos conceitos é possível “indicar a partir de quando um conceito tornou-se fruto de uma teorização e quanto tempo levou para que isso acontecesse”.

Mas um grupo designado por um "nós" só poderá constituir-se em uma unidade de ação politicamente eficaz se incluir em si algo mais do que uma mera designação ou denominação. Uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma. Empiricamente, um grupo pode se constituir por meio do comando ou do consenso, do contrato ou da propaganda, da necessidade ou do parentesco, de alguma outra coisa ou de uma outra maneira qualquer. Mas não podem estar ausentes os conceitos pelos quais o grupo possa se reconhecer e se autodeterminar, caso deseje apresentar-se como uma unidade de ação. No sentido empregado aqui, o conceito serve não apenas para indicar unidades de ação, mas também para caracterizá-las e criá-las. Não apenas indica, mas também constitui grupos políticos ou sociais (KOSELLECK, 2006, p. 192).

2.6.

Delimitando os marcadores

EIXOS DE OPRESSÃO

Ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de slogans e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus (JORDAN apud COLLINS, 2017, p. 6).

Como já apresentado, o conceito de interseccionalidade intenta capturar a partir das relações sociais de maneira empírica e teórica as consequências de dois

ou mais eixos de opressão sobre as experiências de mulheres negras. O referido conceito possui sua atuação estendida à análise de demais grupos subalternizados. Faz-se notória a importância de outros marcadores da diferença como capacitismo e região, por exemplo, na constituição de eixos fundamentais nas dinâmicas de vida do Ocidente.

Desta forma, ciente das expectativas em relação ao uso teórico do referido conceito como instrumento colaborativo para suplantação de diversas opressões estruturais, as quais atingem grupos subalternos para além das mulheres negras, se faz necessário diante da proposta do trabalho delimitar os eixos que serão abordados neste trabalho. Esta escolha levou em consideração a articulação de raça e gênero de Kimberle Crenshaw e de Patrícia Hill Collins, que trabalha sistematicamente, além dos marcadores já apresentados, como o eixo da sexualidade.

O conceito de gênero foi elaborado nos anos 1970. Ele expressa o constructo homem e mulher na dimensão da realidade social de cada cultura e não por consequência da derivação da anatomia de seus corpos. Dessa maneira, o referido conceito colabora junto à compreensão de que as assimetrias entre mulheres e homens são construídas, e não pré-dispostas biologicamente. Tais assimetrias também são responsáveis pelas hierarquias de gênero existentes na ordem social.

A concepção de raça consiste na construção política ideológica fictícia, acionada como um dos elementos fundamentais na produção da diferença. Mesmo que cientificamente não existam raças humanas, o racismo permanece ativo, sobrevivendo às mudanças do processo histórico porque como já apontado, o racismo não é biológico, mas discursivo, e este discurso se expressa através da linguagem (KILOMBA, 2019). Ainda segundo Grada Kilomba (Ibidem, p. 75-76), o racismo apesar de ilógico se torna credível através da sucessão de palavras e imagens cotidianas responsáveis por inventar uma narrativa de hierarquia, cuja raça branca está no topo, “é a combinação de preconceito e do poder que formam o racismo”.

Este trabalho opta por utilizar a concepção de classe inerente ao pensamento de Karl Marx (2004). Do abundante e denso constructo bibliográfico do filósofo, nomeio as obras Manifesto do Partido Comunista e Manuscritos Econômicos-Filosóficos como sugestão para compreensão do referido marcador.

Classes sociais são grupos que existem em posições socioeconômicas distintas no conjunto de uma determinada realidade histórico social. As interações entre os conglomerados humanos contemplam os mais variados aspectos, entre eles contradições e antagonismos. A expressão dessas contradições e antagonismos se dá, segundo Karl Marx, através das lutas de classes, sendo a fundamental delas a luta da burguesia e a luta do proletariado. A teoria marxiana apontam a superação das classes sociais como horizonte de expectativa para se chegar à emancipação humana. O conceito de interseccionalidade, apesar de não conceber apenas a suplantação de classe, mas também gênero, raça e sexualidade, ambiciona o mesmo “fim da história” de Marx: a emancipação humana.

2.7.

Sujeitos históricos definindo sua existência em diferentes contextos: uma relação entre história dos conceitos, Estudos Culturais e teoria dos feminismos

A reunião dos estudos de gênero, raça e classe não são uma particularidade das análises de mulheres negras. O que ocorreu nos anos 1970, durante a segunda onda do movimento feminista na qual nomes como Simone de Beauvoir, Carol Hanisch e Betty Friedan foi a tentativa de responder “o que é ser mulher?”. Apesar das conquistas legais sobre a simetria entre os gêneros, na prática as assimetrias entre homens e mulheres continuaram.

No mesmo período ocorreu a emergência dos Woman’s Center, centros de estudos de mulheres com extensa produção acadêmica. Feministas negras oriundas de movimentos sociais agregaram pautas políticas aos Woman’s Center, trazendo questões de gênero, raça, classe e sexualidade articuladas a partir de suas experiências e de mulheres de suas comunidades, trabalhos portanto frutos de um ponto de vista (COLLINS, 2017).

Majoritariamente o conceito de interseccionalidade e seus desdobramentos teóricos possuem como base trabalhos produzidos sob o amparo da teoria do *standpoint* e o aporte epistemológico dos feminismos, cujo “o lugar social, e não o sujeito é a categoria analítica e epistemológica adotada” (SANTOS, 2017, p. 909), entre as epistemologias alternativas e críticas ao Positivismo, por considerar elementos como: distanciamento radical entre analista e objeto; universalidade do

conhecimento; perspectiva dual; falta de interesse e vínculo emocional em relação ao objeto de pesquisa; não necessidade de pontuar o gênero, raça ou classe do analista, entre outros; formas de tomar como única fonte de conhecimento científico aquele produzido a partir da epistemologia autodeclarada “neutra” do grupo identitário masculino, cis, branco, heterossexual, corroborando assim para a manutenção da concentração por um único grupo.

Uma entre tantas colaborações dos estudos feministas à provocação de rupturas epistemológicas tem sido evidenciar a influência do gênero em relação às escolhas de temas e de resultados de trabalhos científicos. Origem social, raça, etnia, região e sexualidade contornam as experiências e interações através da linguagem.

A Teoria Crítica da raça e os Estudos Culturais são duas correntes de pensamento cujas influências atravessa boa parte, senão todos, os autores e autoras atuais para os quais o conceito de interseccionalidade possui papel central em suas análises. Kimberle Crenshaw, pensadora que cunhou o conceito interseccionalidade, foi uma das estudantes organizadoras do “curso alternativo” baseado em literatura Raça, Racismo e Direito Americano, de Derrick Bell, nos anos 1980. Tal curso figura entre os marcos fundacionais da Teoria Crítica da Raça.

Nos anos 1960, os Estudos Críticos do Direito, corrente de pensamento defensora de uma posição politicamente engajada do direito a fim de combater as injustiças sociais de maneira ativa e crítica à concepção positivista do Direito, foi o berço da Teoria Crítica da Raça, também influenciada por correntes como marxismo, feminismos, estudos coloniais e étnicos.

A simbiose entre estudiosos situados politicamente mais à esquerda e ativos no movimento pelos direitos civis e aqueles oriundos de minorias, como negros, latinos e asiáticos mais ou menos ativos junto aos movimentos sociais da época, produziu a incorporação de raça e racismo à teoria crítica.

A produção em torno do conceito de interseccionalidade também contou substancialmente com a influência dos Estudos Culturais, em especial o pensamento de Stuart Hall nos anos 1980. Stuart Hall (2003, p. 132-133) aponta **As utilizações da cultura** de Richard Hoggart; **Cultura e Sociedade** de Raymond Williams e a **Formação da classe operária inglesa** de E.P. Thompson como livros fundamentais para a produção de “rupturas significativas”

configurando um campo interdisciplinar alçando à cultura um lugar de destaque. Figuram como paradigmas fundamentais da referida corrente teórica o culturalismo, por seu enfoque na linguagem, e o estruturalismo, pela análise do “todo”, formando assim uma espécie de “quebra-cabeça” entre forma e conteúdo, base e estrutura, cultura e ideologia:

No trabalho intelectual sério e crítico não existem “inícios absolutos” e poucas são as continuidades inquebrantadas. Não basta o interminável desdobramento da tradição, tão caro à história das ideias, nem tampouco o absolutismo da ruptura epistemológica”, pontuando o pensamento em suas partes “certas” ou “falsas” (...). Ao invés disso, o que se percebe é um desenvolvimento desordenado, porém irregular. O que importa são as rupturas significativas – em que velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas. Mudanças em uma problemática transformam significativamente a natureza das questões propostas, as formas como são propostas e a maneira como podem ser adequadamente respondidas. Tais mudanças de perspectiva refletem não só os resultados do próprio trabalho intelectual, mas também a maneira como os desenvolvimentos e as verdadeiras transformações históricas são apropriados no pensamento e fornecem ao Pensamento, não sua garantia de “correção”, mas suas orientações fundamentais, suas condições de existência (Ibidem, p. 131).

Stuart Hall foi um jamaicano de classe média radicado na Inglaterra. Tal condição afetou profundamente sua atividade política e produção intelectual. O trecho “A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar” (Ibidem, p. 44) demonstra que, para esse autor, a identidade e a diferença se dão no processo de construção e interação, e não de modo imperativo:

a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”.

Os Estudos Culturais tomam como análise as expressões, signos, discursos e demais elementos que transmitam significado. Voltada para “as/os de baixo”, aquelas/es que estão à margem, esta corrente entende tais elementos como garantidores da manutenção das estruturas de poder e hierarquia. O referido campo dialoga diretamente com a concepção de ideologia e hegemonia gramsciana. Outra característica importante é o entendimento sobre a

transitoriedade dos contextos, assim como a dos Estudos Culturais, por entender a cultura em constante transformação.

Paul Gilroy, também estudioso dos estudos culturais e formado pela Universidade de Birmingham, tem sido antagonista das proposições de cultura e identidade produzidas no campo, em especial no que se refere à diáspora africana. Autor de **O Atlântico negro** (2001), critica a ideia de raça e etnia, alertando o perigo de se tomar o corpo como portador de uma determinada “pureza racial”. As barreiras étnicas e o nacionalismo também são problematizados por Gilroy, que apresenta o mar como o lugar de trânsito e trocas globais responsáveis na formação de uma cultura para além das fronteiras nacionais, geopolíticas e inclusive identitárias. A contribuição fundamental do pensamento desse autor para este trabalho, cuja marcação de identidades forja a história do objeto de análise, se dá a respeito do cuidado que se deve ter para não atravessar a linha do essencialismo bastante tênue no tratamento desses temas.

2.8.

“Passado presente”

Encontros seculares ocorridos a partir das Expansões marítimas e suas relações com a diáspora africana construíram parte do que a historiografia configurou chamar de “novo mundo”. O tumbeiro suspenso sobre o mar produziu, simultaneamente, no tocante às relações sociais, o fazer e o desfazer de sociedades. Para aqueles atingidos por essa fusão mesmo com esforços reais ou imaginários, a busca pela construção de uma identidade africana ou europeia “original” não mais será alcançada. No Ocidente, as sociedades construídas sob o jugo da colonização, do imperialismo ou de ambos têm sido expostas a modelos e propostas administrativas variadas.

Independente do sucesso ou fracasso na execução dessas sociedades, governar territórios formados por diferentes grupos culturais vem se apresentando como um desafio desde a formação dos Estados Nacionais. Na contemporaneidade, a marcação étnica, a busca pela ancestralidade e o resgate cultural com destino à construção ou ao reforço da identidade ou das identidades que um mesmo sujeito pode possuir tenciona a dimensão político-social, especialmente na questão da representação.

Multiculturalismo refere-se “às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais” (HALL, 2003, p. 52). O Multiculturalismo aponta a nova disposição societal e identitária construtora de determinada nação multicultural, fruto da fusão voluntária ou involuntária de comunidades distintas culturalmente. Em relação às pautas identitárias, a perspectiva multicultural tende a prevenir armadilhas que possam levar a considerações maniqueístas e incongruentes com a questão.

Os cidadãos dessa sociedade emergente, frutos dessa “mistura”, como bem aponta o Multiculturalismo, são considerados de segunda categoria por não possuírem visivelmente na cor da pele ou nas classes a ascendência europeia. O Multiculturalismo inclui e reconhece a contribuição de culturas distintas, mas sem abandonar a hierarquia social pré-estabelecida. Ele não rompe ou prevê uma redistribuição menos desigual de bens. No Multiculturalismo, o poder não é multicultural, do mesmo modo que a distribuição de privilégios e status social, reconhecendo no “outro” do presente a identidade do passado, porém sem o valor comercial, remontando assim o tumbeiro na forma da necropolítica.

Mesmo que garanta reconhecimento, uma prática política que não interpela com afincos a manutenção das hierarquias sociais, privilégios e distribuição assimétrica de poder (em alguns territórios, como o Brasil, radicalmente assimétricas) escamoteia através do foco na identidade nacional a compreensão a respeito das vivências cotidianas de racismo, opressão de classe e gênero, produtoras de estigmatização e inferiorização.

No caso dos crioulos dos países de colonização espanhola e portuguesa, salvaguardando as devidas diferenças com o processo de independência do Brasil e a relação de sua elite com a então metrópole, a importante e significativa luta por independência traçada pela elite crioula não fomentou a participação dos demais grupos da nação (negros e autóctones) junto à atuação em diversos setores da estrutura social.

A escolha por uma metodologia na qual a experiência dos sujeitos em seus contextos produz ou reforça a autodeterminação de suas identidades, seja a partir da construção de novas palavras como interseccionalidade ou através de movimentos nos quais a ressignificação de estigmas negativos tece

constantemente nas “frestas” dos sistemas de opressão estratégias de sobrevivência digna tornou desafiadora a escrita desta dissertação.

A produção científica em torno da interseccionalidade, além do saber em si, também produz “autoempoderamento” e estratégias de ação na superação das opressões estruturais e estratégias de bem-viver daqueles cujo trânsito social tem sido historicamente atravessado pela violência profunda dos sistemas de dominação basilares do Ocidente.

Outro movimento que esta dissertação intenta capturar é como as estratégias políticas da base tendem a beneficiar o todo da sociedade. Tal movimento reproduz o “interesse bem-compreendido” toquevilleano. Além disso, a ação política e teórica dos grupos subalternos – ao mesmo tempo em que salvam a branquitude/Estado de sua própria tirania ao lembrar e fazer valer os ideais republicanos e democráticos – tencionam as teorias hegemônicas, dinamizando ainda mais as disputas no mundo acadêmico.

Todavia, a atenção dada às questões aqui expostas não busca promover desqualificação de epistemologias, apagamentos, nem eleições hierárquicas a respeito da origem do saber, ou nem sequer encara sem críticas as vertentes teóricas expostas como fundamentação deste trabalho. Expor os resultados multifacetados produzidos por epistemologias e sujeitos diferentes que apresentam distanciamentos, proximidades, superação, transformação, alargamento do saber, entre outros desdobramentos faz parte da finalidade daqueles que possuem ou escolheram a Ciência como Vocação:

Este pressuposto, que aqui vos apresento, dimana, sem dúvida, de um facto fundamental: que a vida, na medida em que assenta em si mesma e a partir de si mesma se compreende, só conhece a eterna luta desses deuses entre si – em termos não figurativos: a incompatibilidade dos possíveis pontos de vista derradeiros sobre a vida e, por conseguinte, a indecidibilidade da luta entre eles, portanto, a necessidade de entre eles escolher. Se, em tais condições, vale a pena que alguém adopte a ciência como “vocação”, ou se ela própria tem em si mesma uma “vocação” objectivamente relevante – eis, de novo, um juízo de valor, a cujo respeito nada se pode dizer num auditório universitário. Pois o ensino que ali se dá pressupõe já uma resposta afirmativa. Pessoalmente, respondo pela afirmativa a esta questão, como meu próprio trabalho. Mas supõe ainda uma resposta prévia à mesma questão o ponto de vista que, como a juventude actual, faz ou – quase sempre – imagina fazer do intelectualismo o pior dos demónios. De facto, para ela vale a frase: “Lembra-te de que o diabo é velho; por isso, faz-te velho, para o compreenderes”. Não se diz isto, naturalmente, a propósito da idade física, mas

no sentido de que, perante tal demônio, o meio de acabar com ele, não é a fuga, como hoje com tanto gosto se faz, mas importa, primeiro, inspecionar até ao fim os seus caminhos, para averiguar qual o seu poder e quais os seus limites (WEBER, 2005, p. 28-29).

A análise interpretativa dos eventos e teorias selecionadas para a construção da História do Conceito foi baseada nas Ciências Sociais, mais especificamente nas cadeiras de Sociologia e História. A análise também buscou auxílio junto ao pensamento decolonial.

O modelo normativo que orienta a execução deste trabalho se baseia nas concepções de imagem de controle e *outsider within*, ambas cunhadas por Patrícia Hill Collins. Além disso, há uma gama de matrizes teóricas fundadoras das Ciências Sociais que nos ajudam a analisar a trajetória de um conceito que carrega fundamentalmente gênero, raça e classe em seu interior.

Interseccionalidade nomeia o problema e as consequências das interações estruturais e dinâmicas dos eixos de dominação sobre a experiência de mulheres negras. Já a matriz de dominação trata do desenvolvimento das opressões em determinado ordenamento social, visando à manutenção do poder hegemônico, ou seja, como o poder sistematiza os eixos de dominação para manter-se com tal.

Mais que abordar a experiência de mulheres negras e a produção das que escolhem o *standpoint* como epistemologia, esses trabalhos nos ajudam a pensar um fenômeno maior e caro a sociologia, a alteridade.

Pode-se entender que a perspectiva hermenêutica da História dos Conceitos dialoga com a teoria do *standpoint*, aporte epistemológico da teoria feminista que entende a construção do conhecimento a partir do universo social no qual o sujeito está situado.

A união dos modelos analíticos de Patrícia Hill Collins, socióloga, com a metodologia de Reinhart Koselleck, historiador, extraem resultados profundamente sociológicos. Ambos tratam da circunscrição da autodeterminação, dando significativo destaque à linguagem.

O fenômeno da autodeterminação se constrói na interação com o “outro” dentro de uma determinada dinâmica social. O que chamamos hoje de identidades, grupos identitários, pautas identitárias e terminologias similares são expressões das transformações que vêm ocorrendo na dinâmica social da História

do Ocidente e de todas as civilizações afetadas por esse encontro, ocorrido no início da modernidade e que produziu a diáspora africana. Novas categorias de sujeitos nasceram em decorrência desse encontro, de maneira que a questão do outro fundou a alteridade.

Considerando que a sociedade está em constante transformação, traçar a história do conceito de interseccionalidade é analisar e registrar um recorte, uma foto tirada de determinado ângulo do imenso álbum de construção das sociedades.

Não entrarei aqui nas interessantes disputas normativas entre pós-modernidade e modernidade tardia/líquida. Porém, tratarei das disputas de narrativa entre os herdeiros contemporâneos dos bônus e dos ônus da modernidade. A reflexão do historiador Julio Benvivoglio (2010, p. 118), ao analisar a história conceitual de Reinhart Koselleck na construção do argumento sobre a relação entre História Conceitual e Teoria da História como síntese das ideias expostas nesta subseção é a seguinte:

[...] parte do esforço hermenêutico dos sujeitos históricos de darem sentido à sua própria existência. Para se apoderarem da realidade, os homens necessitam dos conceitos e, por meio das experiências vividas e transformações sofridas, empreendem ações que se projetam no tempo e no espaço determinantes para sua autocompreensão.

O conceito de interseccionalidade opera dentro e fora da academia. Este trabalho se divide em dois eixos: o primeiro trata da discussão teórica em torno do conceito, apresentando suas definições e problemáticas; o segundo versará sobre a transformação do conceito em “produto” esvaziado de seu principal conteúdo, a justiça social.

Assim sendo, relacionarei a seção “O fetichismo da mercadoria e o seu segredo” na obra **O Capital** (2013) de Karl Marx, com recuperação de algumas propagandas em que o termo interseccionalidade aparece como impulsionador na venda de produtos. Para a construção da história do conceito ancorada à hipótese, busquei extrair as seguintes informações dos textos e propagandas selecionadas:

- a) Epistemologias produzidas por mulheres negras;
- b) Estratégias de superação das opressões internas a teoria interseccional;
- c) Movimentos que “esvaziam” o conceito;
- d) Mercantilização do conceito *interseccionalidade*;
- e) Horizonte de expectativa em relação ao conceito;

- f) Estratégias de superação das opressões internas a teoria interseccional.

3 Recepção do conceito de interseccionalidade entre intelectuais brasileiras

Este capítulo está estruturado em três partes. No primeiro momento, será abordado o motivo pelo qual a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância se apresenta como marco temporal de ampliação da circulação do conceito de interseccionalidade no Brasil, reunindo as principais organizações feministas negras e como a atuação das mulheres negras encontrou no conceito de interseccionalidade de Crenshaw a síntese das demandas deste grupo e, simultaneamente, apresentava uma ferramenta de identificação e método científico com fins de superação das discriminações para além da realidade de mulheres negras.

No Brasil, assim como nos EUA, as análises em que intersecção de marcadores como gênero, raça, classe, região e sexualidade estiveram presentes na trajetória das Ciências Sociais (MOUTINHO, 2014).

As instituições Criola³³ do Rio de Janeiro, Geledés³⁴ de São Paulo e Maria Mulher do Rio Grande do Sul³⁵ organizaram a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban,³⁶ garantindo a participação de dezenas de organizações de mulheres negras ao redor de todo Brasil no evento (CARNEIRO, 2002).

Sobre o evento em si, seus desafios e seu texto final, Mary Robinson, Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, declarou: “as mulheres negras fizeram toda a diferença”. Isto porque a atualidade da Conferência não se resumiu à permanente problemática das discriminações, xenofobia, sexismo e “formas correlatas de intolerância”, ela também atuou na circulação de conceitos e termos que tomaram corpo após a conferência sobretudo entre os afrodescendentes.

³³ Criola é uma ONG antirracista, voltada para defesa do direito de mulheres negras e defesa dos Direitos Humanos. Para mais informações ver: criola.org.br.

³⁴ Geledés – Instituto da Mulher Negra é uma organização da sociedade civil com foco no antirracismo e na defesa das mulheres. Para mais informações ver: geledes.org.br.

³⁵ Maria Mulher do Rio Grande do Sul diz respeito a um centro de vivências antirracista que busca a inserção de “mulheres negras em espaços sociais do Rio Grande do Sul e do Brasil”.

³⁶ Foi possível verificar junto ao levantamento na página Geledés a publicação do livro *Brasil e Durban 20 anos depois* (GELEDÉS, 2021) que rememora as vitórias e desafios do evento.

O conceito de interseccionalidade retorna na bagagem dessas mulheres de movimentos sociais e presentes na academia ou em ambas as frentes corroborando com a nomeação dada por Kimberle Crenshaw a um conjunto de ideias já existentes e desenvolvidas pelo Black feminist desde o início dos anos 1980 (COLLINS, 2017) e já conhecido pelas ativistas intelectuais brasileiras conforme podemos observar na contribuição de Luiza Bairros (1995), por ocasião de outro evento das Nações Unidas, a IV Conferência Mundial da Mulher realizada em Beijing em setembro desse mesmo ano.

Em seu texto, Luiza Bairros problematiza as dificuldades enfrentadas pelos conceitos básicos do feminismo, importantes enquanto definição de identidade coletiva com vistas à luta política, porém frágeis ao “definir o que nos une a todas enquanto mulheres” (Ibidem, p. 459), elucidando assim a justificativa de exclusão de raça e classe por parte de vertentes mais “clássicas” do feminismo. Entretanto, tal movimento acaba por priorizar demandas de mulheres brancas de classe média. Como tentativa de superação do problema, Luiza Bairros aponta o feminismo socialista, que analisa a dominação masculina a partir da base material e do *feminist standpoint*,³⁷ teoria feminista cuja “experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos”. Esta última foi apontada por Bairros como

[...] a formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras na luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra (Ibidem, p. 461).

Bairros naquela época cursava seu doutorado em Sociologia na Michigan State University. Ela apresenta aporte teórico sobre uma análise dinâmica de dois ou mais marcadores sociais da diferença e, logo em seguida, na última seção do

³⁷ Geralmente traduzido como ponto de vista feminino ou feminismo do ponto de vista, a autora desta dissertação optou por não buscar tradução equivalente em português ou utilizar-se de livre tradução, por não compreender as aproximações como satisfatórias.

trabalho, evidencia o feminismo negro estadunidense como adepto à articulação de categorias que fazem uso da palavra intersecção, porém não do conceito de interseccionalidade que à época já havia sido gestado por Crenshaw (1989; 1991). Bairros apresenta a presença do conceito de interseccionalidade no pensamento de mulheres negras.

Podemos mais uma vez observar que o conceito de interseccionalidade já circulava no mundo intelectual brasileiro. Observamos também a teoria *Black feminist* influente junto ao arsenal teórico do feminismo negro brasileiro. A interlocução foi estabelecida através de uma mulher preta, acadêmica, política e ativa junto aos movimentos sociais. Luiza Bairros integrou o Grupo de Mulheres Negras do MNU, relevante grupo de ativismo político em prol da comunidade afro-brasileira, fundado em 1978.

Há um aspecto elementar em se analisar a recepção do conceito de interseccionalidade junto ao cenário brasileiro, tanto no que diz respeito à acomodação do conceito como na crítica e no estranhamento ao seu status de “novidade”. Acontece que quanto ao aspecto geral das Ciências Sociais brasileiras, a articulação de dois ou mais eixos de diferenciação são característicos direta ou indiretamente de trabalhos clássicos da disciplina. De modo particular, a produção de mulheres negras brasileiras aponta os efeitos da articulação sistêmica de eixos de opressão estruturais de nossa sociedade em suas produções. O próprio documento da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban, entregue à época a Walter Franco, coordenador da ONU no Brasil, e à Alta Comissária Mary Robinson se apresenta como um exemplo desse tipo de articulação na qual gênero, raça e classe são acionados à construção do argumento:

Em sua declaração inicial, a Articulação [Articulação de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban] alertava para as múltiplas formas de exclusão social a que as mulheres negras estão submetidas, em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida. Esses se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; numa expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação s mulheres brancas; num menor índice de nupcialidade; e, sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2002, p. 210).

A articulação brasileira não contou apenas com mulheres negras, o apoio de feministas de distintas vertentes e demais membros endossou a Conferência de Durban, de modo que existiam mulheres e homens racializados e não racializados de diversas partes do mundo dentre os quais a concordância nem sempre ocorria, tanto que se faz comum encontrar o termo “batalha” para se exemplificar as dificuldades de se obter acordos a fim de se chegar a um texto final. De todo modo o resultado de uma metodologia interseccional está presente no documento final do evento:

13. Reconhecemos que a escravidão e o tráfico de escravos, em particular o tráfico transatlântico, foram tragédias atroz na história da humanidade, não apenas por sua abominável barbárie, mas também por sua magnitude, seu caráter organizado e, especialmente, sua negação da essência das vítimas. Reconhecemos ainda que a escravidão e o tráfico de escravos, especialmente o tráfico transatlântico, são, e sempre deveriam ter sido, um crime contra a humanidade e se encontram entre as maiores fontes e manifestações de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e que os africanos e afrodescendentes, os asiáticos e descendentes de asiáticos, assim como os povos indígenas, foram vítimas de tais práticas e continuam a sê-lo de suas consequências.

14. Reconhecemos que o colonialismo levou ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e a formas correlatas de intolerância, e que os africanos e afrodescendentes, os asiáticos e descendentes de asiáticos, assim como os povos indígenas, foram vítimas do colonialismo e continuam a sê-lo de suas consequências. Reconhecemos os sofrimentos causados pelo colonialismo e afirmamos que, onde e quando quer que ele tenha ocorrido, deve ser condenado e impedido de ocorrer novamente. Ademais lamentamos que os efeitos e a persistência dessas estruturas e práticas sejam dos fatores que contribuem para as desigualdades sociais e econômicas duradouras em muitas partes do mundo de hoje.

100. Reconhecemos e lamentamos profundamente os sofrimentos e males indizíveis infligidos a milhões de homens, mulheres e crianças como resultado da escravidão, do tráfico de escravos, do tráfico transatlântico de escravos, do apartheid e de tragédias passadas. Notamos também que alguns Estados têm tomado a iniciativa de pedir perdão e de pagar indenização, conforme apropriado, para as graves e maciças violações cometidas (ALVES, 2002, p. 211-212).

3.1. As Ciências Sociais no Brasil e a intersecção de categorias

A articulação de marcadores sociais da diferença não se apresenta necessariamente como uma novidade no contexto da produção acadêmica nacional. Contudo, o conceito de interseccionalidade assim como o trabalho de intelectuais do *Black Feminism* têm ganhado espaço nas ementas, debates acadêmicos e no mercado editorial destinado a esse mesmo público³⁸.

O aumento do número de estudantes negros, indígenas e pobres nas universidades brasileiras após a implementação do sistema de cotas raciais pode ajudar a elucidar tanto o interesse e a circulação do tema na academia brasileira, como a tradução, publicação e republicação de autoras negras e autores negros brasileiros e estrangeiros, contudo este não se apresenta como único ponto: “Verifica-se, assim, entre as ativistas e intelectuais públicas brasileiras, um clamor novo no feminismo que exige uma análise compreensiva” (RIOS; PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 37).

De fato, há “um clamor novo” no campo dos feminismos e fora dele as novas tecnologias que possibilitam maior circulação das informações, ferramentas potencializadas em tempos de Covid-19, que conectam estudantes de diversas áreas do saber a autores até então pouco conhecidos no campo acadêmico, restritos aos cursos de pós-graduação ou não publicados pelo mercado editorial brasileiro.

A fortíssima influência cultural estadunidense sob o Brasil, modo pelo qual temos acesso, entre outros elementos, à trajetória de personagens históricos afro-estadunidenses, extrapolou filmes e músicas no tocante ao alcance do público em geral. As plataformas de streaming, serviço no qual o Brasil figura como segundo maior consumidor do mundo, incluem em seus catálogos documentários com a participação de acadêmicos dos mais diversos campos do saber com representantes da sociedade civil, advogados, juízes, músicos, literatos, políticos e demais atores e atrizes sociais de diversas áreas.

³⁸ CENARIUM, Revista eletrônica. *Editoras independentes aceleram o crescimento de publicações de pessoas negras*. Disponível em: < <https://revistacenarium.com.br/editoras-independentes-aceleram-o-crescimento-de-publicacoes-de-pessoas-negras/>>. Acesso em: 10 dez.2021. GABRIEL, Ruan. *O aumento da diversidade nas prateleiras das livrarias*. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/epoca/cultura/o-aumento-da-diversidade-nas-prateleiras-das-livrarias-1-24719526>>. Acesso em: 24 dez.2021.

O documentário **A 13ª Emenda** (2016) se configura como um exemplo dessa linguagem que produz interlocução entre a academia e a sociedade civil. Ele faz um retorno ao passado escravocrata e adentra nas consequências ainda atuais das teorias científicas de criminalização de pessoas não-brancas, mais especificamente negros e pardos. Possui no elenco Angela Davis, filósofa e ativista; Michelle Alexander, escritora e defensora dos direitos civis; Malkia, Cyril, ativista e fundadora do Center for Media Justice, criado para combater o preconceito nas mídias digitais torná-las um ambiente mais justo e igual; Herry Louis Gates, educador, crítico literário e acadêmico; Melina Abdullah, acadêmica e líder de movimentos da sociedade civil e outros nomes cujos trabalhos produzem ressonância entre o público brasileiro das classes C e D presentes ou não nas universidades.

O consumo de conteúdo via modelo multidimensional é no momento, de origem majoritariamente estadunidense – sem buscar aqui negligenciar a permanência da influência dos modelos europeus no Brasil, em especial o francês – somado aos interesses atuais da sociedade brasileira no tocante às pautas identitárias, independente do viés conservador ou liberal dos sujeitos ou grupos, têm adentrado com acelerado dinamismo as universidades brasileiras mesmo antes de 2012, ano da consolidação da Lei nº 12.711, também conhecida como a lei de cotas, que tem demandado respostas “à brasileira” para além das fornecidas pelos clássicos, mesmo no circuito acadêmico, deixando assim espaço para que outros centros de produção de conhecimento preencham quase que completamente essa lacuna e ainda nos alerte sobre a existência desses trabalhos em nosso circuito.

Em 2019, Angela Davis visitou São Paulo para o lançamento de sua autobiografia intitulada **A liberdade é uma luta constante**, publicado em 2015 e com edição em português lançada pela Boitempo em 2018, com textos de orelha da literata negra Conceição Evaristo. Na ocasião, Davis questionou o público, de maneira provocativa: “Eu sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. Mas por que no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Acho que aprendi mais com Lélia Gonzalez do que vocês aprenderão comigo”.

Podemos elocubrar a respeito das não escolhas teóricas das Ciências Sociais brasileira a partir da história da disciplina, que nasceu no bojo das

transformações do século XIX, cujo cenário socio-histórico começou a se desenhar bem antes, entre os séculos V e XV. Tal período, relativo à Idade Média, iniciou-se através do Renascimento as bases necessárias do que se tornaria a ciência moderna.

A reordenação das relações de comércio e de produção na Europa Ocidental, iniciadas por meio das rotas do Mar Mediterrâneo associado ao renascimento cultural, estruturaram o caráter vital para a derrubada dos muros do sistema feudal, abrindo espaço para o Iluminismo, movimento intelectual cujo ápice se manifestou na Revolução Francesa de 1789 e, por fim, na Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra e que transformou definitivamente o mundo sociocultural e econômico europeu. No bojo dessas grandes transformações nasceu a modernidade e com ela as Ciências Sociais:

A história da cultura renascentista nos ilustra com clareza todo o processo de construção cultural do homem moderno e da sociedade contemporânea. Nele se manifestam, já muito dinâmicos e predominantes, os germes do individualismo, do racionalismo e da ambição ilimitada, típicos de comportamentos mais imperativos e representativos do nosso tempo (SEVCENCKO, 1987, p. XXX).

As menções apresentadas acima apresentam o cenário socio-histórico de construção das disciplinas nas quais têm circulado o conceito de interseccionalidade, a fim de que possamos alargar o escopo de compreensão sobre as dinâmicas e disputas no tocante à recepção de um conceito cuja sintonia e efeito dialogam com

uma nova geração de ativismo portadora de nova linguagem contenciosa, que passa expressar de forma mais evidente as articulações entre o feminismo e o antirracismo com vistas a problematizar as múltiplas formas de opressão social (RIOS, PEREZ, RICOLDI, 2018. p. 36)

Essa breve contextualização histórica sobre a origem do pensamento social moderno possui como objetivo esclarecer sobre qual universo os dogmas da ciência moderna, mais especificamente da Sociologia, foram construídos. A partir daí situados, podemos buscar compreender: primeiro, os princípios norteadores do campo no qual o conceito de interseccionalidade tem circulado; segundo, “De fato, é impossível negar, em termos amplos, que a ciência moderna e o capitalismo cresceram juntos” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 56). Em um contexto

de exorbitante problema de distribuição de renda e diferença social, em que nem o horizonte mais distante prevê abrandamento aliado à cristalização secular da exclusão econômica e política fundamentada na cor da pele, onde no caso brasileiro, tal prática encontrou na miscigenação, outrora atacada pelas teorias de pureza racial, seu grande álibi. De que maneira o eurocentrismo teórico tem se apresentado como suficiente junto à interpretação da realidade social brasileira?

Uma análise mais aprofundada exigiria maior debate teórico que vai além do recorte temático desta pesquisa. Além disso, esse tipo de estudo já tem percorrido virtuoso caminho no campo da Sociologia da Ciência. Contudo, se faz imperativo enfrentar o constante questionamento sobre a função social da universidade como instituição detentora do monopólio da legitimação do saber e da formação de quadros para ocupação dos mais altos cargos da administração social, política e econômica.

No caso brasileiro, as intervenções ocorridas junto ao ambiente universitário durante a ditadura militar que durou 21 anos, além de possivelmente ter construído um muro mental onde imaginação científica, autonomia e autopreservação disputaram seus limites, sobretudo nas Ciências Humanas, tal evento interrompeu e recalçou a circulação de conceitos, grupos de estudo e trabalhos de pesquisa em andamento e também concluídas. As atuais viradas epistêmicas e geopolíticas no tocante à produção do saber científico, às quais a interseccionalidade converge, tem provocado a rememoração (MOUTINHO, 2014) de um conjunto de trabalhos produzidos no Brasil antes, durante e depois da ditadura militar, nos quais a convergência dos marcadores raça, gênero, classe estavam presentes:

Atualmente, diversos autores e autoras, situados tanto nos centros quanto nas periferias da produção da geopolítica do conhecimento, questionam o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico contidos no mainstream das ciências sociais. Essa busca tem informado um conjunto de elaborações denominadas Teorias e Epistemologias do Sul (Santos e Meneses, 2010; Connell, 2007), as quais procuram valorizar e descobrir perspectivas trans-modernas, no sentido de Dussel, para a decolonização das ciências sociais (BALLESTRIN, 2013, p. 109).

Contudo, a interrupção da liberdade causada pela ditadura não é o único motivo para lermos mais Angela Davis em nossas ementas do que Lélia Gonzalez.

As respostas possuem um aspecto amplo e aqui elegeremos dois deles. O primeiro, diz respeito à posição geopolítica de Angela Davis e sua aproximação com a teoria marxista, influência transversal junto à construção da inteligência brasileira, especialmente nos anos 1960. O segundo, porque o teórico é político e as leis sociais, ao contrário da natureza, são orientadas pela ação humana, que é sempre interessada em constituir conexão com as possibilidades, limites, linguagens e interesses de determinado contexto histórico.

No caso brasileiro, trabalhos nos quais a intersecção de eixos como raça, classe, gênero, sexualidade entre outros marcadores estruturais se apresentam articulados estão presentes tanto em clássicos como em obras de menor circulação ou de circulação mais circunscrita à leitura complementar ou aos movimentos sociais, especialmente as de autoras e autores afro-brasileiros.

Há muito existe um esforço de intelectuais afro-brasileiros em preencher essa lacuna, reforçada pela fala de Angela Davis e pelo maior número de estudantes negras e negros nas universidades brasileiras, assim como a circulação do conceito de interseccionalidade ter impulsionado uma série de trabalhos, seminários e pesquisas que visam resgatar e dar a conhecer o pensamento de autoras e autores negros.

O Portal Geledés – Instituto da Mulher Negra foi fundado em 1988 e vem propagado, junto a outras frentes, a produção intelectual de afro-brasileiros que produziram tanto na chave das relações raciais como junto a outros campos como Literatura, Medicina, Teoria Social, Física, Arquitetura, entre outros. Figuram na lista intelectuais como Manuel Querino (1851-1923), Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003), Nascimento Moraes (1922-2009), Hemetério José dos Santos (1858-1939), Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920) e Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), quem infelizmente é subrepresentado, apesar de toda a sua genialidade intelectual e contribuição à Sociologia e à administração pública brasileira.

Um exemplo mais recente de resgate pode ser observado no campo da historiografia empreendido por Giovana Xavier no Grupo de Estudos e pesquisa Intelectuais negras da UFRJ, que tem sistematizado uma genealogia do pensamento de mulheres negras. Tal construção conta com pensadoras como Maria Firmina dos Reis (1822-1917), Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Maria de Lourdes Vale do Nascimento (1924-1995), Maria Beatriz Nascimento (1942-

1995), Lélia Gonzalez (1935-1994), Azoilda Loretto da Trindade (2015), Jurema Werneck (1961), Conceição Evaristo (1946), Maria Clara Araújo (1996), Djamilia Ribeiro (1980), Denise Benedito, Lucia Xavier (1959), Mônica Cunha, Miriam Alves, entre outras. Em fala durante o curso “Emancipações e Pós-Abolição: por uma outra História do Brasil (1808-2020)”, a historiadora expôs seu objetivo: a “ampliação de espaço institucional para a criação de uma agenda de pesquisas científicas conduzida por mulheres negras”.

Sobre trabalhos de maior circulação no campo das relações raciais no Brasil, diante da farta produção sobre o tema, pontuar-se-á duas obras clássicas. A primeira de Florestan Fernandes, **A Integração do negro na sociedade de classes** (1965) e a segunda de Carlos Hasenbalg, intitulada **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil** (1979). Tais escolhas se dão pelo período de suas publicações, entre os anos 1960 e 1980, combinando-se à atividade política de mulheres afro-americanas junto ao Movimento dos Direitos Civis, movimentos de mulheres e demais grupos de luta política de viés emancipatório e a entrada das mesmas nas universidades, que culminou na publicação de obras basilares do feminismo negro estadunidense nos anos 1980.

No Brasil, entre os anos 1960 e 1980, segundo Domingues (2007), deu-se o final da segunda fase (1945-1964) do Movimento Negro, interrompida pelo golpe militar e seguida pelo início da terceira fase (1978-2000):

[...] representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil. De acordo com Gonzalez, a repressão “desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidad”.

A despeito dos embargos políticos, os trabalhos de relações raciais continuaram a movimentar o campo das Ciências Sociais no Brasil. Florestan Fernandes, na época já dedicado ao assunto, junto a Roger Bastide, financiados pela UNESCO, promoveram uma virada interpretativa a respeito das conclusões sobre as relações raciais, através da crítica à ideia de que no Brasil haveria uma democracia racial. Fernandes e Bastide criticam Gilberto Freyre, que teorizava a respeito de “uma consolidação da crença na democracia racial brasileira,

paradigma interpretativo vigente pelo menos até o início dos anos 1990” (FIGUEIREDO, 2015, p. 12).

No caso do trabalho de Florestan Fernandes (1965), a utilização rigorosa do método científico com dados empíricos e estatísticas em seu estudo resultou em um trabalho renovado não apenas no estilo – até então os clássicos das Ciências Sociais a respeito das interpretações da formação social brasileira eram expostos de maneira ensaística (FREYRE, 1933; 1936; HOLANDA, 1936), mas também apresenta uma virada interpretativa sobre as relações raciais no Brasil até então construídas na chave de uma convivência, apesar de hierarquizada e patriarcal, concebida como harmoniosa em comparação a outras sociedades como a estadunidense. Fernandes ao analisar o processo brasileiro de modernização, assim como o lugar do Brasil na ordem social capitalista, captura elementos impeditores ao estabelecimento do Brasil em pé de igualdade com as economias capitalistas para depois adentrar de fato no tema da modernidade.

Uma das contradições identificadas por Fernandes diz respeito à formação da classe trabalhadora no Brasil. Neste ponto, o autor argumenta sobre o que nomeia de déficit do negro no tocante à formação para ingresso no mercado de trabalho, por consequência dos séculos de escravização em concomitância com o racismo, que não se extinguiu com a abolição em 1888.

Outro aspecto de destaque no pensamento de Florestan Fernandes neste trabalho, e que reaparece em outros, diz respeito ao lugar do tempo como elemento categórico de superação do racismo e, por conseguinte, a exclusão social enfrentada por negras e negros no cenário nacional brasileiro. Poderíamos enveredar para uma análise sobre o lugar do tempo na obra de Florestan Fernandes, a partir de sua relação com o marxismo e mapear, acautelando-nos às sorradeiras capturas do maniqueísmo, sobre como de algum modo essa concepção do tempo como um dado perpassou a crença dos acadêmicos brasileiros tanto em suas construções analíticas como em seus horizontes de expectativa a respeito das relações raciais no Brasil. Laura Moutinho (2014) exemplifica bem o lugar do tempo na análise de Florestan Fernandes:

[...] o preconceito e a discriminação são frutos de um “atraso cultural”. A ordem “econômica”, “legal” e “moral” se transformou, mas não se transformaram as “atitudes”, “comportamentos” e “valores” do sistema escravocrata. O tempo é, portanto, uma categoria central na forma como Fernandes entende o racismo e a desigualdade social. A

“democracia racial” não existe no tempo da escravidão que sobrevive, segundo sua interpretação, na década de 50, mas poder-se-ia realizar no futuro com o desenvolvimento econômico, a diminuição da concentração de renda, o privilégio social e o poder nas “mãos de uma única raça”.

Em seus respectivos contextos históricos, tanto os trabalhos de Gilberto Freyre como os de Florestan Fernandes foram disruptivos com o pensamento vigente de suas épocas e gozaram de ampla circulação dentro e fora das Ciências Sociais, do mesmo modo que o trabalho de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) também configurou uma virada interpretativa em relação às interpretações das gerações anteriores aos estudos de “relações raciais”. Conforme expõe Figueiredo (2015, p. 13) sobre as avaliações de Gonzalez e Hasenbalg (1982), antes da institucionalização da Sociologia (1933-1934) os trabalhos de Sílvio Romero, Manoel Bomfim, Oliveira Viana ocupavam-se sobre como seria o futuro do Brasil diante dos “males” da miscigenação, a posteriori, como já apontado, Gilberto Freyre combate tal pensamento quando positiva a mistura e ergue as contribuições de negros(as) e autóctones, passando por Donald Pierson que, ao concluir seu estudo realizado na Bahia, verificou que o preconceito no Brasil era de classe e não de raça.

Para Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982, p. 88) tais análises buscavam explicações a partir de um único eixo:

Num caso, o papel da raça na geração das desigualdades é negado, noutro, o preconceito racial é reduzido a um fenômeno de classe e, por último, a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado escravista. Nenhuma destas perspectivas considera seriamente a possibilidade de coexistência do racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista.

As críticas estruturadas por Hasenbalg (1979), bem como suas análises sobre o racismo como construtor da pobreza do negro através da segregação social como um todo e sobre mercado de trabalho em maneira particular, influenciou e culminou a parceria de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg em **Lugar de Negro** (1982). Florestan Fernandes também nutriu forte impacto sobre o pensamento de Lélia Gonzalez. Sobre a obra de Fernandes (1965), Gonzalez não compartilhava as interpretações “funcionalistas” do autor sobre a passagem da população negra para a sociedade de classes, contudo ela dialogava com a perspectiva de que a

democracia racial no Brasil era um mito, assim como a precária integração dos afro-brasileiros à sociedade de classes (RATTS; RIOS, 2016).

Para além das interlocuções e produções acadêmicas, Lélia Gonzalez teve intensa participação político-partidária, ampla circulação e ação junto aos movimentos negros e de mulheres e já dialogava com as hoje chamadas pautas LGBTQIA+ como colunista do jornal **Lampião da Esquina**, entre outros feitos. A circulação de Lélia Gonzalez aqui apresentada expõe a necessidade da pergunta retórica de Angela Davis: por que não escolhemos aprender com Lélia Gonzalez?

3.2.

O protagonismo de Lélia Gonzalez

Quem tem medo de Lélia Gonzalez? Todas, todos e todes nós. Talvez esta seja uma possível resposta ao questionamento de Angela Davis às feministas negras no Brasil. Ler Lélia é difícil, pois sua obra reverbera um imenso incômodo. Sua dor pessoal transbordou-se em teoria social, que desnudava todas as camadas encobertas da “negação, ou até mesmo de glorificação da história colonial” (KILOMBA, 2019, p. 11).

A linguagem coloquial através da qual Lélia Gonzalez construía seus trabalhos era provocativa. Buscava introduzir novos léxicos, construções sintáticas e morfológicas em torno do “pretuguês” (GONZALEZ, 1984, p. 238), conceito com o qual buscava expressar a africanização do português falado no Brasil.

Por meio de expressões como “lixo vai falar, e numa boa” e “Cumé que a gente fica?”, Lélia Gonzalez analisava as relações raciais tomando como mote a reprodução das desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade existentes na sociedade brasileira de maneira interseccional e decolonial, se nomearmos a partir de categorias atuais.

Outro ponto fundamental para se compreender o pensamento de Lélia Gonzalez diz respeito à sua relação com a Psicanálise. Sigmund Freud e Jacques-Marie Émile Lacan foram suas principais influências teóricas e epistemológicas (GONZALEZ, 1984, p. 225):

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja:

por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

O pioneirismo de Lélia Gonzalez se dá também em análises que extrapolaram os contornos nacionais. Buscando conectar negros e ameríndios politicamente, a antropóloga constrói o conceito de Amefricanidade, “uma unidade que, sem apagar as matrizes africanas, reconhece a experiência fora da África como central” (BAIROS, 2000, p. 355).

Segundo Gonzalez (1988b), Amefricanidade extrapolava limitações linguísticas, políticas, geográficas e filosóficas. Ademais, para a referida autora o conceito possuía um caráter genuinamente democrático. Tal conceito dialoga também, com o que chamamos na atualidade de epistemologias do Sul já que proporciona “novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo” (GONZALEZ, 1988b, 76).

Ainda sobre abordagens transnacionais produzidas por Lélia Gonzalez, Améfrica Ladina se constitui apoiada na interpretação de Magno (1980) sobre identidade nacional. Esse autor disserta acerca de uma América Africana, em contrapartida à ideia de latinidade imputada ao Brasil e aos territórios vizinhos por consequência da construção linguística e cultural trazida pelos colonizadores europeus às Américas.

3.2.1. Lélia hoje

Destacamos aqui as principais ocorrências no Google que foram encontradas ao pesquisar a emblemática frase de Lélia Gonzalez, na qual ela parafraseia Simone de Beauvoir, “a gente não nasce negro, a gente se torna negro” (GONZALEZ, 1988, p. 2). As primeiras entradas têm como fonte os seguintes veículos: as revistas **Cult**³⁹ e **Marie Claire Brasil**;⁴⁰ os jornais **Folha de S.**

³⁹ BARRETO, Raquel. “Uma pensadora brasileira”. In: **Cult**, 03 jul. 2019.

⁴⁰ “A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora.” Lélia Gonzalez partiu muito jovem, aos 59 anos, em 1994,

Paulo⁴¹ e **El País**;⁴² uma monografia da Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS);⁴³ um artigo na página do SESC SP que reflete sobre racismo, sexismo e solidão;⁴⁴ uma caneca de Lélia Gonzalez à venda no site da empresa de varejo Magazine Luiza, na qual consta o desenho da silhueta de uma mulher negra nua, com duas tatuagens no braço e uma na perna tocando a barriga, sugerindo talvez um momento de gravidez, adornada com um cabelo Black Power, sentada em um elemento que aparenta ser uma flor posta sobre uma base verde; e um artigo de Cláudia Pons Cardoso (2014).⁴⁵

Podemos observar a maioria dos resultados descritos acima foram produzidos nos anos de 2019 e 2020, ou seja, após a visita e o chamamento de Angela Davis. A data sobre a venda da caneca junto a loja de varejo não foi localizada e o artigo acadêmico de Cardoso é o mais antigo deles. Existe, portanto, maior circulação da biografia e dos principais pontos do pensamento da antropóloga brasileira Lélia Gonzalez após a visita de Angela Davis em diversas frentes, para além do campo acadêmico.

Faz-se interessante observar que apenas dois resultados apresentaram fontes acadêmicas. Tal padrão se mantém nas demais páginas de busca, com inúmeras inserções das frases mais conhecidas de Lélia encabeçando matérias em revistas e blogs. Também vale comentar o caso de um artigo sobre como mangás e animes ajudaram o autor a se perceber como negro.⁴⁶

A fala provocativa de Angela Davis e o efeito por ela produzido na circulação de Lélia indica o fortalecimento recente da circulação de discussões

mas deixou uma produção extraordinária, que inspira tanto pesquisadoras brasileiras da nova geração quanto ícones internacionais, como Angela Davis, que não perde a chance de celebrar a existência de Lélia. [#LeliaGonzalez](#) é um nome para ser comemorado no [#DiaDaMulherNegra](#) e em todos os outros do ano. Conheça sua história no link da bio". 25 jul. 2020. Instagram: @marieclairebr.

⁴¹ RIBEIRO, Djamila. "Ser pessoa negra é uma conquista árdua e se desenvolve pela vida afora". In: **Folha de S. Paulo**, 19 nov. 2020; "'Morte de Zumbi aponta para a vida', escreveu Lélia Gonzalez na Folha em 1981". In: **Folha de S. Paulo**, 20 nov. 2020.

⁴² MERCIER, Daniela. "Lélia Gonzalez, onipresente". In: **El País**, 26 out. 2020.

⁴³ NASCIMENTO, Ellen da Silva do. **Não se nasce uma mulher negra, torna-se: resistindo à perspectiva de gênero**. 2019. 68f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2019.

⁴⁴ AMBAR, Lilian. "Precisamos falar sobre a solidão da mulher negra". In: **Portal SESC SP**, 18 set. 2020.

⁴⁵ CARDOSO, Cláudia Pons. "Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez". In: **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, set./dez. 2014, p. 965-986.

⁴⁶ RIBEIRO, Pedro Henrique. "Como mangás e animes me ajudaram a me entender como negro". In: **Omelete**, 20 nov. 2021.

identitárias e uma melhor compreensão sobre a intersecção de categorias sociais. Devo salientar que no Brasil o artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984) de Lélia Gonzalez tem se configurado como o trabalho de maior circulação da autora, mesmo antes da visita de Angela Davis ao Brasil em 2019, como bem consta no organograma das ementas dos cursos de Ciências Sociais do Rio de Janeiro.

Além das questões de políticas identitárias, da virada interseccional e os efeitos da implantação do sistema de cotas, a retomada ao pensamento de Lélia González se dá porque a autora antecipou diversos temas que hoje estão em voga nos estudos sobre raça, racismo, gênero, geopolítica, novas epistemologias como branquitude, encarceramento em massa, necropolítica, extermínio dos homens negros.⁴⁷

A biografia de Lélia Gonzalez vai de encontro a um processo comum às intelectuais negras de sua geração, no qual a trajetória pessoal informa a teoria construída por elas mesmas. Outro elemento comum das análises interseccionais já antecipadas no pensamento de Lélia Gonzalez diz respeito ao alargamento epistemológico no tocante às interpretações dos fatos sociais.

Um ano antes da publicação de **Mulheres, raça e classe** de Angela Davis (1981), Lélia Gonzalez situava à intelligentsia brasileira junto às disputas internas que pautariam o que viria a ser o campo dos estudos interseccionais. Isso porque Lélia entendia a questão da mulher negra de maneira interseccional, mesmo antes de o termo ter sido cunhado. Como nos lembra Sueli Carneiro, “para Lélia [no Brasil] as incompreensões do movimento feminista em face a situação da mulher negra foram determinantes para a organização de grupos específicos [...]”.⁴⁸ O próprio movimento negro foi confrontado por Lélia na medida que para ela “a consciência dos companheiros de luta apresenta-se muito avançada no que se refere a questões de raça e classe, mas no que diz respeito às mulheres negras,

⁴⁷ Em 2014, a Anistia Internacional lançou a campanha Jovem Negro Vivo, na qual denunciava que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil; 75,7% dos homicídios no Brasil são de pessoas negras, além do aumento percentual da violência no Brasil contra essa população nos últimos 10 anos (“Brasil precisa adotar políticas de segurança pública que protejam população negra, afirma Anistia Internacional”. In: **Anistia Internacional Brasil**, [2019]).

⁴⁸ CARNEIRO, Sueli. “A pensadora é... Lélia Gonzalez”, 2h43min52s. In: **Pensar Africanamente – Página oficial no Youtube**, 18 jul. 2020, 41min30s.

suas companheiras de militância reproduzem todas as práticas sexistas da sociedade abrangente”.⁴⁹

Salientar essa lacuna deixada tanto pelo feminismo como pelo movimento negro reforça a sintonia de Lélia Gonzalez entre a pensadora e a produção de mulheres negras e racializadas estadunidenses, compreendidas como clássicas tanto do pensamento feminista como da interseccionalidade, das quais algumas Lélia Gonzalez foi contemporânea.

Patrícia Hill Collins, ao criar sua teoria de *standpoint*, cunha o termo *outsider within* com intuito de expressar como os marcadores de gênero, raça e classe posicionam o olhar de mulheres negras tanto da margem como do centro, mesmo não estando situadas nessa posição, por ação dos eixos de opressão que estruturam as dinâmicas sociais, que apesar disso não conseguem impedir esse olhar privilegiado.

Ademais, Lélia Gonzalez aponta o particularismo das mulheres negras que, apesar de estarem localizadas na base da pirâmide social, não se apresentam como vítimas resignadas. Ainda segundo a pensadora, as mulheres negras deveriam priorizar o compromisso com a transformação social, visto que como “[...] amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós a marca da exploração econômica e da subordinação racial e sexual, “por isso mesmo trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas” (GONZALEZ, 1988, p. 2).

Muito tem se produzido sobre a vida e obra de Lélia Gonzalez⁵⁰ e como esta se relaciona com suas escolhas analíticas e políticas. Aqui abordamos alguns de seus conceitos e influências teóricas, a fim de apresentar o motivo pelo qual Lélia Gonzalez é apontada como figura precursora da interseccionalidade no Brasil. Tanto a produção de Lélia Gonzalez como as de demais pensadores e pensadoras presentes na história das Ciências Sociais brasileiras precisam ser compreendidos, também, levando em consideração seus respectivos contextos históricos. Trabalhos como os de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, para apontar apenas dois dos principais interlocutores de Lélia Gonzalez, também

⁴⁹ Ibidem, 43min13s.

⁵⁰ Ver: GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375; GONZALEZ, Lélia. “A lei facilita a violência”. In: **Primavera para as Rosas Negras**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018 (Coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas); RATTI, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010.

foram disruptivos em suas épocas. O culturalismo de Gilberto Freyre (1933) contrapôs a concepção de degenerescência e negatividade total no tocante à miscigenação e existência dos “males” da população negra e indígena, que condenariam a nação brasileira ao atraso.

Salvo a toda ordem das conhecidas críticas à obra **Casa grande e senzala**, como herança perversa as mulheres de todos os grupos apresentados no texto, - também as brancas porque a estas, Freyre (1933) confina a “casa grande” também submetidas ao patriarca - porém especialmente as “mulatas”, negras e indígenas foi deixado um problemático legado acadêmico e cultural no qual se manobra raça e erotismo quase como sinônimos.

A posteriori, Florestan Fernandes, com preponderante inspiração marxista, salientou o racismo como consequência da escravização e Carlos Hasenbalg, apresentados mais detidamente na seção anterior, apesar de contemporâneos intelectual, na temática e politicamente, de Lélia Gonzalez, desfrutam de ampla circulação, movimento contrário, até então, ao de Lélia Gonzalez.

A memória e produção de Lélia Gonzalez têm sido guardadas e divulgada por intelectuais militantes negras como Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Jurema Werneck, para citar algumas, e não-negras, como Sônia Giacomini. Que a maior circulação de Lélia Gonzalez ajude a romper com uma espécie de “guetização” nas ementas acadêmicas da qual autoras e autores negros da envergadura de Lélia Gonzalez, Alberto Guerreiro Ramos, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Clovis Moura atravessam. Que tal inclusão não se dê para ampliação do debate não apenas entre autores afro-brasileiros que tratam do tema. Muitos trabalhos produzidos no Brasil conforme apresenta o levantamento de Moutinho (2014), já interseccionavam raça, classe e gênero.

Analisar, tencionar, criticar, superar a teoria, conhecer os antagonismos de pensadores e pensadoras afro-brasileiros nos ajuda a romper com o “paradigma da ausência” acerca da produção intelectual de pessoas negras:

Essa ausência leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão. Retira-nos o conhecimento de uma sociedade cuja diversidade racial era imensa, reduzindo-a à branquidade e à mestiçagem (Sovik, 2004:376), estando a primeira nos melhores ofícios e

posições e a segunda nos limites da pobreza e da sujeição. Impede-nos, ainda, a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais. (NASCIMENTO, 2016, p. 610).

4

Ensino, aprendizado e recepção do conceito de Interseccionalidade na trajetória acadêmica de quatro intelectuais brasileiras

Sobre a necessidade de se compreender a recepção da mensagem, Stuart Hall denota a significância das “relações econômicas e sociais, que moldam sua ‘concretização’ no ponto final da recepção e que permitem que os significados expressos no discurso sejam transpostos para a prática ou a consciência [...]” Hall (2003, p. 390-391). Esta citação, diz respeito à análise sobre comunicação de massa realizada por Stuart Hall em 1980 e sua menção neste capítulo se dá como empréstimo alusivo sobre como a produção do conceito e suas recepções são melhor compreendidas em sintonia com as “relações econômicas e sociais” dos sujeitos que as recebe.

Os receptores das ideias são “produzidos” a partir de contextos. Logo, a trajetória do receptor assim como o tempo histórico no qual o mesmo está localizado pode desvelar dados importantes sobre os arranjos a respeito da circulação de um determinado conceito.

Por que a recepção de um conceito se dá com mais ou menos intensidade em grupos pertencentes ao mesmo universo de estudo, situados no mesmo tempo histórico? Por qual motivo determinadas correntes aderem em maior ou menor proporção um conceito ou mesmo publicações do mercado editorial passam a responder determinado público em certo momento? Observar a circulação dos sujeitos que disputam espaço, legitimação e poder no universo acadêmico pode ajudar a escapar de explicações excessivamente simplificadas a respeito da mobilização ou afastamento de determinadas concepções. Ademais, reconhecer a heterogeneidade interpretativa como processo elementar à construção do saber nos ajudar a estabelecer pontes com novas realidades individuais e coletivas e compreender melhor as que já foram construídas.

A diferença tomada como porta do conhecimento conduz, especialmente em tempos de negacionismo⁵¹, a necessidade e valor da ciência como eixo norteador dos alcances e limites objetivos de uma determinada hipótese.

Assim, buscando identificar a recepção do conceito de interseccionalidade junto às universidades fluminenses, entre os dias vinte e nove de junho de 2021 e três de outubro de 2021 foram enviados por e-mail um total de quatorze convites para realização de entrevista distribuídos da seguinte forma: quatro convites para acadêmicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); dois para acadêmicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV); dois para acadêmicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), dois para acadêmica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); dois para acadêmicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e por fim dois convites foram enviados a pensadoras ativas na militância feminista negra onde a atuação se estabelece em concomitância com publicações de artigos e livros sobre o tema.

Seis dos quatorze convites foram reinterados via redes sociais. Dois via Facebook, dois via Instagram e dois via WhatsApp. As tentativas de contato via Facebook não obtiveram retorno, já as acionadas via Instragam e WhatsApp obtiveram um retorno de cada rede. Um total de sete pesquisadoras retornaram e quatro entrevistas foram concretizadas.

O acesso às entrevistadas ocorreu através de pesquisas junto aos nomes do corpo de professores publicados pelos departamentos de pós-graduação no âmbito dos cursos de Ciências Sociais, História, Educação e Filosofia das universidades selecionadas. Buscou-se ainda indicações junto a alunas e alunos da pós-graduação em História, Política e Bens Culturais da FGV; do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Rio (PPGCIS); do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS); do Programa de Pós-graduação em História da UFRRJ (PPHR) e alunos de graduação do departamento de História da mesma universidade.

A primeira entrevistada foi Felícia Picanço, professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da

⁵¹ Negacionismo é um termo que diz respeito à negação de uma realidade verificada cientificamente, possuidora de registro e história. O termo foi popularizado por Henry Russo para designar grupos e indivíduos que negavam o holocausto (VALIN;AVELAR;BEVERNAGE, 2021, p. 14)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O diálogo foi realizado via telefone, teve duração de quarenta e seis minutos. Durante a sondagem realizada pela autora dessa dissertação com professores e alunas e alunos da pós-graduação sobre possíveis nomes a serem entrevistados, a indicação de Felícia Picanço surgiu tanto entre alunos, quanto entre professoras de variadas instituições e de diferentes gêneros, raça, classe e região.

A segunda entrevistada foi Sônia Santos, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF-UERJ) e professora do Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOs). O diálogo ocorreu através de videochamada e teve duração de uma hora e dezesseis minutos. Igualmente a Felícia Picanço, o nome de Sônia Santos foi sugerido por pós-graduandos do gênero masculino e feminino, de classes próximas e gerações distintas. Um professor da pós-graduação também sugeriu o nome de Sônia Santos.

Um ponto a ser observado na indicação de Sônia Santos é o fato de, contrário ao ocorrido com as demais entrevistadas, apenas pessoas racializadas (duas doutorandas negras, um doutorando ameríndio e um professor negro) indicaram o nome de Sônia Santos, única professora negra de pele escura cujo contato para entrevista foi concretizado.

A descrição sobre o perfil étnico racial dos sujeitos que indicaram Sônia Santos inspiraria nova pesquisa sobre o papel da raça na circulação e desenho de carreira de acadêmicas pretas e indígenas. Isto porque, mesmo especialista em gênero e raça e tendo feito parte da ONG Criola, Sônia Santos possui uma longa carreira, estudos em diversas áreas e publicações a respeito de uma miríade de temas, como: bioética, gênero, família, educação, saúde e sexualidade. Ainda que o pensamento de Sônia Santos abordasse exclusivamente raça, diante do diminuto número de alunos e professores negros na pós-graduação no Brasil (ESTADÃO, 2021; INEP, 2016; REGEGEN, 2021), seria coincidência o nome de Sônia Santos surgir apenas entre pesquisadores negros? Como a academia interage com a produção e presença de acadêmicos e acadêmicas fenotipicamente pretos e indígenas no Brasil?

A terceira e quarta entrevistadas Bila Sorj, professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Maria Lúcia Alexandre, coordenadora

Técnica do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e atualmente professora no Instituto Federal da Paraíba, responderam por e-mail através de arquivo anexado em Word.

Além da divulgação realizada pelo PPGSA, indicações por parte de alunas e professoras, o nome de Bila Sorj, intelectual de grande referência nos estudos feministas figura em diversos seminários, entrevistas e mesas de debate de fácil acesso na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube. O quantitativo de conteúdos com a participação dessa intelectual é significativo. O nome de Bila Sorj surge em filtros cuja participação se dá tanto em seminários acadêmicos quanto em fundações, grupos de pesquisa transnacionais, entre outros. Usualmente os conteúdos com a presença de Bila Sorj possuem como tema: “Pensamento social”; “movimento feminista”; “história do movimento feminista”; “história do movimento feminista no Brasil”, “gênero”; “cuidado”; “interseccionalidade”, “desigualdade” entre outros.

Outro ponto que chama atenção são os inúmeros vídeos com a participação de Bila Sorj em períodos muito anteriores ao início da pandemia, momento de grande migração de acadêmicos de todas as gerações para o formato online. Deste modo, podemos observar que mesmo antes da pandemia a circulação do pensamento da referida intelectual já existia de maneira significativa também nas redes.

A indicação de Maria Lúcia Alexandre surgiu através de pesquisa na página do programa PPHR e por sugestão de alunas da graduação da UFRRJ. A autora desta dissertação da mesma forma possuía conhecimento sobre trajetória profissional da referida entrevistada, cuja geração e lugar geopolítico no qual a mesma tem desenvolvido sua carreira acadêmica em muito contribui com a análise aqui proposta.

Os critérios para seleção das entrevistas foram: ser mulher; lecionar na pós-graduação em universidades fluminenses; possuir doutorado ou ser doutoranda; possuir no currículo publicações acadêmicas ou participações públicas de significativo interesse e conhecimento sobre questões relacionadas à diferença de gênero.

O propósito foi selecionar entrevistadas familiarizadas aos processos do universo científico e cujo interesse temático as expusesse diretamente a pensamentos e debates no campo dos feminismos. Priorizou-se também um

distanciamento geracional, de território, classe, raça e origem em relação às entrevistadas.

Entre as medidas para conter os avanços da Covid-19 recomendou-se o isolamento social. Tal medida exigiu novos arranjos na dinâmica da vida social da maior para da população. Professores e pesquisadores não estiveram alheios a esse impacto. Além das aulas executadas via sistema remoto, *lives* e seminários se multiplicaram no mundo virtual. Ainda assim, pontuo o solícito retorno de Jurema Werneck e Winnie Bueno, duas pensadoras que apesar da efetivação do retorno e troca de mensagens a entrevista acabou por não se concretizar. Jurema Werneck, ativista antirracista, fundadora da ONG Criola e atual diretora executiva da Anistia Internacional Brasil gentilmente indicou outro nome para a entrevista. Winnie Bueno, única convidada situada profissionalmente fora do circuito fluminense, é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL/RS).

A extensão do convite a Winnie Bueno, se deu pelo fato da mesma destacar-se, na atualidade, como estudiosa do feminismo negro e particularmente, do conceito de interseccionalidade. Entre outros trabalhos sua consultoria colaborou com a tradução do clássico *Black Feminist Thought*, de Patrícia Hill Collins editado pela Boitempo no ano de 2019.

Ao advogar o pensamento de Patrícia Hill Collins para além dos debates feministas e feminista negro, situando o pensamento da autora no campo da Teoria crítica, Winnie Bueno executa um tipo de mobilização interpretativa da obra de Patrícia Hill Collins e demais pensadoras negras de maneira a considerar a interseccionalidade uma teoria. Tal apreciação caminha de encontro à discussão sobre os limites e possibilidades deste conceito presentes na investigação desta dissertação.

A interseccionalidade é uma teoria ou uma metodologia? O conceito possuiria robustez para sustentar-se como ambos? O arranjo das perguntas estruturadas na entrevista, busca entre outros elementos coletar considerações sobre este debate, por isto a participação de Winnie Bueno pareceu estratégica para enriquecer a discussão. Contudo, no dia quinze de dezembro de 2021 um pouco antes das 14h00, horário marcado para entrevista com Winnie Bueno, recebeu-se a notícia sobre falecimento de bell hooks, um dos mais conhecidos e respeitados nomes da intelectualidade, especialmente no tocante à questão

interseccional. A entrevista foi desmarcada e por questões relacionadas a prazos a autora desta dissertação decidiu não dar continuidade a um novo processo de agendamento.

Diante da vigência da crise sanitária de Covid-19 nas mensagens enviadas às entrevistadas em potencial, quatro modos de coleta foram sugeridos: contato via telefone; videochamada; respostas por escrito através de arquivo enviado anexo contendo as perguntas da entrevista e ainda, caso viabilizasse o trabalho, o comparecimento presencial da autora desta dissertação em local designado pela entrevistada fazendo uso de todos os protocolos de segurança sanitária e vacinada com a primeira dose da imunização contra a Covid-19.

A opção pelas entrevistas como método de coleta se deu pela mesma proporcionar a possibilidade de se “[...] conversar de um modo amplo sobre o tema, com pessoas de diferentes grupos sociais ou com características demográficas diferentes.” (LEÓN, 2003).

As entrevistas realizadas por telefone e videochamada foram gravadas. Também há o registro das entrevistas devolvidas pelas acadêmicas por escrito como ocorreu com Bila Sorj e Maria Lúcia Alexandre. Não se optou pela transcrição das entrevistas, pois desde o início se objetivou coletar trechos das respostas já que nem todas as entrevistas foram gravadas.

A análise das entrevistas, orientada pela ordem das perguntas, buscará atender a investigação dos seguintes pontos: a) a possível existência de diferenças geracionais em relação à recepção do conceito. b) as entrevistadas tem lançado mão em suas ementas de textos que explicitamente contem o termo interseccionalidade ou interseccional; c) verificação a respeito do impacto da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância sobre circulação do conceito de interseccionalidade no Brasil; d) a relação entre o trabalho científico e a atuação junto aos movimentos sociais via autoidentificação como “feminista”, “feminista negra” ou ainda “feminista interseccional” por parte das entrevistadas; e) a identificação das principais vantagens e riscos desse tipo de abordagem; f) se na opinião das mesmas há, de fato, algo de novo na interseccionalidade; g) os principais pontos de encontro e distanciamento entre feministas afro-estadunidenses e afro-brasileiras.

Entrevistas

“‘Não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender’. De nada adiantaria se sociólogo fizesse seu o preceito spinozista, se não fosse capaz de fornecer também meios de o respeitar. Ou, como fornecer os meios de compreender, isto é, de tomar as pessoas como elas são, senão oferecendo-lhes os instrumentos necessários para os apreender como *necessários*, por deles necessitar, relacionando-os metodicamente às causas e às razões que *elas têm de ser como são?* [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 9-10, grifo do autor).

A despeito dos reveses políticos e acontecimentos históricos, o ambiente acadêmico regularmente se torna alvo de intervenções dos mais variados interesses. Tal ambiente é composto por pessoas que ao longo da sua trajetória intelectual são afetadas por distintas propostas, interesses, contextos socioeconômicos e culturais.

As quatro entrevistas desta pesquisa foram realizadas com acadêmicas em atividade, ou seja, estão no momento lecionando no ensino superior. Todas possuem a categoria gênero em suas pesquisas. Algumas atribuem ênfase na categoria em si, outras articulam gênero de maneira equitativa a marcadores como raça, classe e região.

Mesmo com circulação em diversos campos do saber, os estudos sobre o conceito de interseccionalidade tem se dado com maior envergadura no campo dos feminismos. Por isso, optou-se pela escolha de mulheres que construíram significativa parcela de suas vidas profissionais dentro das universidades estudando questões próprias ou em articulação com a teoria feminista.

Inseridas na vida acadêmica, ao estudarem questões de gênero, as entrevistadas escolheram motes que potencializam o desafio imposto pela sociologia “[...] uma tarefa fascinante e constrangedora, na medida em que o tema de estudo é nosso próprio comportamento enquanto seres sociais [...]” (GIDDENS, 2008, p.2).

A fim de construir um recorte de pesquisa que pudesse dar conta de um estudo de recepção, dentro do espaço temporal do mestrado, optou-se pela espera *região* como melhor categoria para se efetivar o trabalho. Por isso a presença de

acadêmicas que, no momento da pesquisa, atuavam em universidades situadas no estado do Rio de Janeiro.

O termo em si foi na pós-graduação, na verdade fora do país, porque eu fui fazer o doutorado nos Estados Unidos. No Aniversário do Texas em Austin, um programa da diáspora africana... na verdade não... estou sendo injusta [...]. Na verdade, o termo eu aprendi aqui no meio das mulheres negras de organizações, especialmente a ONG Criola da qual eu fiz parte durante um bom tempo. Deveria ter seus 23 para 24 anos. Eu não ouvi no mestrado. Quando eu estava no mestrado eu estava em Criola, eu não ouvi no mestrado mais ouvi em Criola, mais dito por elas, [mais] fora da academia do que dentro da academia. (...) Na verdade o movimento de mulheres, independente de se considerar feminista ou não, já discutia essa questão da Interseccionalidade, mas eu acho que determinadas questões até por conta de produção textual, não necessariamente para artigos mais embasamento de relatórios propostas de trabalho eu acho que as ONGs de mulheres negras usavam mais esse conceito.

O contexto apresentado por Sônia Beatriz dos Santos, a respeito do seu primeiro contato com o conceito de interseccionalidade vem de encontro a uma trajetória muito similar a das mulheres negras estadunidenses apresentadas nos trabalhos de Collins (2017) e de Collins e Bilge (2021) a respeito da circulação de mulheres negras entre a academia e a universidade e como o conjunto de informações e experiências entre os dois mundos constrói diálogos analíticos que se informam mutuamente.

Sônia Santos tem 52 anos e é natural do Rio de Janeiro. Ela leciona na Faculdade de Educação (UERJ) e seu nome surgiu como indicação recorrente entre os contatos na busca por acadêmicas negras para a entrevista. Tal característica pode elucidar que, apesar das políticas de cotas, o universo de acadêmicas negras professoras universitárias ainda é pequeno, especialmente fora do campo da disciplina de História, de onde surgiram mais nomes de acadêmicas negras atuantes nas universidades no Rio de Janeiro.

Entre as entrevistadas, Sônia Santos possuía profundo conhecimento a respeito do conceito antes de 2001 e declarou que, em sua opinião, a interseccionalidade ganhou maior circulação no Brasil após a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância ocorrida em Durban, África do Sul.

Sua relação de proximidade junto dos movimentos sociais e da comunicação entre eles determinou um conhecimento antecipado sobre o conceito

por parte de Sônia Santos. Sônia conheceu a ONG Criola através do contato com outro movimento social chamado Grude, que abordava questões relacionadas à pobreza. Até a graduação, Sônia Santos não havia tido contato com grupos do movimento negro. A ONG Criola se tornou não apenas um lugar de encontro com outras pensadoras negras, mas, sobretudo, de formação intelectual e política para além dos contornos nacionais.

Bila Sorj tem 71 anos e é pesquisadora, natural de Santo André (SP). A intelectual é pioneira nos estudos sobre gênero no Brasil. No que concerne o primeiro contato com o conceito de interseccionalidade ela descreve: “creio que foi no Congresso da Associação Internacional de Sociologia em Gotemburgo [Suécia] em 2010”.

Bila Sorj e Sônia Santos obtiveram acesso ao conceito fora do Brasil no âmbito da sociologia. Entretanto o período de recepção do conceito para as entrevistadas se deu com aproximadamente onze anos de diferença. Outro aspecto a se destacar diz respeito aos meios através dos quais obtiveram acesso ao conceito Sônia Santos, no movimento social e Bila Sorj na academia.

Outra semelhança entre as trajetórias de Sônia Santos e Bila Sorj é que ambas possuem formação em duas ou mais instituições de ensino superior fora do Brasil por um período maior que quatro anos. Sônia Santos estudou nos anos Estados Unidos nos anos 2000 e Bila Sorj em Israel e na Grã-Bretanha, nos anos 1970, e na França, nos anos 1990 e 2000.

Sônia Santos, além do conhecimento sobre o conceito já adquirido no Brasil via movimento de mulheres negras, nos Estados Unidos foi exposta ao centro nevrálgico do *Black Feminism*: “lá eu desenvolvi e pude aprofundar autoras que trabalhavam nessa perspectiva”.

Nos Estados Unidos embora desde os anos 1970 obras como *The Black Woman*⁵² existirem com forte tom interseccional, foi nos anos 1980 que se configurou o momento de publicação das “principais obras de mulheres negras afro-americanas, que estabeleceram as bases para o que veio a ser conhecido como interseccionalidade” (COLLINS, 2017, p. 9). Na França a recepção da palavra deu-se, segundo Fassin e Vigoya (2019, p. 513, tradução minha) a partir dos anos 2000.

⁵² BAMBARA, Toni Cade (org.). *The Black Woman: An Anthology*. New York: Signet, 1970.

Na França, foi em meados dos anos 2000 que começamos a falar sobre Interseccionalidade; e foi inicialmente dentro dos estudos de gênero. Por quê? Um primeiro contexto foi a nova visibilidade da “questão racial” dentro da “questão social” que emergiu com os tumultos ou revoltas urbanas de 2005: a análise em termos de classe claramente não era suficiente; então começamos a entender que, para as ciências sociais, ser cego à cor em uma sociedade que é por ela obcecada é como ser cego para o racismo. Um segundo contexto teve um papel ainda mais imediato: em 2004, ano da lei sobre os símbolos religiosos na escola. A questão do “véu islâmico” dividiu as feministas: a fronteira entre “eles” e “nós” passou a partir de então, e de forma prioritária, através “delas”. Em outras palavras, a diferença cultural (nesse caso, religioso) tornou-se uma questão de gênero. A Interseccionalidade permite falar dessas múltiplas lógicas. Importar o conceito é como traduzi-lo para um contexto diferente: na França, não se trata, como nos Estados Unidos, da invisibilidade das mulheres negras na intersecção entre feminismo e direitos civis; é sobretudo sobre a hipervisibilidade de mulheres com véus, no cruzamento entre antissexismo e antirracismo.

Tal contexto de recepção pode ajudar a compreender por que Bila Sorj teve acesso ao conceito aproximadamente onze anos depois de Sônia Santos. Podemos verificar dois pontos: primeiro, os circuitos percorridos por elas em suas formações afetaram o período de recepção do conceito ao longo de suas trajetórias acadêmicas. Mais que “dos movimentos sociais para a universidade”, a circulação do conceito de interseccionalidade no Brasil e nos Estados Unidos se deu por entre distanciamentos internos do circuito acadêmico marcados pela raça e, provavelmente, pela classe,⁵³ e pela presença de acadêmicas negras no quadro de pesquisadores. Tal contexto se mostra ainda mais acentuado pelo fato de que tanto Bila Sorj como Sônia Santos pesquisam no campo das Ciências Sociais fundamentalmente o mesmo “objeto”: a *mulher*.

Podemos intuir que os distanciamentos estruturados por consequências das diferenças de gênero, raça e classe que atravessam a esfera social se mantêm, em certa medida, preponderantes na vida acadêmica de pesquisadoras presentes no mesmo circuito intelectual. Levando em consideração outros cursos das Ciências Humanas, as Ciências Sociais não figuram como o curso de maior densidade,

⁵³ Optou-se por não incluir origem social (classe) pelo fato de serem professoras situadas em universidades públicas. Logo, neste contexto optamos por isolar o item raça, contudo outra pesquisa em que o eixo classe figure nas perguntas de entrevistas poderá elucidar o papel dela diante das escolhas a respeito da circulação de conceitos estabelecidas nos circuitos universitários no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro.

quando comparado, por exemplo, com os cursos de Direito e Economia. Ainda se recortarmos o número de acadêmicas mulheres nos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais e, dentre essas, as que estudam gênero, não teremos um número tão significativo que justifique tamanho distanciamento temporal entre a recepção do conceito por cada uma das entrevistadas, mesmo que todas elas atuem no estado do Rio de Janeiro.

Felícia Picanço tem 49 anos e assim como Bila Sorj declarou ter tido seu primeiro acesso ao conceito em 2010, atualmente, ambas são professoras da UFRJ. Felícia Picanço usa a expressão “virada interseccional” para abordar a chegada e a movimentação epistemológica que o conceito tem provocado nos estudos de gênero.

Ainda sobre a circulação internacional e sua ressonância na formação das entrevistadas, podemos observar como o arcabouço teórico acessado acaba por influir na construção do olhar sobre o mesmo objeto. Tal configuração pode nos ajudar a compreender o conjunto de tensões comuns ao mundo acadêmico e, além disso, também informar à maneira como ele se estrutura.

A quarta entrevistada foi Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre, 32 anos, à época da entrevista era pesquisadora do CEDIM da UFRRJ, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Maria Lucia é historiadora e seu campo de atuação está relacionado à imprensa do Brasil durante o imediato pós-abolição. Ela possui denso trabalho a respeito da Baixada Fluminense e intelectuais no pós-abolição.

Sua escolha como entrevistada se deu por três motivos principais: primeiro, seu momento de carreira. Maria Lucia está iniciando a carreira como professora universitária e, apesar de sua pesquisa ser focalizada na categoria gênero, o fato de a mesma possuir amplo conhecimento a respeito da Baixada Fluminense e seus principais personagens, concedem a esta pesquisa amplitude e diversidade territorial no tocante ao universo das entrevistadas, colaborando ainda com o mapeamento da recepção do conceito em universidades distantes dos grandes centros. O segundo motivo diz respeito à geração da pesquisadora e, por fim, o período de seu acesso ao conceito ter se dado há apenas dois anos.

Tal informação nos leva a questionar sobre um possível impacto do eixo região nas discussões que aparentemente são apresentadas como transversais ao meio acadêmico, especialmente nos cursos de Ciências Humanas. Tal informação

da entrevistada pode nos levar a perceber como o tempo ainda atua de maneira distinta sobre a circulação de conceitos, independente do pequeno percentual de professoras na Pós-graduação e a possibilidade de rápida e massiva circulação de ideia via mundo digital.

Em 2018 foi lançado o livro **Interseccionalidade** de Carla Akotirene, acadêmica e assistente social. Em sua obra ela reforça como o conceito de interseccionalidade colabora com o refinamento de questões relacionadas à construção de conhecimento científico e da prática política.

O referido livro faz parte da Coleção Feminismos Plurais, coordenada por Djamila Ribeiro, acadêmica, feminista negra e militante antirracista com substancial circulação nos meios digitais e de comunicação de massa. Logo, a divulgação de sua coleção goza de extensiva circulação em diversas plataformas. Com preços entre R\$ 12,00 e R\$ 24,00 em formato de pocketbook, *Interseccionalidade* foi o quinto livro da coleção.

A obra tem sido distribuída gratuitamente no Ensino Médio em escolas públicas. Pessoas de baixa renda, pessoas com deficiência e seus acompanhantes, jovens entre 15 e 29 anos inscritos em programas governamentais, idosos, entre outros grupos podem ter acesso aos livros da coleção gratuitamente através de cadastro⁵⁴.

O quadro apresentado dialoga com o período de recepção do conceito por parte de Maria Lúcia Alexandre. Da mesma forma se observa a região na qual Maria Lúcia Alexandre está situada como pesquisadora, a Baixada Fluminense, compreendida junto ao perfil de público que a obra também busca alcançar:

A Coleção Feminismos Plurais, coordenada por Djamila Ribeiro, destina-se à disseminação de conteúdo crítico produzido por pessoas negras, sobretudo mulheres, a preço acessível e linguagem didática, como forma de construir instrumentais para compreender a realidade e debates profundos no país. (...) Além disso, autoras e autores da Coleção têm realizado eventos e consultorias nas cinco regiões do país, com dezenas de milhares de livros vendidos.⁵⁵

Em outro momento a coleção também é descrita da seguinte maneira:

Os textos serão didáticos e acessíveis. O objetivo é introduzir as leitoras e leitores aos temas propostos de modo bem embasado, mas democrático. Serão vendidos em bancas, a preços mais acessíveis e

⁵⁴ NASCIMENTO, Rakeche. “Coleção ‘Feminismos Plurais’ está disponível gratuitamente em plataforma digital”. In: **Mundo Negro**, 22 jan. 2021.

⁵⁵ FEMINISMOS PLURAIS. “O que é a Coleção?”. In: **Portal Feminismos Plurais**, sem data, grifo meu.

com lançamentos previstos para vários estados do Brasil. Entendendo a linguagem como mecanismo de manutenção de poder, nosso objetivo é multiplicar e disseminar conhecimento para além do âmbito acadêmico.⁵⁶

Sobre o livro de Carla Akotirene não estar diretamente ligado ao primeiro acesso de Maria Lúcia Alexandre ao conceito de interseccionalidade, é importante citar nesta dissertação o referido livro e a Coleção Feminismos Plurais como um todo de maneira mais detida, em parte relacionada ao modo de divulgação da obra e a posteriori quanto ao fato da publicação do livro compreender o mesmo período no qual Maria Lúcia Alexandre informou ter tido acesso ao conceito.

Neste caso, os binômios “do movimento social para academia” ou “da academia para o movimento social”, comuns nos trabalhos que abordam a trajetória do conceito de interseccionalidade,⁵⁷ por vezes não aprofundam as especificidades da recepção brasileira. Esta pesquisa evidencia a *recepção dinâmica*, na qual Djamila Ribeiro, coordenadora da coleção que atuou intensamente na divulgação da obra, e Carla Akotirene, autora de um dos volumes, são acadêmicas e integrantes ativas do movimento de mulheres. Isto fez com que o conceito de interseccionalidade fosse recebido de maneira simultânea pela academia, pelos movimentos sociais e pelo público em geral, especialmente jovens pertencentes às classes mais baixas.

Sobre o congruente relato a respeito da circulação do conceito de interseccionalidade no Brasil oferecido pela entrevistada Sônia Santos, no qual ela expõe: “Eu acho que esse termo [interseccionalidade] caiu no uso completamente, mais do que antes a partir das reuniões de preparação pra Durban”, percebemos que a referida conferência de 2001 possui sim ressonância quanto à circulação do conceito, mesmo que os atentados de 11 de setembro tenham afetado o impacto do evento. Conforme explica Alves (2002, p. 198),

os participantes do encontro na África do Sul não podiam prever é que, apenas três dias depois, [...] os maiores atentados terroristas da História iriam tornar as dificuldades da Conferência irrisórias e seus documentos finais, como que soterrados nas ruínas do World Trade Center.

⁵⁶ Ibidem, idem.

⁵⁷ Ver: PISCITELLI, 2009; CHO, CRENSHAW e McCALL, 2013; HIRATA, 2014; HENNING, 2015; COLLINS, 2017.

Ao crédito que Sônia Santos dá às mulheres negras na circulação do conceito de interseccionalidade, a partir da mediação ativa em movimentos sociais e no ambiente acadêmico, podemos acrescentar o fato da durabilidade temporal dessa mediação. Bila Sorj e Felícia Picanço informaram ter tido acesso ao conceito em idos de 2010, Maria Lucia Alexandre em 2019. Podemos verificar que o movimento de mulheres negras, particularmente as feministas, não permitiu que a Conferência e seus desdobramentos fossem “soterrados” após os atentados do 11 de setembro.

Luiza Bairros (*in memoriam*) (2002, p. 170) termina seu texto sobre a III Conferência com citação de Crenshaw e com a seguinte frase “A batalha de Durban continua”. Do mesmo modo, Sueli Carneiro (2002), pensadora que tece importante crítica ao conceito de interseccionalidade, inicia seu texto com o título “A Batalha de Durban”. Para além das concordâncias e críticas acerca do conceito, sustentar a memória, as conquistas e pensar o futuro em sintonia com a Conferência certamente intensificou a circulação do conceito de interseccionalidade. Entretanto, tal circulação aparece mais limitada aos movimentos sociais, especialmente os de mulheres, e ao movimento negro, por consequência da luta política a respeito do sistema de cotas raciais. Sobre o assunto Sueli Carneiro expôs o seguinte ponto:

[...] Embora sejam um dos efeitos positivos da Conferência, as cotas podem reduzir e obscurecer a amplitude e diversidade dos temas a serem enfrentados para o combate ao racismo e discriminação racial na sociedade brasileira. O que Durban ressalta e advoga é a necessidade de uma intervenção decisiva nas condições de vida das populações historicamente discriminadas. O desafio de eliminação do fosso histórico que separa essas populações dos demais grupos, o qual não pode ser enfrentado com a mera adoção de cotas para o ensino universitário. Precisa-se delas e de muito mais (CARNEIRO, 2002, p. 213).

O apontamento de Sueli Carneiro sobre os riscos de as cotas encobrirem a miríade de questões a respeito da discriminação racial no Brasil continua real. Contudo, neste caso, o conceito pode ter sido impulsionado pela diversidade de estudantes ingressos pelos sistemas de cotas. Esta nova configuração acadêmica nacional tem demandado novas literaturas e abordagens analíticas.

4.1. A virada interseccional

Em 2010, Sônia Santos foi convidada para ofertar no CEFET/RJ o curso intitulado “Feminismo Negro Diaspórico”, ofertado junto ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais. A disciplina contou com forte adesão, inclusive de um público para além dos contornos da instituição.

O ano de 2010 também foi informado por Bila Sorj e Felícia Picanço como o momento no qual tomaram contato com o conceito pela primeira vez. Bila Sorj no exterior e Felícia Picanço no Brasil. Portanto se pode assinalar o ano de 2010 como um ponto de extensão da recepção e circulação do conceito de interseccionalidade entre acadêmicas brasileiras. Segundo Felícia Picanço:

Muitos de nós pesquisadores dos marcadores sociais da desigualdade, já operávamos a interseccionalidade sem nomeá-la enquanto tal. Eu vejo um pouco dessa forma, houve um momento de encontro de quem já operava com essas análises das desigualdades e o termo interseccional porque ele ajudou a produzir uma reflexão sobre como essas categorias se articulam. Isso se deu aí a partir de 2010 para usar como um marcador. Temos aí em torno de uns dez anos pensando essas desigualdades sob essa chave.

O mesmo recorte temporal pode ser verificado através da declaração de Bila Sorj, que informou ter tido uma impressão muito boa do conceito desde seu primeiro contato com ele, apesar de não se recordar com tanta precisão quando passou a incluí-lo nas ementas dos cursos que oferecia, informa que poderia tê-lo feito “talvez desde 2010 quando o tema ganha mais presença na academia”.

Sônia Santos é uma pesquisadora e professora negra, que ingressou no movimento de mulheres negras após sua entrada na faculdade. Segundo a mesma, a formação adquirida no movimento social agregou sua caminhada acadêmica. A relação com a ONG Criola antecipou seu acesso ao conceito de interseccionalidade contido nos trabalhos anteriores a Kimberlé Crenshaw (1989; 1991) tanto quanto a informou sobre a sistematização estruturada pela autora no processo de “cunhagem” do conceito.

A presença no movimento social de mulheres negras pôs Sônia Santos em sintonia com a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, em Durban. Trata-se de uma

trajetória de circulação pessoal e política onde, raça e gênero influíram de maneira substancial no tempo histórico de recepção do conceito por parte dessa intelectual.

O *espaço de experiência*, ou seja, o passado presente de Sônia Santos se apresenta com uma temporalidade maior, produzindo assim assimetria acentuada quanto ao *horizonte de expectativa* da mesma a respeito do conceito. Quanto sua impressão a respeito do conceito, Sônia Santos responde:

Para mim Interseccionalidade é um conceito, é só isso mesmo. Eu acho que as pessoas dão importância excessiva a ele quando estão estudando. Não é que ele não seja importante, ele é importante! Mas, o que a gente tem que ver, que ele é um conceito, uma ferramenta e você não pode guiar sua pesquisa por uma ferramenta exclusivamente. O que tem que importar é a realidade.

Não necessariamente eu acho que o conceito de Interseccionalidade vai dar conta de tudo, nenhum conceito dá, mais as pessoas acham que... Exemplo - vou estudar mulher negra? Tem que usar Interseccionalidade, não pode fugir disso. (...) Então, assim... quem tem que decidir quem tem que dizer o tom de quais conceitos eu vou utilizar, eu acho que deve ser mais a realidade do objeto, dos sujeitos da pesquisa do que propriamente o conceito. É claro, se eu nunca estudei isso, então eu vou ter que partir de algum lugar. Então eu vou ter que fazer uma revisão da literatura onde tem se falado de mulheres negras e tudo bem. Só que isso não pode ser uma camisa de força. (...) Você pode ter uma literatura vasta de Interseccionalidade e querer seguir outro caminho. Não há nenhum problema em se estudar mulheres negras e não usar a interseccionalidade, não pode ser. Ele [o conceito de interseccionalidade] pode servir para qualquer grupo não exclusivamente mulheres negras.

As pessoas acham que só a Interseccionalidade dá conta de estudar as mulheres é obrigatório. Você vai pra banca...às vezes não é só o aluno, às vezes é a banca que questiona “usou Interseccionalidade? Não! ”. Não é uma camisa de força. Não pode ser.

A despeito de sua adesão à interseccionalidade, as declarações de Felícia Picanço vão de encontro às declarações de Sônia Santos. Segundo Felícia:

É muito comum a gente encontrar aluna(o), no mestrado, no doutorado escrevendo: - eu estou trabalhando com uma perspectiva interseccional, como se isso bastasse para dizer de onde fala. Eu estava falando de uma virada interseccional, e que se tornou também um certo jargão para criar uma identidade de grupo. (...) a gente pode se distanciar do dia a dia e fazer uma reflexão sobre o campo. **Se você fala sobre gênero e raça e não utiliza o termo interseccional parece que você se afasta de um determinado grupo ou você não ganha a credencial**

de dialogar a partir daí, nesse campo que eu trabalho muitas pessoas usam gênero raça e classe e não usam a interseccionalidade (grifo meu).

O ano de 2010 foi particular para o Brasil no tocante à questão de gênero. O país elegeu pela primeira vez uma mulher como presidente da república, Dilma Vana Rousseff. No mesmo ano, a Copa do Mundo ocorreu na África do Sul, país onde aconteceu III Conferência, em Durban. Apesar da beleza e organização do evento, os problemas sociais e administrativos similares à realidade brasileira não passaram despercebidos, entre eles as remoções⁵⁸⁵⁹.

Sem embargo, 2012 significar o ano de aprovação da lei de cotas (Lei Nº 12.711), desde 2002 a ALERJ já havia aprovado cotas para estudantes de escolas públicas, e um ano após 40% dessas vagas já reservadas deveriam ser destinadas a estudantes pretos e pardos.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira em âmbito federal a adotar o sistema de cotas raciais em seu vestibular a partir do ano de 2004. O aumento da presença de estudantes negros, pardos e indígenas nas universidades pode ter tido – e provavelmente teve – impacto na recepção do conceito de interseccionalidade. Todavia, a autora desta dissertação entende que para sustentar tal afirmação seria necessária a execução de outra pesquisa, desta vez com alunos, utilizando o método de amostragem por saturação como modo de suspensão de recrutamento dos entrevistados (FONTANELLA et al., 2011), para que após o resultado da coleta, se possa operacionalizar de maneira mais assertiva tal afirmação.

Não obstante o conjunto de eventos expostos configuram ações sociopolíticas que levam em consideração sujeitos sociais atravessados por dois ou mais eixos de opressão. Faz-se necessário registrar em relação à presidente Dilma Vana Rousseff, o fato de eixos como sexualidade e performance de gênero configuraram a característica de parte dos ataques misóginos⁶⁰ enfrentados pela presidente no contexto de sua deposição.

⁵⁸ “Para ‘cidade de lata’ sul-africana, Copa de 2010 não trouxe melhorias”. In: **BBC News Brasil**, 15 maio 2014.

⁵⁹ Ver: MAGALHÃES, A. O 'legado' dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n.40, pág. 89-118, jul./dez.2013.

⁶⁰ Ver: CARNIEL; RUGGI; RUGGI (2018).

De todo modo, se levarmos em consideração a entrevista de Maria Lúcia Alexandre, temos sete anos entre a aprovação da lei e o contato dela com o conceito, ou seja, tempo suficiente para formação de uma geração completa da maior parte dos cursos universitários no Brasil. Esses alunos e alunas podem ter contribuído para uma maior penetração e circulação do conceito, tencionando assim as abordagens já estabelecidas a respeito dos sistemas de dominação.

No entanto é importante assinalar que Angela Davis e Sueli Carneiro são teóricas feministas cuja circulação dos trabalhos já se dava antes da implementação do sistema de cotas e da circulação do conceito de interseccionalidade conforme podemos observar na declaração de Bila Sorj ao informar que lia essas autoras. Bila Sorj também informou que fora da academia percebe a circulação do conceito em movimentos sociais e político partidários. Porém, a respeito de Durban a pensadora informou não ter acompanhado a circulação do conceito neste evento. Igualmente Maria Lúcia Alexandre expressou a seguinte declaração sobre o evento:

Como dito em questão anterior, tive contato com o conceito há pouco tempo, por esse motivo não posso opinar sobre o impacto da conferência na disseminação da interseccionalidade no meio acadêmico. Acho que minha maior referência sobre o tema seja Simone de Beauvoir, contudo minha última leitura foi Mulheres, raça e classe, de Angela Davis, e publicações/entrevistas de Chimamanda Ngozi Adichie. Também me senti profundamente inspirada pela biografia de Michelle Obama

Sônia Santos presente no movimento de mulheres negras, sobre a relação entre a III Conferência e a circulação do conceito assinalou:

Já conhecia o termo antes de Durban inclusive Jurema [Werneck] sempre foi uma exímia pesquisadora. Ela tinha uma relação muito forte com a pesquisa. A Jurema era a pessoa de Criola e na articulação de mulheres negras responsável de produzir material [...] Não eram artigos, mas eram coletâneas de publicações importantes que traziam textos que poderiam estar publicados, mas eram financiados por outras ONGs. Tinham um objetivo de formação política, é uma leitura muito qualificada mas também de fácil acesso para a leitura de outras mulheres, entendeu?

A linguagem...Essas mulheres sempre produziam muito. Elas são pesquisadoras independente de estarem ou não nas universidades. Elas estavam de olho na produção

transnacional. Elas estavam de olho no que Kimberlé estava escrevendo, no que Angela Davis estava escrevendo. Elas traduziam essa literatura para o que era necessário para os textos de formação política no Brasil. A interseccionalidade vem na boca e na cabeça dessas mulheres não por necessidades intelectuais acadêmicas mas por necessidade do quadro de formação política, necessidade de produzir trabalhos muito bem embasadas para convencimento dos gestores públicos do estado brasileiro para fomentar, embasar políticas públicas por exemplo. Elas precisam provar que a intersecção de racismo, sexismo e classe é letal para as mulheres negras e por quais motivos.

Felícia Picanço não relaciona Durban a uma maior circulação do conceito como Sônia Santos. Ela também chama atenção para o texto de Laura Moutinho (2014) e considera que:

Na verdade dado às desigualdades estruturais na sociedade brasileira as Ciências Sociais no Brasil já nascem interseccionais vamos dizer assim, por isso que o termo na verdade emerge muito mais na esfera pública seguindo uma discussão política e do feminismo negro e aí vai atravessando o pensamento acadêmico, as pesquisas acadêmicas.

E completa:

Muitos de nós pesquisadores já operamos na desigualdade dos marcadores sociais da diferença. Nós, na minha interpretação já analisávamos [de modo interseccional] mas sem nomeá-la como tal. Nós passamos então a nomear e mobilizar essa literatura do feminismo negro. Eu vejo um pouco dessa forma. Ouve aí um momento de encontro de quem já operava com essas análises da desigualdade e o termo interseccional. Ele ajudou a produzir uma reflexão sobre como essas categorias se articulam.

Um exemplo sobre a colocação de Felícia Picanço pode ser encontrado na citação abaixo, onde a autora não cita o conceito de interseccionalidade, contudo, expõe e articula os possíveis impactos dos eixos de opressão sobre a realidade de famílias pobres.

A questão da classe social, da raça, de gênero, de geração, a presença de idosos, crianças, jovens, mulheres chefes de família, todos estes fatores poderão impactar mais ou menos sobre a imagem que se forma do grupo familiar. A questão da

pobreza, da raça, bem como da orientação sexual de seus membros, por exemplo, poderão intensificar as tensões por que passam as famílias. (TELLES, 2014, p.139)

Em outro trecho, TELLES (2014) analisa como a performance de gênero afeta a experiências de mulheres mães chefes de família.

[...] Quanto à mulher, cumprir este papel masculino de provedor não constituiria um problema em si, uma vez que ela já estaria acostumada a trabalhar: a mulher pobre sempre trabalhou. O problema para a mulher chefe de família será o de manter o respeito, que culturalmente é atribuído à presença masculina. Desde que a mulher prove que o trabalho está subordinado à sua função materna, ela estaria redimida moralmente da condição “mulher mãe-solteira”[...] (Sarah, 2014, p. 150).

Contudo, Felícia Picanço imprime a interseccionalidade como “uma posição epistemológica ou construção metodológica para olhar as desigualdades na sociedade. (...)” e seu trabalho busca “operacionalizar a questão da interseccionalidade na pesquisa em Ciências Sociais” (PICANÇO, 2021).

Sobre a inclusão de autoras que utilizam o conceito nas ementas dos cursos que oferece Felícia Picanço exprime seu interesse como pesquisadora ao acionar o conceito de interseccionalidade e enfrenta a construção da operacionalização metodológica do conceito:

Tenho procurado trazer as discussões mais metodológicas, de operação. Como é que você opera essa virada interseccional na sua pesquisa? Esse é que é o ponto para mim. Eu tenho algumas chaves algumas autoras que eu acho que condensam muito bem a discussão.

Meu esforço nesse sentido [...] é em torno de apostar na visibilização dessa operação entre o termo, o conceito interseccional e as pesquisas. Então como é que eu vou medir gênero, classe e raça se eu estou adotando uma perspectiva interseccional? **Então eu me interesse exatamente por essa conexão porque eu entendo que agente tem que defender argumentar e sustentar essa operação e não apenas anunciar e com isso se sentir satisfeito ou única e exclusivamente usar o termo de modo que eu possa criar uma identidade, falar de um lugar político [...]** não estou discutindo o termo político da forma como ...como uma recepção política, então eu acho que pra essa [ao referir-se sobre a pergunta feita] ... mais voltada para a ação do conceito em algo que seja mensurável. Como é que agente articula, então, por exemplo, se você usa gênero ou sexo mesmo que medido em uma variável em uma equação? Isso é uma coisa, isso é uma forma de você operacionalizar, então você quer ver o efeito de gênero, o efeito da raça, o efeito da classe em uma

determinada aquisição, por exemplo, de renda. [...] outra forma, é você separar homens negros, mulheres negras, homens brancos e ver o efeito das variáveis outras sobre a renda, então são duas perspectivas interseccionais aí, são duas formas de tratar a interseccionalidade aí, e elas anunciam um problema de pesquisa diferente. Uma coisa é você separar os grupos sociais e ver os efeitos da escolaridade do pai na aquisição de renda da mulher negra, do homem negro, da mulher branca, do homem branco outra coisa é você ver a renda em geral e ver qual o efeito que raça ou gênero tem. Então... são duas formas, por exemplo, que você é quem tem que definir e escolher qual delas. Eu gosto um pouco de mexer com essa dimensão, nessa questão da interseccionalidade.

Felícia Picanço propõe uma operação em sintonia com os trabalho de Kimberlè Crenshaw a respeito do conceito de interseccionalidade. Ela o encara como ferramenta metodológica. É interessante observar o tipo de adesão prática da autora em relação ao conceito. Essa postura parece se apresentar como importante estratégia contra o risco de esvaziamento do conceito e abre possibilidades de uma maior circulação do mesmo em relação às áreas do conhecimento.

Ainda sobre a entrevista com Felícia Picanço, foi possível observar em suas respostas apontamentos muito claros quanto à mobilização do conceito em suas pesquisas. Ao ser questionada sobre o conceito de consubstancialidade Felícia Picanço, assim como Sônia Santos reconhecem as disputas do feminismo contemporâneo onde interseccionalidade e consubstancialidade estão situados, contudo reitera seu foco na dimensão da operacionalização do conceito de interseccionalidade, reafirmando um lugar não tão próximo da militância política, no entanto declarando sua adesão epistemológica ou conceito de interseccionalidade por compreender segunda a mesma que:

A interseccionalidade me oferece essa certeza, esse ponto de partida de que raça é fundamental *pra* gente compreender essas desigualdades, **sem ela você não consegue elucidar algumas das capacidades de reprodução das desigualdades no Brasil** a minha adesão epistemológica a essa virada interseccional vem a partir deste acúmulo que eu fiz de investigações e de leituras de outras investigações do quanto a raça é imperativa pra gente **compreender, interpretar e explicar as diversas desigualdades.**

Sobre a inclusão de trabalhos que utilizem o conceito de interseccionalidade em suas ementas Sonia Santos se aproxima das declarações de Felícia.

Sobre a inclusão de autoras “interseccionais”? Eu incluo, mas não incluo porque é interseccionalidade, eu incluo porque elas vão tratar de realidades que tentam identificar e compreender essas situações de vivência de opressão. Mais não porque é interseccionalidade. A interseccionalidade é importante! Eu não estou dizendo que não é. É importante e fundamental ter essa noção, mas eu não gosto da camisa de força e das disputas de narrativa sobre quem usa melhor a interseccionalidade.

Maria Lúcia Alexandre considera que a mobilização do conceito de interseccionalidade nas ementas “encontrou avanços, porém precisa ser mais bem usado”, e completa:

Mesmo sem um encontro destinado ao tema, o assunto tem permeado as discussões sobre currículo e práticas do cotidiano. De todo modo destaco a necessidade de revisar o lugar do conceito no planejamento de futuros cursos. Sim, tem sido cada vez mais mobilizado, mas ainda atravessa pouco as cátedras mais tradicionais dos cursos das ciências humanas.

A respeito do status de novidade que o conceito de interseccionalidade carrega Bila Sorj respondeu:

A novidade é que através de uma perspectiva interseccional é possível identificar mecanismos extra econômicos ou extra mercantis que agem na distribuição de riquezas, prestígio e poder.

E completa:

A principal vantagem é obter uma análise mais complexa das desigualdades sociais que leva em consideração uma multiplicidade de dimensões que se entrecruzam. **A dificuldade é que as desigualdades e hierarquias sociais não são fixas, podendo se rearranjar de acordo com situações de interação social específicas.**

As respostas de Bila Sorj no que se refere à inovação provocada pelo conceito de interseccionalidade e suas vantagens e desvantagens elucida o cuidado que Maria Lúcia Alexandre demonstrou ao responder sobre a inclusão de estudos sobre o conceito nas ementas ao apontar “a necessidade de revisar o lugar do conceito no planejamento de futuros cursos”. Felícia Picanço já havia atentado para esse ponto determinando as consequências de abordagens sobre o conceito que não explorem sua complexidade (conforme se pode verificar nas respostas de Bila Sorj no que concerne às características quanto à novidade do conceito de

interseccionalidade e suas dificuldades enquanto análise das desigualdade) e sinaliza as consequências já enfrentadas atualmente no tocante à circulação do conceito de interseccionalidade:

Eu acho que nós estamos em um processo de esgarçamento, de desgaste do termo. Assim cada área do conhecimento tem seus cânones então a interseccionalidade ela não é teoria sociológica, não é teoria econômica ... então eu acho que esse é o desafio de cada área. Como é que essa virada interseccional é absorvida e pode dialogar com as tradições daquela área né eu acho que isso é um esforço que tem confundido muito pesquisador em fase inicial.

Mobilizando a metodologia de Reinhart Koselleck, o *espaço de experiência*, ou seja, o conjunto de memórias individual e coletiva construída pela III Conferência, em Durban no ano de 2001, permaneceu concentrado junto às feministas negras atuantes nos movimentos sociais.

Percebeu-se também durante as entrevistas que as acadêmicas mais distantes dos movimentos sociais, mesmo produzindo no campo do feminismo “clássico” e do feminismo negro não apontam Durban como fundamental para o aumento da circulação do conceito de interseccionalidade. Logo, o horizonte de expectativa sobre o conceito no âmbito acadêmico dialoga de maneira distinta entre as entrevistadas. Neste caso, não apenas raça, classe e circuito geopolítico de formação superior, mas também com o nível de participação junto aos movimentos sociais. Embora de fundamental importância na trajetória de circulação do conceito, a pesquisa não constata que a III Conferência tenha corroborado de maneira preponderante para a circulação do conceito de interseccionalidade já a partir do ano de 2001, quando ocorreu o evento. Por isso se constata Durban como um marco de recepção e circulação do conceito de interseccionalidade mais entre mulheres negras acadêmicas próximas aos movimentos sociais do que em outros grupos de pesquisadoras e militantes.

Esta seção pode demonstrar o quanto os circuitos acadêmicos pelos quais as entrevistadas passam dentro e fora do país afetaram seu período de recepção do conceito. Sobre os entre os professores universitários, podemos concluir que superior ao marcador social *geração*, a pesquisa identificou os elementos: circuito de formação, raça, proximidade com movimentos sociais e localização geopolítica da universidade como indicadores do processo de circulação de conceitos, ainda que tais conceitos estejam a serviço da verificação empírica do mesmo fenômeno.

“‘Todo mundo está falando sobre interseccionalidade, e é certamente uma idéia em processo de florescimento’, afirmam Ann Phoenix e Pamela Pattynama (2006). Apesar dessa atenção crescente os distintos usos da noção, o levantamento histórico de seu percurso teórico, assim como suas distintas vertentes parecem ainda ser pouco explorados em termos de análises e teorizações sociais. Sendo assim, pode-se afirmar que um desenvolvimento e diálogo transnacional nas últimas décadas têm marcado as análises interseccionais a partir, principalmente (mas não apenas) de teóricas feministas e dos estudos de gênero baseadas nos Estados Unidos e em alguns países europeus” (HENNING, 2015, p.101).

4.2.

Você é feminista?

Maria Lúcia Alexandre teve acesso ao conceito em 2019 através de acadêmicos afro-brasileiros. A declaração de Maria Lúcia retoma o lugar do eixo raça no que diz respeito ao papel dos acadêmicos negros na circulação do conceito:

No primeiro momento o conceito me pareceu complexo, contudo, tornou-se inteligível à medida que passei a dialogar mais com pesquisadores, sobretudo mulheres e homens negros, sobre os marcadores sociais que compõem o termo. Se eu não estivesse inserida em um grupo de pesquisa que trata dos temas do pós-abolição, provavelmente não teria qualquer referência sobre o conceito ou investigações que façam uso dele. Infelizmente, ao longo da minha formação acadêmica tive pouquíssimo ou quase nenhum contato com a Interseccionalidade, por isso tenho cada vez mais investido em leituras e pesquisas que usem do termo. Hoje entendo que não é possível analisar a sociedade brasileira em toda a sua complexidade sem que pensemos elementos como classe, raça e gênero.

O termo intelectual, usado para nomear personalidades e sujeitos produtores de saber de vertentes variadas, está cada vez mais em disputa. Na academia tem sido encarado às vezes com certa modéstia, outras como autoafirmação. Neste trabalho, *intelectual* é interpretado sobre a luz da concepção gramsciana do termo.

O sentido da palavra intelectual a partir da construção de Gramsci parece estar mais de acordo com o produto das entrevistas aqui coletadas. Independente de se declararem feministas ou não, as quatro entrevistadas possuem um compromisso ativo com as demandas de seus “objetos” de estudos, quando esses

tratam de questões de gênero e raça. As entrevistadas estão situadas não necessariamente de maneira interseccional, mas ativas em ao menos um dos eixos – gênero, raça ou classe – junto às disputas de poder que cercam as categorias centrais, confirmando e que expressa Gramsci ao pontuar que “Toda ciência é ligada às necessidades, à vida, à atividade do homem” (GRAMSCI, 1999, p. 174).

As entrevistadas nesta pesquisa produzem “ciência ligada” à emancipação feminina. A própria existência das entrevistadas junto do ambiente acadêmico já se configura como um ato político, cada uma delas em sua dimensão. A partir da perspectiva gramsciana, não seria incorreto dizer que as entrevistadas são intelectuais, militantes e acadêmicas. A militância, neste caso do ser feminista, estaria configurada junto dos argumentos que elas produzem em seus trabalhos:

Sobre se declarar feminista ou não, foi interessante observar que Bila Sorj e Maria Lúcia Alexandre, duas extremidades geracionais da pesquisa, assumiram o título. Bila Sorj ressaltando que se declara feminista “Desde meados dos anos 1970” e Maria Lúcia Alexandre, quem declara:

Se desejo equidade de gêneros, então eu sou, mas entendo que ainda tenho muito a aprender sobre o tema. Creio que tenha me aproximado do conceito e das ideias que o compõem durante meu doutoramento, momento em que diferenças no mundo acadêmico se tornassem mais evidentes. **O amadurecimento fez com que o enxergasse mais nitidamente o descrédito, os silenciamentos e a ausência de incentivos específicos para nós na academia.** Isso fez com que me preocupasse mais com a questão, principalmente por lidar com jovens estudantes provenientes das classes populares da Baixada Fluminense no tempo em que atuei como coordenadora técnica do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM). Também resalto que o contato com as estudantes/bolsistas – mais jovens – que durante minha passagem pelo CEDIM tenha igualmente impactado na minha formação sobre o feminismo.

E completa:

Acredito que sim [é feminista], pois entendi que oportunidades entre mulheres e homens no meio científico seguem discrepantes, e que a cor e origem social são elementos que reduzem ainda mais as chances.

As diferenças entre as declarações de Maria Lúcia Alexandre e Bila Sorj neste ponto se dão exatamente na incorporação do adjetivo interseccional à alcunha de feminista. Bila Sorj informou não assumir “nem este, nem qualquer outro tipo de adjetivo de autoidentificação no feminismo”. Enquanto Maria Lúcia Alexandre incorpora o adjetivo expondo que

Dialogar com meninas e mulheres negras, pensar temas que possam tratar da questão interseccional tem cada vez mais feito parte da minha prática, então posso me considerar uma feminista interseccional? Acho que sim.

Felícia Picanço relacionou o fato de se declarar feminista com a sua participação afetiva junto ao movimento feminista. Sobre esse assunto, Collins costuma expor que estruturou uma vida acadêmica antes de se aproximar de maneira mais ativa dos movimentos sociais, como uma estratégia de carreira. Através da envergadura dos trabalhos de Collins, é possível observar que ela buscou constituir-se como teórica social, lançando mão dos conceitos e construções metodológicas e epistemológicas estruturados pelos feminismos:

Eu acho que vou ter que pensar sobre isso não vou te dar uma resposta assim tão fácil [risos]. Eu não tenho uma militância política, então nesse sentido não me considero uma feminista porque eu não estou engajada formalmente em nenhum movimento político feminista, mas através dos meus escritos que são todos focados e orientados para o desvelar, explicar, compreender, interpretar, identificar desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho, nas relações sociais, nos papéis de gênero, eu me considero claramente engajada em uma perspectiva interseccional, mas eu não tenho uma militância política, mas eu entendo que para eu me considerar feminista eu deveria estar militando em determinado grupo. Isso é o que eu mais ou menos entendo, porque vejo o feminismo como um movimento político, mas me considero fortemente atuante academicamente em prol desse desvelar e dessas explicações que tem claramente um conteúdo de denúncia pública sobre as desigualdades de gênero raça e classe na sociedade, por isso me considero uma acadêmica interseccional.

Quanto à permanência de autoras feministas junto à formação das entrevistadas, Simone Beauvoir foi apontada tanto por Bila Sorj como por Maria Lúcia Alexandre como importante leitura para suas formações. Contudo, é possível observar a marca das novas configurações de obtenção do conhecimento, que extrapola leituras mais densas e rigorosas academicamente. Maria Lúcia inclui Michelle Obama ao lado de Angela Davis e Chimamanda Ngozi Adichie quando perguntada sobre suas referências. Podemos observar que o que vem “fora” reverbera no que é produzido “dentro” da universidade, para além dos movimentos. Podemos intuir que, na medida em que as pautas dos movimentos sociais vão sendo alcançadas, a configuração da luta identitária vai ganhando novos patamares junto às estruturas de poder.

Além de Beauvoir, Bila Sorj incluiu Betty e Heidi Hartmann, autoras clássicas do feminismo estadunidense. Dentre as teóricas negras, a referida intelectual informou que “lia a Angela Davis e Sueli Carneiro”.

Sônia Santos e Felícia Picanço expressam cuidado em relação à problemática das autodeterminações e aprofundam a discussão sobre o risco das “caixinhas”, dentro das quais determinados intelectuais podem se encontrarem restritos:

Eu nunca bati no peito. Sou feminista, sou interseccional, nunca fiz isso, nem quando era mais nova. Eu tenho, eu sigo e me organizo a partir do pensamento feminista negro, isso é verdade. [...] Eu sou usuária dos termos e do conceito, não é que eu não me identifique, eu não tenho que ficar me definindo que eu sou interseccional, que sou aberta... eu sou usuária dos termos, eu não quero ser refém de conceito e ficar me definindo e ter que definir uma identidade. Eu estava discutindo isso com uma amiga dos Estados Unidos. Ela é caribenha e como a gente tem se deixado levar, o que importa é a realidade que você vai discutir, não que os conceitos não sejam importantes sem essas ferramentas, que são criadas por mulheres negras ou mulheres não-brancas para ajudar a enxergar questões que a gente não enxergava, mas a minha questão com relação a isso são os perigos das caixinhas e das territorializações conceituais e teóricas, onde fica sendo mais importante o conceito e a teoria do que a realidade que você está tentando desvendar. Eu tenho uma questão comigo que a teoria é importante, é fundamental, a teoria por teoria é muito importante, mas eu quero trazer a análise a discussão, e aí se o texto vai ser interseccional, ótimo, se vai ser mulherismo, ótimo. Eu já fui a um encontro de mulheres jovens negras e eles queriam trazer alguém para discutir feminismo e uma outra para discutir mulherismo, mas queriam que eu antagonizasse com a outra e eu não tenho interesse nesse tipo de discussão, se feminismo negro é melhor que mulherismo, ou melhor, que feminismo interseccional e assim por diverso. Você tem que ler todas as teorias e olhar para o que você quer estudar, para o seu objeto.

Sobre o acesso aos textos e políticas de tradução, mais uma vez o horizonte de experiência de Sônia Santos apontou importantes inflexões sobre o tema:

Eu acho que é fundamental esse processo, e tem alguns lugares por exemplo como a Boitempo que são mulheres negras na liderança desse processo, né. Eu acho fundamental a tradução desse material desses livros para a realidade brasileira e para língua portuguesa para que pessoas negras estudantes tenham acesso. Acho que isso é um processo desencadeado pelas forças das mulheres negras no movimento social e que vão ingressando na universidade.

Mas tem uma coisa que é preciso dizer e que é muito perverso. A gente tem que lembrar também dessa estrutura da branquitude, da supremacia branca, porque esses textos estão entrando ... para a gente não cair na esparrela de achar que nós não somos vulneráveis, que nós vencemos e que agora a gente está com tudo. A gente não pode ter o pé fora do chão. Porque na verdade essas editoras todas, a maioria delas, elas já sabiam desses textos há muito tempo. Então me insulta profundamente um texto que é fundamental para nós com certeza da década de 70 e de 80 elas estarem... e me insulta também porque estamos atrasados, porque quem não sabe ler em inglês, em francês e em outras línguas está atrasado na compreensão e sobre a construção do pensamento de intelectuais da diáspora africana. É muito importante celebrar isso, mas temos que compreender que nós estamos no século 21 e que Angela Davis está falando de coisas da década de 70 e de 80, mas que só está chegando para a gente agora. Então festeja, mas abre o olho. Claro que é importante o que elas estão trazendo e tem coisas que são atualizadas, essas questões das opressões estão presentes na nossa vida, mas cadê os textos atuais? Tem que perceber que esse tratamento colonial, colonizado... por isso que eu festejo porque as alunas e alunos estão podendo ler, mas eu tenho que lembrar que isso lembra de um processo muito complexo e desrespeitoso, então por isso que eu estou dizendo que a gente tem que conectar com o debate atual.

Outro questionamento apresentado às entrevistadas diz respeito às principais diferenças e similaridades entre a trajetória de mulheres negras no Brasil e nos Estados Unidos. A respeito deste tema Sônia Santos executa uma abordagem voltada para a classe isolando a categoria raça com o objetivo de elucidar as diferenças. Uma resposta curta, mas profunda, capaz de desvelar as diversas configurações de uma mesma categoria, neste caso classe, a respeito de um grupo étnico racial idêntico. A resposta desvelou o lugar da cultura econômica a fim de elucidar as diferentes operações do racismo mobilizadas pelos sistemas de dominação.

Pela minha experiência percebo que a interseccionalidade não é trazida para o contexto brasileiro por causa de uma discussão acadêmica. Ele é trazido para provar a problemática do racismo e do sexismo. [...] Para começar os afro-americanos... eles não são necessariamente os mais pobres como aqui. Eles são vulneráveis. O mesmo tipo de racismo que os atinge nos atinge, mas lá eles são cerca de 14% da população e nós cinquenta e poucos por cento. Tem muito afro americano pobre, em uma miserabilidade total, mas até a pobreza é diferente. Você imagina uma mulher da quebrada do morro, dirigindo um carro? Mas nos Estados Unidos condições básicas e mínimas inclui um carro. É diferente!

4.3. Análise de resultados

A análise das entrevistas está apoiada pelas premissas metodológicas da História dos Conceitos de Reinhart Koselleck com a finalidade de responder: quais são, na atualidade, os riscos de esvaziamento do conceito de interseccionalidade em seu processo de recepção e circulação nos cursos de pós-graduação em áreas interdisciplinares no campo das Humanidades no Brasil, particularmente nas universidades fluminenses?

Partiu-se da hipótese de que o esvaziamento do conceito de interseccionalidade gira em torno da transformação desta concepção em mercadoria, cujo fetiche tende a ser potencializado através da conversão de princípios como: “igualdade”, “diversidade”, “liberdade”, “empoderamento” e “direitos” em slogans mercadológicos mesmo no ambiente acadêmico, “sintonizado com a economia do conhecimento neoliberal” (BILGE,2018).

Tal premissa representaria um desvio antagônico ao que seria o objetivo final do conceito, a justiça social, em favor dos objetivos da sociedade burguesa, cujo alicerce e substância consistem na manutenção das desigualdades via sistemas de dominação que atuam sobre categorias estruturais, como gênero, raça e classe de maneira interseccional.

Observou-se na pesquisa que enquadramentos políticos e identitários das entrevistadas podem afetar a conformação de suas linhas de pesquisas. Contudo, para além do momento da recepção, se buscou capturar as primeiras impressões das entrevistadas ao avaliar ou tentar operacionalizar o conceito de interseccionalidade.

Conclui-se que a recepção e circulação do conceito de interseccionalidade no Brasil, particularmente nas universidades fluminenses, se configurou em três momentos principais: primeiro, entre a metade dos anos 1990 e início dos anos 2000 através da circulação de acadêmicas negras, especialmente as feministas, atuantes tanto nos movimentos sociais quanto na academia; segundo, em 2001 após a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada em setembro de 2001 em Durban, na África do Sul e terceiro, em 2010 após sustentação de quase uma década onde acadêmicas, feministas e militantes mantiveram o tema em pauta através de suas ementas, aulas, seminários e palestras.

Antes da III Conferência Mundial contra o racismo realizada em Durban em 2001 a circulação do conceito de interseccionalidade se estabeleceu majoritariamente entre os movimentos sociais de mulheres negras. Após a Conferência em Durban, o conceito de interseccionalidade ganha espaço na academia brasileira fortalecido pelo trânsito de feministas, feministas negras, pesquisadoras e ativistas em geral que estiverem direta ou indiretamente próximas ao evento. Em geral esses atores estão conectados com publicações de artigos e livros no contexto geral. As disputas políticas relacionadas às ações afirmativas, além das conexões pessoais de alcance internacional entre pesquisadoras e pesquisadores também são elementos que fomentaram a circulação pós- Durban. Contudo a circulação do conceito de interseccionalidade após a III Conferência se estabeleceu, lentamente, restrito a disciplinas voltadas para questões raciais e de gênero.

Um importante momento dessa circulação ocorreu em 2007 com a presença de Kimberle Crenshaw, jurista que cunhou o conceito de interseccionalidade, como professora visitante na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). À época os programas de pós-graduação em Direito, História e Sociologia da PUC-Rio ofereceram o curso **“Raça, Justiça Social e Direito: uma perspectiva comparada”** com a presença de Kimberle Crenshaw. Neste período, chama atenção a presença da ideia de *justiça social* de maneira mais acentuada junto aos debates sobre interseccionalidade. Dentre as transformações as quais conceitos que ganham grande popularidade estão sujeitas, no Brasil, se pode perceber o termo justiça social perdendo destaque junto às narrativas sobre interseccionalidade.

Embora a pesquisa tenha identificado uma maior circulação do conceito de interseccionalidade nas academias brasileiras após Durban em 2001, este trabalho também identificou o ano de 2010 como um terceiro marco, ainda mais potente, a respeito da circulação do conceito de interseccionalidade. Após quase uma década do referido evento o conceito alcançou duas das entrevistadas, Bila Sorj e Felícia Picanço, por exemplo. Os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos que ocorreram três dias após o fim da III Conferência em Durban, não apenas desviou a audiência sobre o conceito como os ataques “deixaram todo o planeta em estado inicialmente catatônico, tenham **sufocado** possíveis entusiasmos com **os avanços** da [...] Conferência” (ALVES, 2002, p. 198-199, grifos meus).

Os referidos “avanços” dizem respeito, entre outros elementos, a medidas de “combate ao racismo, à discriminação racial e formas correlatas de intolerância” como informa o título da Conferência. Entretanto, as medidas antiterroristas, intensificadas após o atentado, assim como a Guerra que se iniciou em seguida, acabou por afetar a recepção à época e ao contrário do objetivo do encontro aumentou a discriminação racial.

É importante salientar ainda que as Conferências não gozam de grande circulação, mesmo nos meios mais letrados, especialmente se tratando de pautas relacionadas a assuntos considerados sensíveis como a “exigência de reconhecimento do tráfico transatlântico como crime de lesa-humanidade e de reparação pelos séculos de escravidão e de exploração colonial do continente africano” (CARNEIRO, 2002, p. 212).

Professoras atuantes em movimentos sociais acabariam por existir em seus departamentos, ou no circuito acadêmico em geral, possuindo um trânsito restrito nas pautas dos movimentos nos quais estão ou estiveram inseridas, mesmo que estudem e publiquem sobre outros temas? Esse pano de fundo parece surgir ao se analisar as respostas das entrevistadas. Quanto à circulação dessas acadêmicas acabam por se estabelecer de maneira mais restrita a temas ligados a gênero, raça e racismo. O quantitativo da amostra não permitiu que essas pressuposições fossem respondidas. Todavia, as entrevistas, em especial da professora Sônia Santos e Maria Lúcia Alexandre sugerem essa realidade.

Quanto ao desenho atual de determinados eventos acadêmicos, onde a presença de professores negros, negras e autóctones tem sido observada com maior intensidade, a pesquisa revelou genuíno conhecimento e interesse da parte das entrevistadas sobre o potencial teórico e prático do conceito para figurar como tema digno de protagonismo em ementas, aulas, seminários e palestras. Apesar desta constatação é importante perceber que mesmo as entrevistadas adeptas da virada interseccional e produzem substanciais pesquisas sobre o conceito pontuam que as configurações do mesmo ainda estão em construção assim como sua operacionalização.

Todas as entrevistadas abordaram o conceito de interseccionalidade apontando suas contribuições, limites e possibilidades. Sônia Santos, além de realizar este enquadramento, teceu ainda interessante consideração ao ser questionada pela autora desta dissertação sobre o status de novidade atribuído

tanto ao conceito de interseccionalidade quanto a obras de determinadas autoras negras onde a intersecção de gênero, raça, classe, região e demais marcadores estruturais estão presentes em seus escritos. A entrevistada Sônia Santos lisonjeia a importância da publicação dessas obras no Brasil, assim como a presença de profissionais negras junto ao processo de edição e tradução desses trabalhos, contudo sinaliza que boa parte dessas obras são dos anos 1980 e 1990. Deste modo podemos refletir que muitos desses trabalhos não são novidade para o mercado editorial brasileiro. O que mudou, foi apenas o número de estudantes negros, negras e autóctones nas universidades após a Lei de Cotas produzindo um público consumidor desses trabalhos? Qual o papel das redes sociais na divulgação de intelectuais negras e negros? Como funciona o mercado editorial brasileiro em relação a questões de raça, classe e gênero?

A despeito de a amostra contar com apenas quatro entrevistas, uma análise transversal dos dados aponta que tal número, assim como o perfil das professoras escolhidas possibilitou um aprofundamento sobre a recepção do conceito por parte das entrevistadas em concomitância com suas trajetórias no tocante: aos circuitos de formação superior, relação com movimentos sociais, produção acadêmica, geração, origem geográfica e circulação no mundo virtual.

Sobre a hipótese de esvaziamento do conceito, conclui-se que não há esvaziamento e sim uma adaptação natural de determinada construção à realidade escolhida como objeto de análise.

Um ponto que aparece de maneira constante nas entrevistas, diz respeito ao acionamento da história do conceito, levando em consideração o período anterior ao estabelecimento do termo, contudo, valor de justiça social presente nessas literaturas aparece de maneira subsumida nas declarações das entrevistas.

[...] os debates interseccionais foram gestados sobretudo a partir das lutas e teorizações dos movimentos feministas negros e lésbicos nos Estados Unidos e Reino Unido a partir dos anos 1970, tendo algumas de suas raízes, no entanto, remontando mesmo aos movimentos abolicionistas de mulheres do século XIX. Colocar em primeiro plano esse histórico da noção de interseccionalidade como enraizado em lutas muito concretas dos movimentos feministas negros ao longo de várias ondas feministas foi um acerto consciente, uma vez que, muitas vezes, tal histórico e raízes tenderam a ser apagados de modo problemático das teorizações de parte das autoras do campo interseccional (HENNING, 2015, p.123).

4.3.1. Desencantando a ciência

Quem desencantou o mundo é agora desencantada por ele. A ciência moderna e as críticas já conhecidas dirigidas a ela, especialmente a respeito de sua configuração elitista e eurocêntrica, segue acompanhada de um profundo processo de desencantamento que atinge em cheio o trabalho dos cientistas. Mas não seria contraditório associar os termos encantamento e ciência? Há de se convir que a chamada *autoridade científica* necessite, sobretudo, do “voto de fé” da maior parte dos sujeitos. Alheia à execução dos processos realizados pelos cientistas, a maioria das pessoas nem sempre designa tempo para ler e avaliar as publicações científicas ou o resultado da verificação dos pares ou ainda cada parecer das agências reguladoras.

Contudo o conjunto de métodos, signos, ritos e resultados produzidos por pesquisadoras e pesquisadores têm enfrentado, não de maneira inaugural, porém, nas últimas duas décadas de modo mais ágil e organizado, por consequência das redes sociais - uma série de contestações e reenquadramentos analíticos que tem se tornado detentores de crédito independente do crivo metodológico ou verificação por pares. Tal marcha se impõe como hercúleo desafio a pesquisadoras e pesquisadores que vêem a legitimidade entrar em crise (FREITAS, 2021).

Claramente a ciência não está – e nem deveria – isenta as transformações contínuas do paradigma social. Todavia quais recursos o pesquisador (cada vez mais expostos às disputas políticas e de financiamento internas e externas ao universo científico, onde a origem especializada dos processos exploratórios está nas universidades) possui para sobrepor a atual crise de legitimidade se não o fascínio que o trabalho de pesquisa, provocado justamente pela dúvida, inspira.

Sobre o contexto da cultura acadêmica no Brasil as tensões e disputas geradas em torno da proposta de articulação das categorias raça e gênero de modo equivalente à classe pode contribuir, ao contrário do que se imagina, para o reencantamento da ciência aos olhos tanto de cientistas estabelecidos, quanto de estudantes da esfera primária que ao serem estimulados a executar reflexões estruturadas de maneira interseccional, se tornam aptos a catalisar a construção de uma “cultura científica” cuja complexidade possa dialogar de maneira equânime

com as percepções de todos os sujeitos inseridos no corpo social independente de gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, região, deficiência e geração.

A análise interseccional pode em nosso contexto, segundo observado na pesquisa, suscitar o senso de pertença e importância sobre a existência e experiência humana, social, política e histórica em estudantes. Ou seja, uma das soluções para a crise de legitimidade da ciência e das universidades pode estar na construção de uma “cultura científica” desde os anos iniciais do ensino fundamental, incentivando a formação de novos cientistas por intermédio da exteriorização do trabalho do pesquisador conectando universidade e escola, especialmente nas camadas populares.

O conceito de interseccionalidade ao criticar e expor as dinâmicas do sistema de dominação surge na prática, como oportunidade para a universidade no Brasil, cujo elitismo ao longo das décadas tem produzido um ambiente propício para o negacionismo entre diversos grupos sociais, em particular naqueles que mais sofrem com as consequências da falta de assistência.

Esta pesquisa tratou da dinâmica interna de um determinado conceito, circunscrito a um universo onde os atores constroem suas pesquisas tomando como mote o grupo identitário no qual estão situados. As mulheres de diversas culturas ao longo da história tem buscado romper com a subordinação lançando mão das mais diversas estratégias. O conceito de interseccionalidade se apresenta como mais um desses meios na trajetória da luta por emancipação.

Considerações Finais

No início do trabalho de pesquisa, constatou-se o aumento da circulação da palavra interseccionalidade em ambientes como, movimentos sociais e na pós-graduação dos cursos de humanidades. Contudo, diante da aplicação da palavra em contextos variados havia dúvidas sobre o efetivo significado do conceito, já que o termo vem sendo acionado em variados temas de estudo. A realização da pesquisa justificou-se ainda por investigar como a cultura neoliberal que possui, segundo Bilge, (2018, p.70) “a capacidade [...] de falar uma linguagem complexa de diversidade” poderia ajustar uma concepção onde a justiça social se estrutura de maneira vertebral nos argumento das principais autoras do tema. É por fim a investigação sobre quais temas e práticas sociais interessam mulheres negras e demais grupos subalternizados, as que possuem propostas de emancipação coletiva ou de empreendimento individual.

Este cenário foi usado como argumento para justificar uma pesquisa que capturasse as dinâmicas de construção e disputas a respeito de concepções teóricas e metodológicas no campo científico. Ou seja, evidenciar como os cientistas constroem a ciência provocando e sendo provocados pela sociedade em geral. A justificativa apoiou-se ainda na contemporaneidade de fundação do termo tal qual o momento de evidência das pautas identitárias e dos novos contornos que tanto os feminismos quanto os movimentos antirracistas têm enfrentado como desafio no tocante as análises teóricas e organização da luta política.

Diante disto a pesquisa teve como objetivo geral divulgar o conceito de interseccionalidade e igualmente a ideia de justiça social como elemento inerente à mobilização do conceito com fins de emancipação para todos os grupos subalternizados. Constata-se que o objetivo foi atendido no tocante à divulgação do conceito. Durante o período de pesquisa, especialmente na busca por acadêmicas para concessão de entrevistas a autora da dissertação interagiu com alunos e professores de diversas instituições que não conheciam o conceito. Concretizou-se ainda por parte da autora desta dissertação, a divulgação do conceito, sempre que possível, na elaboração de aulas e projetos ministrados pela mesma.

O objetivo específico inicial consistia realizar uma sociologia da sociologia ou Sociologia do Conhecimento através de um estudo de recepção do

conceito de interseccionalidade. Este objetivo foi atingido na medida em que dentro do recorte realizado para análise do objeto, a recepção do conceito de interseccionalidade, a interlocução da dimensão geopolítica, histórica e sociocultural foi acionada na construção de uma investigação reflexiva e crítica do ambiente de investigação proposto. Utilizou-se a interlocução com disciplinas fronteiriças à sociologia no arcabouço teórico e na seleção das entrevistadas colaborando nos apontamentos sobre possibilidades, limites e disputas da construção do conhecimento.

O segundo objetivo é relativo ao resgate da centralidade das ideias iniciais, especialmente o valor de justiça social, das autoras consideradas precursoras do ponto de vista interseccional. Percebe-se que este objetivo não foi alcançado, pois a pesquisa mostrou que as diferentes configurações existentes em cada sociedade influenciam na acomodação interpretativa de determinadas ideias. Logo, a justiça social, apesar de importante para compreensão de determinados argumentos em literaturas do Black feminist, não mostrou indissociável a mobilização do conceito. Por isso o terceiro objetivo, de “salvaguardar” o teor revolucionário do conceito de interseccionalidade com fins de evitar seu esvaziamento se mostrou ambíguo diante da impossibilidade de se controlar o modo como o sujeito interpretará o conceito, já que em cada indivíduo existe um processo de construção de valores e pontos de vista que precede e informa a recepção. Não existe um “purismo” a ser preservado para que o conceito reserve toda sua potência, e sim a importância da exposição acerca da história deste conceito histórica, cuja potência se em simbiose com a trajetória das autoras produtoras do conceito.

O quarto objetivo, lembrar que apesar das diferenças nossos passos na busca da emancipação “vêm de longe” foi alcançado tanto na exposição do referencial teórico quanto nas respostas das entrevistas.

A pesquisa partiu da hipótese de que o conceito de interseccionalidade estaria sofrendo um processo de esvaziamento por consequência de uma recepção desconecta de sua história e da centralização da ideia de justiça social junto a sua recepção nas universidades brasileiras, especialmente as fluminenses. Verificou-se que ao menos no universo das entrevistadas selecionadas e nas publicações atuais sobre o tema, não existe um esvaziamento do conceito de interseccionalidade e sim uma contestação sobre seu potencial inovador, já que ao menos no Brasil

costuma-se conceber análises onde a intersecção de já se mostram presentes, contudo sem a utilização do conceito interseccionalidade.

Para efetuação da pesquisa se optou por uma coleta dupla. Primeiro foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre autoras cujas obras são citadas como clássicos da interseccionalidade entre os anos de 1981 e 2021. Segundo, buscou-se uma metodologia que colaborasse com a inteligibilidade de um processo não linear e transnacional de construção de um conceito. Somado a isso, a metodologia precisaria capturar, a respeito da recepção e circulação do conceito, elementos que ajudassem na compreensão da relação entre: movimentos sociais (neste caso o movimento feminista durante o final da segunda onda e início da terceira e o movimento dos direitos civis); a experiência das mulheres, particularmente as racializadas, presentes nesses movimentos; as questões internas enfrentadas pelas mesmas no tocante à desconsideração das questões de gênero no movimento antirracista e de raça no movimento feminista e por fim como esses elementos caracterizam a construção socio-histórica do conceito onde o conjunto de ideias que o compõe foi nomeado apenas no início dos anos noventa por Kimberlè Crenshaw, correndo o risco, segundo Collins (2017) de apagar toda história que o antecedeu.

A História dos Conceitos é um campo da História voltado para a análise histórica dos conceitos. Nele Reinhart Koselleck estruturou uma metodologia na qual, o conceito os sujeitos construtores do mesmo precisam ser compreendidos em conjunto com as questões de seu tempo. Outro elemento importante para metodologia de Reinhart Koselleck é a importância de se analisar o significado da *palavra* e as interpretações que as pessoas fazem da mesma em consonância com os pensamentos e disputas de cada época.

Como reconhece Koselleck, “a história dos conceitos lida com o uso de linguagem específica em situações específicas, nas quais os conceitos são elaborados e usados por falantes específicos” (Koselleck, 1996, p. 62). **Por isso a necessidade de se estabelecer os conceitos que constituem os vocabulários – campos semânticos ou domínios linguísticos – dessa ou daquela linguagem política e social, relacionando o seu uso na discussão política, social e econômica com os grupos que os sustentam ou os contestam** (JASMIN, 2005, p. 32, grifo meu).

Depois de estabelecida a orientação metodológica se realizou pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com quatro acadêmicas de diferentes

gerações, e vínculo em universidades localizadas no estado do Rio de Janeiro. As coletas ocorreram de maneira virtual por consequência da pandemia de Covid-19. As entrevistadas foram selecionadas por possuir um perfil geracional, étnico racial, de classe, região e circulação quanto à formação superior bastante diverso oferecendo assim um maior alcance sobre a investigação a respeito da recepção e circulação do conceito de interseccionalidade.

Sobre as limitações da pesquisa, percebeu-se, diante da metodologia proposta que o trabalho poderia ter sido realizado com uma amostra mais ampla de entrevistadas e menos no que diz respeito à bibliografia.

As limitações de tempo entre a decisão pelas entrevistas e o período de realização das mesmas assim como a já mencionada pandemia de Covid-19 formam fatores limitadores da pesquisa. Igualmente o componente cansaço, informado por boa parte das entrevistadas que declinaram e também as que concederam a entrevista se estabeleceram como um grande limitador tanto pelo período no qual as entrevistas foram solicitadas, junho e julho são meses de férias, tal qual a nova dinâmica de trabalho imposta pela pandemia que sobrecarregou, física e mentalmente, profissionais de diversas áreas. O impacto da pandemia foi brutal sobre a produção científica de mulheres. Segundo levantamentos do *Parent in Science* ⁶¹ mesmo isolados, 38 % dos homens com filhos deixou de publicar, em relação às mulheres a porcentagem sobe para mais da metade, 52%.

O quadro não se altera tanto em relação pesquisadores e pesquisadoras sem filhos. De acordo com a pesquisa 40% das mulheres sem filhos não concluíram seus artigos, quanto aos homens esse número é 20%. Em publicação, a Revista de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, *Dados* aponta que a pandemia reduziu o número de “submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres”.

Trabalhos futuros poderiam revelar se e como e se as relações de gênero, raça e classe têm afetado a população de pesquisadoras e pesquisadores durante a pandemia na pós-graduação. Recomenda-se também que se investiguem as relações de solidariedade criadas entre alunos, professores e demais atores no ensino superior, como o Programa Amanhã do próprio *Parent in Science* que

⁶¹ Grupo formado por mães e pais acadêmicos que realizam levantamento sobre o impacto da COVID-19 na vida dos cientistas com foco na experiência das mães pesquisadoras.

buscava auxiliar financeiramente mães na pós-graduação, em particular aquelas que não possuíam bolsas.

Outra recomendação diz respeito os desafios impostos entre os limites da história e sociologia. A interdisciplinaridade pode se apresentar como um elemento de confusão sobre os caminhos da pesquisa durante a construção do trabalho.

Ao desvelar a maneira como os cientistas constroem a ciência, acredita-se que jovens estudantes de todos os grupos sociais, especialmente das escolas públicas, poderiam encantar-se pela ciência ao perceber que a mesma é construída por pessoas cuja “genialidade” se estabelece sobretudo no cotidiano da “labuta acadêmica”, composta entre outros elementos por leitura, escrita, experimentos, observação e debate. Deste modo, recomendam-se trabalhos sobre o ofício do pesquisador demonstrando que a universidade pode e deve ser para todas, todos e todos.

Referências bibliográficas

AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1ª edição. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019 (Coleção Feminismos Plurais).

ALEXANDER, Jeffrey. **The civil sphere**. New York: Oxford University Press, 2006.

ALVES, J. A. Lindgren. “A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 2, 2002, p. 198-223. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/vnm75ptrSYCRpnJK5d533Sq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2021.

ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888 – 1988)**. Tradução de Magda Lopes; revisão técnica e apresentação por Maria Lígia Coelho Prado. Bauru: EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. “História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica”. In: **Almanack Braziliense**, n. 7, maio 2008, p. 47-55. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11680>. Acesso em: 01 maio 2021.

BAIROS, Luiza. “Nossos feminismos revisitados”. In: **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 2º sem. 1995, p. 458-463. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BAIROS, Luiza. “Lembrando Lélia Gonzalez (1935-1994)”. In: **Afro-Ásia**, n. 23, 2000, p. 341-361. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990>. Acesso em: 02 dez. 2021.

BAIROS, Luiza. “III Conferência Mundial contra o Racismo”. In: **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002, p. 169-170. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100010>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BATTLE, Michael Jesse. **Reconciliation: The Ubuntu Theology of Desmond Tutu**. Cleveland: Pilgrim, 2009.

BECKER, Howard S. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BILGE, Sirma. “Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade”. Tradução de Flávia Costa Cohim Silva; revisão de Viviane Vergueiro. In: **Revista Femininos**, v. 8, n. 3, set./dez. 2018, p. 67-82. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33680>. Acesso: 28 abr. 2021.

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. 1ª edição. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** São Paulo: Pólen, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de autoanálise**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre et al. **A Miséria do mundo**. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOUTELDJA, Houria. “Raça, classe e gênero: uma nova divindade de três cabeças”. In: **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, 2016, pp. 5-9. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20686>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito de pensamento de Patricia Hill Collins**. 1ª edição. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CAIXETA, Marina Bolfarine. **Cooperação Sul-Sul como nova tendência da cooperação internacional: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose**. 2014. 193f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional). Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15924/1/2014_MarinaBolfarineCaixeta.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé Williams; McCALL, Leslie. “Toward a field of Intersectionality Studies: theory, applications, and praxis”. In: **Journal of Women in Culture and Society**, v. 38, n. 4, 2013, p. 785-810.

COLLINS, Patricia Hill. “Comment on Hekman’s ‘Truth and Method Feminist Standpoint Theory Revisited’: Where’s the Power?”. In: **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 22, n. 2, Winter 1997, p. 375-381.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2nd edition. New York City: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória”. In: **Parágrafo**, v. 5, n. 1, 2017, p. 6-17. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CRENSHAW, Kimberle. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. In: **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, 1989, p. 139-167.

CRENSHAW, Kimberle. “Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color”. In: **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, jul. 1991, p. 1241-1299.

CRENSHAW, Kimberle. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. In: **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DU BOIS, William Edward B. **The Souls of Black Folk**. Chicago: A. C. McClurg & Co., 1903.

FASSIN, Éric; VIGOYA, Mara Viveros. “Intersectionnalité”. In: **Manuel Indocile de Sciences Sociales**, 2019, p. 511-522. Disponível em: <https://static.mediapart.fr/files/2021/03/07/manuel-indocile-intersectionnalite.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

FERREIRA, Gianmarco Loures; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. “A trajetória da Teoria Crítica da Raça: história, conceitos e reflexões para pensar o Brasil”. In: **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./jun. 2018, p. 201-229.

FONSECA, Lucas Ribeiro de Belmont. **O Sul Global e o desenvolvimento do conceito da responsabilidade de proteger: CIBAS e o caso líbio**. 2016. 104f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais). Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1664/1/LRBF19072017.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. “O conceito de Biopoder no pensamento de Michel Foucault”. In: **Revista Subjetividades**, v. 16, n. 3, dez. 2016, p. 34-44. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4800>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982 (Coleção 2 Pontos).

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: **Ciências Sociais Hoje**, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. In: **Tempo Brasileiro**, v. 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018 (Coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas).

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. “Patologia social do ‘branco’ brasileiro”. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução à crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENNING, Carlos Eduardo. “Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença”. In: **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, 2015, p. 97-128. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>. Acesso em: 29 nov. 2021.

HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. In: **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, 2014, p. 61-73. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702014000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 abr. 2021.

HOOKS, Bell. **Ain't I a Woman: Black Women and Feminism**. 1st edition. London: Pluto Press, 1987.

HOOKS, Bell. "Language: teaching new worlds/new words". In: HOOKS, Bell. **Teaching to transgress: education as the practice of freedom**. New York City: Routledge, 1994, p. 167-175.

JASMIN, Marcelo Gantus. "História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, fev. 2005, p. 27-38. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 abr. 2021.

JASMIN, Marcelo Gantus. "Apresentação". In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução por César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC- Rio, 2006.

JORDAN, June. "A New Politics of Sexuality". In: SHARON, Rose, Cris Stevens *et al.* Edited by The Off Pink Collective. **Bisexual Horizons: Politics Histories Lives**. London: Lawrence & Wishart, 1996, p. 437- 441.

KERGOAT, Danièle. "Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale". In: **Critiques de l'Économie Politique**, n. 5, 1978, p. 65-97.

KERNER, Ina. "Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo". Tradução de Bianca Tavorari. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 93, jul. 2012, p. 45-58. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000200005. Acesso em: 29 abr. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. 1^a edição. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. "Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos". In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-146. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945>. Acesso em: 26 abr. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução por César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

LIMA, Fátima. "Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas". In: **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, 2018, p. 66-82. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26646>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; LIMA, Gercina Angela Borém de Oliveira. “Buscando uma definição para o conceito de ‘conceito’”. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, abr./jun. 2017, p. 54-87. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2963>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MAGALHÃES, Alexandre. “O ‘legado’ dos megaeventos esportivos”. In: **Horizontes Antropológicos**, n. 40, 2013, p. 89-118. Disponível em: <https://journals.openedition.org/horizontes/156>. Acesso em: 06 dez. 2021.

MAGNO, M. D. **América Ladina: introdução a uma abertura**. Rio de Janeiro: Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, 1980.

MAIA, João Marcelo Ehlert. “Ideias, intelectuais, textos e contextos: novamente a Sociologia da Cultura...”. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 62, 2º semestre 2006, p. 53-72. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-62>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MARQUARDT NETO, Rolando Hamilton. “A metodologia ad História em Reinhart Koselleck: análise e aplicação à pesquisa jurídica”. In: **Revista Brasileira de História do Direito**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2015, p. 129-150.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 (Livro I: o processo de produção do capital).

MBANDI, Nzinga [Dayane N. Conceição de Assis]. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA/Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação à Distância, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: Editora N-1, 2018.

MOUTINHO, Laura. “Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas”. In: **Cadernos Pagu**, n. 42, 2014, p. 201-248. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645121>. Acesso em: 26 nov. 2021.

MUNANGA, Kabengele. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. In: **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**, p. 1-17, nov. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp->

content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

PAIVA, Angela Randolpho. **Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

“Para ‘cidade de lata’ sul-africana, Copa de 2010 não trouxe melhorias”. In: **BBC News Brasil**, 15 maio 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140515_legacy_blikkiesdorp_j_f_rb. Acesso em: 06 dez. 2021.

PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. In: BUARQUE DE ALMEIDA, Heloisa; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-148 (Coleção Sociedade em Foco).

PRINS, Baukje. “Narrative Accounts of Origins: a Blind Spot in the Intersectional Approach?”. In: **European Journal of Women’s Studies**, v. 13, n. 3, 2006, p. 277-290.

REDE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ (RMN); ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS (AMNB). **Desafios da interseccionalidade das agendas de Cairo (1994) e Durban (2001) no Brasil**. Cairo+20 e o decênio dos(as) afrodescendentes da ONU (2012-2023). Curitiba: RMN, 2012. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/sumario_oficina_desafios.pdf. Acesso em: 06 dez. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. “Apresentação”. In: AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1ª edição. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2019, p. 13-15 (Coleção Feminismos Plurais).

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez: retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010.

RIOS, Flávia; RATTS, Alex. “A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez”. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães (orgs.). **Pensadores negros-pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**. Cruz das Almas/Belo Horizonte: Editora UFRB/Editora Fino Traço, 2016, p. 387-402 (Coleção UNIAFRO, organizada por Antonio Liberac Cardoso Simões Pires).

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. “Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo”. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, 2018, p. 36-51. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46648>. Acesso em: 30 nov. 2021.

RIOS, Flávia; SOTERO, Edilza. “Apresentação: Gênero em perspectiva interseccional”. In: **PLURAL**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2019, p. 1-10. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159740>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. “Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais”. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 32, 2012, p. 166-175.

SELVATTY, Joyce de Sousa; MOREIRA, Nathalia Carvalho; BAÊTA, Odemir Vieira. “Empoderamento de Mulheres: um estudo no Women’s Center da Universidade de Minnesota (EUA)”. In: **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, 2012, p. 227-242. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31202>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido, o “branco” e o “branquíssimo”**: hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 160f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigeida.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: NUNES, Edson (org.) **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36-46.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. “Autoetnografia: uma alternativa conceitual”. In: **Letras de Hoje**, Porto Alegre, vol. 37, n. 4, dez. 2002, p. 57-72. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14258>. Acesso em: 26 abr. 2021.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo/Campinas: Cortez/ Editora UNICAMP, 1993.

WITTGENSTEIN, Williams M. **Mind and Meaning – Towards a Social Conception of Mind**. London: Routledge: 1999.

Fontes consultadas

ÁFRICA DO SUL. **The Constitution of the Republic of South Africa, 1996**. As adopted on 8 May 1996 and amended on 11 October 1996 by the Constitutional Assembly. Disponível em: <https://www.justice.gov.za/legislation/constitution/saconstitution-web-eng.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

AMBAR, Lilian. “Precisamos falar sobre a solidão da mulher negra”. In: **Portal SESC SP**, 18 set. 2020. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/14731_PRECISAMOS+FALAR+SOBRE+A+SOLIDAO+DA+MULHER+NEGRA. Acesso em: 02 dez. 2021.

BARRETO, Raquel. “Uma pensadora brasileira”. In: **Cult**, 03 jul. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Infopen Mulheres 2016**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2016.pdf/view>. Acesso em: 29 nov. 2021.

“Brasil precisa adotar políticas de segurança pública que protejam população negra, afirma Anistia Internacional”. In: **Anistia Internacional Brasil**, [2019]. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/brasil-precisa-adotar-politicas-de-seguranca-publica-que-protejam-populacao-negra-afirma-anistia-internacional/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. “Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez”. In: **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, set./dez. 2014, p. 965-986. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757>. Acesso em: 02 dez. 2021.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: **Portal Geledés**, 06 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CARNEIRO, Sueli. “A pensadora é... Lélia Gonzalez”, 2h43min52s. In: **Pensar Africanamente – Página oficial no Youtube**, 18 jul. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/DW1kZ9yzkI8>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CRENSHAW, Kimberle. “Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar” [entrevista realizada por Bim Adewunmi; tradução de Bia Cardoso, publicada originalmente no *New Statesman* em 02 abr. 2014]. In: **Portal Geledés**, 27 jul. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidade-eu-queria-criar-uma-metafora-cotidiana-que-qualquer-pessoa-pudesse-usar/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

CRENSHAW, Kimberle. “The urgency of intersectionality”, 18min49s. In: **TED – Youtube**, 07 dez. 2016. Disponível em: <https://youtu.be/akOe5-UsQ2o>. Acesso em: 25 nov. 2021.

“Defensor da União move ação contra Magazine Luiza por trainee exclusivo para negros; DPU defende a empresa”. In: **G1 Economia**, 06 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/06/defensor-da-uniao-move-acao-contramagazine-luiza-por-trainee-exclusivo-para-negros-dpu-defende-a-empresa.ghtml>. Acesso em: 27 abr. 2021.

FEMINISMOS PLURAIS. “O que é a Coleção?”. In: **Portal Feminismos Plurais**, sem data. Disponível em: <https://feminismosplurais.com.br>. Acesso em: 06 dez. 2021.

“A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora.” Lélia Gonzalez partiu muito jovem, aos 59 anos, em 1994, mas deixou uma produção extraordinária, que inspira tanto pesquisadoras brasileiras da nova geração quanto ícones internacionais, como Angela Davis, que não perde a chance de celebrar a existência de Lélia. #LeliaGonzalez é um nome para ser comemorado no #DiaDaMulherNegra e em todos os outros do ano. Conheça sua história no link da bio”. 25 jul. 2020. Instagram: @marieclairebr. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDEwhNIA1D9/?hl=pt>. Acesso em: 02 dez. 2021.

GRANATO, Luísa. “Ação contra Magalu por racismo reverso é constrangedora, fala defensor”. In: **Exame**, 07 out. 2020. Disponível em: <https://exame.com/carreira/acao-contramagalu-por-racismo-reverso-e-constrangedora-fala-defensor/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUNT, Vivian; LAYTON, Dennis; PRINCE, Sara. “A importância da Diversidade”. In: **McKinsey & Company**, 01 jan. 2015. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/organization/our-insights/why-diversity-matters/pt-br#>. Acesso em: 27 abr. 2021.

KILOMBA, Grada. “Descolonizando o conhecimento – uma palestra-performance de Grada Kilomba”. In: **Goethe Institut**, 2016. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/lp/prj/eps/epd/pt14367456.htm>. Acesso em: 29 nov. 2021

“Luiza Trajano opina sobre motivo de repercussão de programa de trainee voltado a jovens negros”. In: **Canal oficial do programa de TV Roda Viva no Youtube**, 05 out. 2020, 1m48s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GadLNRVCjj0>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MERCIER, Daniela. “Lélia Gonzalez, onipresente”. In: **El País**, 26 out. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-10-25/lelia-gonzalez-onipresente.html>. Acesso em: 02 dez. 2021.

“Morte de Zumbi aponta para a vida”, escreveu Lélia Gonzalez na Folha em 1981”. In: **Folha de S. Paulo**, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2020/11/morte-de-zumbi-aponta-para-a-vida-escreveu-lelia-gonzalez-na-folha-em-1981.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2021.

NASCIMENTO, Ellen da Silva do. **Não se nasce uma mulher negra, torna-se:** resistindo à perspectiva de gênero. 2019. 68f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3176>. Acesso em: 02 dez. 2021.

NASCIMENTO, Rakeche. “Coleção ‘Feminismos Plurais’ está disponível gratuitamente em plataforma digital”. In: **Mundo Negro**, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/colecao-feminismos-plurais-disponivel-gratuitamente-em-plataforma-digital/>. Acesso em: 06 dez. 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. “UBUNTU: uma ética africana para repensar a sociedade brasileira” [entrevista concedida ao Portal Geledés]. In: **Portal Geledés**, 06 fev. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ubuntu-uma-etica-africana-para-repensar-a-sociedade-brasileira/>. Acesso em: 29 nov. 2021.

RIBEIRO, Djamila. “Ser pessoa negra é uma conquista árdua e se desenvolve pela vida afora”. In: **Folha de S. Paulo**, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/11/ser-pessoa-negra-e-uma-conquista-ardua-e-se-desenvolve-pela-vida-afora.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2021.

RIBEIRO, Pedro Henrique. “Como mangás e animes me ajudaram a me entender como negro”. In: **Omelete**, 20 nov. 2021. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/mangas-animes/descobrir-otaku-negro>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SILVEIRA, Daniel; BASILIO, Patricia. “Programa de trainee para negros do Magazine Luiza cumpre papel constitucional, dizem advogados”. In: **G1 Economia**, 21 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/21/programa-de-trainee-para-negros-do-magazine-luiza-cumpre-papel-constitucional-dizem-advogados.ghtml>. Acesso em: 27 abr. 2021.

“Trainee Magalu 2021 abre vagas exclusivas para negros”. In: **Seja Trainee**, 21 set. 2020. Disponível em: <https://sejatrainee.com.br/trainee-magalu-2021-abre-vagas-exclusivas-para-negros/>. Acesso em: 27 abr. 2021.